



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO
COMPORTAMENTO

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCADORES VOLTADAS PARA
CRIANÇAS EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO**

LILIAN DE JESUS FONTEL CUNHA DONATO

BELÉM - PA

FEVEREIRO/2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO
COMPORTAMENTO

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCADORES VOLTADAS PARA
CRIANÇAS EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO**

LILIAN DE JESUS FONTEL CUNHA DONATO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento/UFPA, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Trabalho parcialmente financiado pelo CNPq por meio de bolsa de mestrado.

BELÉM - PA

FEVEREIRO/2016



Dissertação de Mestrado.

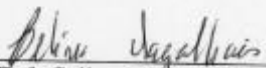
“Concepções e Práticas de Educadores Voltadas para Crianças em Instituições de Acolhimento.”


Aluna: Lilian de Jesus Fontel Cunha Donato

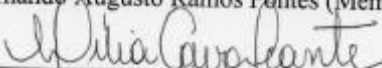
Data da Defesa: 29 de Fevereiro de 2016

Resultado: Aprovada.

Banca examinadora:


Prof.^a Dr.^a Celina Maria Colino Magalhães (Orientadora-UFPA).


Prof. Dr. Fernando Augusto Ramos Pentes (Membro – UFPA).


Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante (Membro-UFPA).

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Donato, Lilian de Jesus Fontel Cunha, 1987-
Concepções e práticas de educadores voltadas para
crianças em instituições de acolhimento / Lilian de
Jesus Fontel Cunha Donato. - 2016.

Orientadora: Celina Maria Colino Magalhães.
Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do
Comportamento, Programa de Pós-Graduação em
Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2016.

1. Psicologia do Desenvolvimento. 2.
Psicologia Social. 3. Instituições sociais. I.
Título.

CDD 23. ed. 155

Agradecimentos

Antes de tudo, agradeço à Deus, pela força, luz e discernimento por todos os dias passados. Por ter me proporcionando a possibilidade desta experiência, pelos amigos e conhecimento adquirido.

Serei eternamente grata a Professora Celina, a pessoa que mais acreditou em mim ao longo desta jornada, muitas vezes, mais do que eu mesma, passando a confiança que tanto necessitava. De igual forma, agradeço a Professora Lilia, uma madrinha de mestrado, que se disponibilizou a me ouvir nos momentos difíceis e me incentivou a cada acerto.

Minhas irmãs de mestrado, as Celinetes, Jeise e Mayana, obrigada pela companhia e companheirismo, vocês deixavam meus dias mais doces e coloridos! E é claro, à Telminha, uma amiga ímpar, a qual não tenho palavras para expressar a gratidão em ter te conhecido.

Sou grata a Laiane, que como uma irmã mais velha, que soube “puxar a orelha” quando necessário e ajudar nos momentos certos, possibilitando o meu crescimento acadêmico, ou como ela diz “andar com as minhas próprias pernas”. Ficaré na lembrança o dia que nos encontramos no corredor do PPGTPC, após a palestra do Joscha, foi um convite que me possibilitou conhecer todo esse universo que se chama NEPAIA.

Obrigada a todos do LED, pro me fazer pertencer a um grupo tão incondicionalmente amável e acolhedor, onde pude reencontrar os professores Fernando e Simone, que contribuíram na minha formação acadêmica e despertaram em mim o interesse pela ecoetologia e psicologia do desenvolvimento.

A todos do NEPAIA, por estarmos juntos nesta empreitada insana, em especial a Amanda, Riverson, André, Edson Junior, Karyane e Alciene. Agradeço também a Lucilene, por toda doçura e compartilhada.

De todo o coração agradeço a minha família! Sou grata aos meus pais por todo empenho em prol de minha educação e cuidado, sei que esta conquista só foi possível pela dedicação de vocês. Minhas irmãs, agradeço pelos risos e momentos de descontração, foram muito necessários. Dona Silvia, sou e serei imensamente grata por todo apoio e suporte dado, pelos chocolates e lanchinhos recebidos depois de dias cansativos e estressantes. Meu amor, Igor, te agradeço pelo apoio, pelos abraços, por me acordar para estudar e enxugar minhas lágrimas quando pensei que não conseguiria, enfim, obrigada por meu companheiro.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) e ao Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento por fazer parte da minha história acadêmica desde o antigo DPE.

Por fim, à agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico pela concessão da bolsa-auxílio de mestrado, a qual favoreceu a realização deste trabalho.

Donato, L. F. C. (2015). Concepções e práticas de educadores voltadas para crianças em instituições de acolhimento. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Belém-PA: Universidade Federal do Pará.121.

RESUMO

O modelo do Nicho Desenvolvimental, contribui ao propor o estudo da criança e a cultura como única análise, por meio de três componentes mutuamente relacionados, (a) ambiente físico e social, (b) práticas de cuidado e (c) psicologia dos cuidadores. Dentre os campos de estudo da psicologia do desenvolvimento, destacamos aqui o ambiente de acolhimento institucional, por possibilitar investigações sobre aspectos que atuam sobre o desenvolvimento de crianças afastadas do convívio familiar e, principalmente, proporcionar dados que viabilizem intervenções para um desenvolvimento infantil. Para isto, faz-se necessário conhecer este ambiente, as práticas e concepções sobre o cuidado dos profissionais que prestam cuidado as crianças, pois segundo o modelo do Ninho, estes elementos contribuem para moldar o desenvolvimento das crianças. Neste sentido, este estudo objetivou investigar o ambiente de desenvolvimento de abrigos institucionais, para crianças de zero a seis anos, com base nos três subsistemas do Nicho, comparando dois contextos, Região Metropolitana de Belém (RMB) e Interior do Estado (IE), a partir do olhar de educadores dos abrigos institucionais. Os dados foram coletados por entrevista semiestruturada com educadores de 11 abrigos institucionais do estado do Pará. Participaram 110 educadores, sendo 107 do sexo feminino e três do masculino, entre 19 a 63 anos. O grupo da Região Metropolitana de Belém foi composto por 77 participantes e do Interior do Estado por 33. Os resultados indicam que, tanto na região metropolitana, quanto no interior, as instituições possuíam espaços amplos e arborizados, contudo, na região metropolitana, haviam instituições que atendiam grandes grupos de crianças, separando-as nos dormitórios por sexo e/ou faixa etária; por sua vez, no interior do estado, observou-se um ambiente institucional similar ao de uma residência e com estrutura para atender diferentes faixas etárias no mesmo dormitório. No que tange as práticas de cuidado, os educadores da Região Metropolitana de Belém valorizaram mais as brincadeiras não dirigidas, enquanto que educadores do interior as brincadeiras dirigidas. Com relação a psicologia dos educadores, os resultados apontam que educadores da Região Metropolitana de Belém melhor percebem a influência do seu trabalho no desenvolvimento da autonomia, curiosidade e na capacidade de se relacionar com os outros. O estudo indicou que apesar de existirem diferenças entre concepções e práticas de cuidado, prevalece uma homogeneidade das mesmas na Região Metropolitana de Belém e Interior do Estado. Cabe destacar que a análise apresentada está aquém de esclarecer a qualidade do cuidado e rotinas institucionais na Região Metropolitana de Belém e Interior do Estado, mas apresenta contribuições para a área visto que o instrumento utilizado foi sensível para o levantamento do perfil, concepções e práticas de cuidado dos educadores em abrigos institucionais.

Palavras-chave: nicho desenvolvimental, cuidado institucional, educadores.

Donato, L. F. C. (2015). Conceptions and practices of educators oriented for children in the institutional care. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Belém-PA: Universidade Federal do Pará. 121.

ABSTRACT

The model of Developmental Niche contributes in way to propose the child's study and the culture as a single analysis, by three mutually related components, (a) physical and social environment, (b) care practices and (c) caretaker psychology. Along all developmental psychology research field, we highlight the institutional care environment, enabling to investigate its influence on the development of children away from their families, and mainly provide data that enable interventions for child development. For this, it is necessary to know the environment, practices and views on the care of professionals who provide care to children in institutional care, because according to the Niche model, these elements contribute to shaping the development of children. This study aimed to investigate the development environment of institutional shelters for children from zero to six years, based on the three subsystems of the niche, comparing two contexts, metropolitan region of Belém (RMB) and the countryside of state (IE) from the look of educators institutional shelters. The data was collected by semi structured interviews with educators from 11 shelters in the state of Pará. 110 educators, 107 females and three male, between 19-63 years participated. The group of the Metropolitan Region of Belém was composed by 77 participants and the countryside by 33. The results indicate that, both in the metropolitan and countryside area, the Institutions had large and wooded areas, However, in the metropolitan region had Institutions which met large groups of children, separating them in the dorms by gender and/or age group. Regarding the care practices, educators in the metropolitan region of Belém value more free plays activities, while the educator from the rural zones prefers oriented plays. About the educators' psychology, the results show that educators in the metropolitan region of Belém better realize the influence of his work in the development of autonomy, curiosity and the ability to relate to others. The study indicated that although there are differences between concepts and care practices, it predominates the homogeneity of both in the metropolitan area of Belém and Countryside State. It should be noted that the analysis presented is far from clarifying the quality of care and institutional routines in the metropolitan area of Belém and the countryside, but has contributions to the area since the instrument was useful to survey the profile, conceptions and practices educators of care in institutional shelters.

Key-words: developmental niche, institutional care, educators.

Sumário

Apresentação	2
Introdução	5
Aspectos históricos e jurídicos do Acolhimento Institucional no Brasil.....	7
Estudos em instituições de acolhimento e suas contribuições para a psicologia do desenvolvimento.....	12
Concepções e práticas de cuidado em diferentes contextos.....	22
1. Objetivos	28
Geral	28
Específico.....	28
2. Método.....	29
2.1. Delineamento do Estudo.....	29
2.2. Participantes.....	29
2.3. Ambiente	29
2.4. Instrumentos	31
2.5. Procedimento.....	33
2.6. Análise dos Dados	35
3. Resultados e discussão.....	36
3.1. Subsistema Ambiente Físico e Social	36
3.2. Subsistema de Práticas.....	43
3.2.1. Perfil dos educadores.....	44
3.2.3. Práticas de cuidado	49
3.3. Subsistema da Psicologia dos Cuidadores.....	67
4. Considerações finais.....	73
Referências.....	78
APÊNDICES	86
Apêndice A: Autorização judicial para a realização da pesquisa	87
Apêndice B: Parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos.	88
Apêndice C: Termo de Autorização da Secretaria de Assistência Social.....	91
Apêndice D: Termo de Autorização da Instituição de Acolhimento	92
Apêndice E: Termo de Livre e esclarecido aos educadores participantes	93
Apêndice F: Questionário de Caracterização da Instituição.	94
Apêndice G: Questionário de Caracterização dos Educadores	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ilustração representativa da localização das regiões investigadas no Estado do Pará....	30
Figura 2: Distribuição percentual de participantes por região (N = 110).....	45
Figura 3: Frequência em percentual de educadores por faixas de idade em anos, total da amostra e contexto (N= 110).	45
Figura 4: Representa a frequência de participantes por nível de escolaridade e contexto (N= 110).	Erro! Indicador não definido.
Figura 5: Frequência do número de filhos dos participantes por contexto (N=110).....	Erro! Indicador não definido.
Figura 6: Frequência percentual de educadores por situação funcional e contexto (N= 110). Erro!	Indicador não definido.
Figura 7: Distribuição percentual de educadores por categorias e dimensões do desenvolvimento (N=110).	70
Figura 8: Experiência de maternidade e paternidade relacionado ao trabalho de educador (N=110).	71
Figura 9: Percentual de práticas voltadas ao recebimento e desligamento caloroso e afetuoso na instituição (N=110).	Erro! Indicador não definido.
Figura 10: Porcentagem práticas de cuidado relacionadas ao uso das refeições para aprendizagem (N=110).....	54
Figura 11: Porcentagem de práticas que auxiliam a criança a relaxar e dormir.	54
Figura 12: Percentual de práticas de promoção da autonomia durante a higiene pessoal (N=110).	55
Figura 13: Percentual por categorias e prática relacionadas aos aspectos do desenvolvimento (N=110).....	56
Figura 14: Percentual por categorias e práticas referentes a mediação e apaziguamento de conflitos.....	57
Figura 15: Percentual por categorias e práticas que servem de referência para interações sociais positivas (N=110).....	58
Figura 16: Percentual por categorias de ocorrência e vínculo familiares ou família substituta (N=110).....	59
Figura 17: Distribuição percentual por categorias e temas de orientação sexual (N=110)	60
Figura 18: Distribuição percentual de educadores por categorias de ocorrência e assertivas (N=110).....	61
Figura 19: : Percentual de atividades realizadas e não realizadas pelos educadores nas instituições de acolhimento (N=110).	50
Figura 20: Distribuição percentual de práticas do resgate da história de vida, por realização ou não (N=60).	51

Apresentação

O interesse pelo tema “práticas de cuidado desenvolvidas por educadoras em instituições de acolhimento” teve seu momento embrionário com o projeto de iniciação científica (PIBIC - CNPq), intitulado “Institucionalização precoce: descrição dos sistemas de cuidado parental a bebês de 6 a 12 meses”, realizado no período de 2008 a 2009, vinculado ao projeto “Desenvolvimento de Bebês cuidados em abrigo: os espaços, os cuidadores, e as interações”, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Celina Maria Colino Magalhães (UPFA) e desenvolvido junto ao Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), no Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (UFPA).

Dentre os principais resultados obtidos no trabalho de iniciação científica, destacam-se a similaridade entre as práticas de cuidado desempenhadas pelas educadoras na instituição de acolhimento, a de mães para com seus bebês, além disso, as educadoras observadas apresentam maior frequência de comportamentos que estimulam a interdependência e a coesão grupal, que segundo o modelo de Keller (2007), estariam relacionadas a sociedades menos urbanizadas e em que os pais das crianças possuem pouca escolarização. Estes resultados foram sintetizados no trabalho de conclusão de curso “Sistemas de Cuidado Observados em Educadoras de Abrigo”, e discutidos a partir das características do cuidado predominante na instituição, coletivo e despersonalizado, deste modo parece ser adaptativo para a configuração do contexto em questão, práticas que estimulem a interdependência do grupo maior, como respeito a hierarquia e coesão grupal.

Em 2013, o lançamento da pesquisa “Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em quatro regiões do Estado do Pará: perfil, rotinas e práticas de cuidado”, realizada pelo LED-UFPA, abriu caminho para retomar o estudo sobre o contexto ambiental e as práticas de cuidados dedicadas a crianças em instituições de acolhimento.

Com relação a esta pesquisa, cabe destacar que em função do potencial de dados obtidos, a mesma passou a ser chamada de “pesquisa guarda-chuva”, pelo grupo de pesquisa, pois permite englobar outras pesquisas menores, as quais foram norteadas por cinco eixos, a citar, criança, educador, técnico, família e a comunidade, com a finalidade de compreender diferentes aspectos do fenômeno investigado, os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Neste sentido, esta dissertação de mestrado se inseriu no eixo denominado Educador, com ênfase para as práticas de cuidado desempenhadas pelos educadores.

A participação na pesquisa maior concedeu mais que a produção desta dissertação, pois possibilitou a oportunidade de conhecer diferentes realidades de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, tanto na região metropolitana quanto no interior do Estado do Pará, permitindo vivenciar um pouco do dia-a-dia da rotina dos educadores, crianças, equipe técnica e gestores, contribuindo como um aprimoramento na minha formação como psicóloga. Além disto, a participação aos encontros do grupo de pesquisa e a experiência de coleta de dados, contribuiu para compreender que investigar as práticas de cuidado, requer conhecer quem são os educadores envolvidos, o que eles pensam sobre suas práticas e onde eles trabalham.

Neste sentido, optou-se pelo uso do modelo teórico do Nicho Desenvolvimental de Super e Harkness (1987, 2009) para conduzi este trabalho, visto que para modelo desenvolvimento infantil é uma consequência da inter-relação da criança em seu contexto cultural, considerando o ambiente físico-social, as práticas de cuidado e a psicologia dos cuidadores. Sabe que o modelo teórico norteador aplica-se ao estudo do microsistema da criança, contudo serão considerados para o estudo dois contextos, Região Metropolitana de Belém e Interior do Estado, ambos compostos por um conjunto de instituições de acolhimento agrupadas com base em suas localizações geográfica. Assim o objetivo deste

estudo será de descrever o ambiente físico e social, as práticas de cuidado e a psicologia dos educadores que cuidam das crianças em acolhimento institucional em dois contextos, Região metropolitana de Belém e Interior do Estado.

O tema será introduzido pelos aspectos históricos e jurídicos que norteiam a medida de proteção de acolhimento institucional, seguido por um levantamento de estudos realizados neste contexto e de pesquisas que abordaram as relações das concepções e práticas de cuidado de pais e cuidadores em diversos contextos. A segunda seção do trabalho consiste no delineamento do método utilizado na pesquisa. Para seção de resultados e discussão os dados foram organizados e descritos com base nos três subsistemas do Modelo do Nicho Desenvolvimental. Nas considerações finais serão abordados a aplicabilidade do modelo teórico, as contribuições e limitações do estudo.

A psicologia do desenvolvimento é historicamente o campo da psicologia que se debruça a investigação dos processos do desenvolvimento das estruturas e funções cognitivas, assim como as transformações que ocorrem ao longo da vida do ser humano, buscando identificar pontos de similaridades e divergências que levam as pessoas a trilharem diferentes caminhos em suas vidas. Este campo é composto por diversos modelos teóricos que surgiram ao longo de seu percurso histórico, alguns voltados para o campo experimental e outros para o naturalístico.

Em 1986, Charles Super e Sara Harkness introduziram o Modelo do Nicho Desenvolvimental, o qual propõe um diálogo da Psicologia do Desenvolvimento e a Antropologia. Visto que a Antropologia investiga o adulto integrado em seu meio cultural, o Modelo do Nicho desenvolvimental assume o estudo da criança inserida em um contexto cultural, visando compreender os processos de desenvolvimento e aquisição da cultura. O termo *nicho*, emprestado da ecologia, é utilizado para descrever o ambiente imediato da criança, que juntamente com suas características pessoais (como sexo, idade, temperamento e disposições psicológicas) compartilha com outras pessoas um ambiente cultural. O nicho desenvolvimental da criança é constituído por três componentes inter-relacionados, cuja função é de mediar o desenvolvimento individual e a cultura mais ampla (Harkness e Super, 1994; Super e Harkness, 1986, 2002).

O primeiro componente é *ambiente físico e social*, formado pelas diversas estruturas da vida diária das crianças, as quais definem as companhias e relações e atividades estabelecidas com outras pessoas ao seu redor, como por exemplo: mobiliário, clima, organização do espaço, estrutura familiar e número de crianças por cuidador. O segundo componente são as *práticas de cuidado*, definido pelas ações e costumes dos responsáveis pelos cuidados infantis e as práticas educativas dominantes em uma

determinada cultura, como por exemplos: formas de transportar o bebê, brincadeiras, rotinas, estimulação e tarefas e atividades. O terceiro componente chamado *psicologia dos cuidadores*, corresponde as ideias, crenças, concepções e valores sobre o desenvolvimento infantil, estabelecem relações emocionais que validam e organizam as configurações físicas e sociais das crianças. Os componentes do nicho se influenciam mutuamente de maneira coordenada, e a través da interação com a ecologia maior, fornecem às crianças regras sociais, afetivas e cognitivas do contexto cultural (Harkness e Super, 2006; Super e Harkness, 1986).

Para Bornstein e Cheah, (2006), a família (mãe e pai e outros significantes) é a principal fonte de estudos sobre o desenvolvimento por influenciar diretamente no desenvolvimento da criança de diversas maneiras, seja por uma contribuição genética, ou por moldar as experiências vividas pelas crianças. A literatura explora extensamente as relações familiares como o contexto de desenvolvimento da criança, sobretudo no que tange a relação mãe-bebê (Keller, 2007; Kobarg e Vieira, 2008; Lordelo, 2002; Seild-de-Moura et al., 2004), contudo estudos em outros contextos que a criança vivência proporcionam achados sobre a participação que a cultura maior tem na socialização e desenvolvimento da mesma.

Corrêa (2011) discute a unanimidade da literatura sobre a noção de que a criança separada do ambiente familiar necessita de cuidado diferenciado e atenção especial, neste caso, o ambiente de acolhimento institucional assume o papel central no processo desenvolvimental de crianças que foram afastadas do convívio familiar. A autora ressalta que avaliar instituições de acolhimento como ambientes coletivos de cuidado à criança, requer analisar diversos elementos deste contexto, tais como: ambiente físico e social, as práticas de cuidado e a psicologia dos cuidadores, e, portanto, a teoria do Nicho Desenvolvimental proporciona um modelo teórico contundente para esta análise, por

investigar a mútua relação destes elementos, assim como a criança no seu contexto traz contribuições de diferentes prismas sobre o desenvolvimento infantil.

Compreender os elementos constituintes do ambiente de uma instituição de acolhimento, principalmente no que tange a figura do profissional que presta cuidados as crianças acolhidas, contribui com informações que fomentam intervenções diretas que proporcionem um ambiente de cuidado mais promotor de desenvolvimento, uma vez que a criança que vive em uma instituição de acolhimento continua em seu processo de desenvolvimento. Neste sentido, cabe iniciar o tema por uma reflexão sobre os aspectos históricos e jurídicos que construíram a concepção de instituições de acolhimento no Brasil, contextualizando este contexto de cuidado e desenvolvimento na ecologia maior.

Aspectos históricos e jurídicos do Acolhimento Institucional no Brasil

No Brasil, a prática de internação de jovens e crianças em instituições de cuidado remonta o Brasil Colônia e traz em seu escopo tradições de cuidado assistenciais e práticas educacionais aos pobres e desvalidos da sociedade. Rizzini e Rizzini (2004) identificam três marcos ao longo da história das instituições de acolhimento no Brasil, o primeiro é o *internato de menores*, destinado as crianças pobres órfãs, negras, pardas, indígenas e ilegítimos abandonados, esta modalidade de atendimento foi marcada pelo sistema das *rodas dos expostos*, de iniciativa das Santas Casas de Misericórdia no período colonial, e garantia o anonimato do (a) autor (a) do abandono. O segundo marco foi à reabilitação dos *menores abandonados e delinquentes*, em que eram enviados para instituição contra a sua vontade ou entregues por suas famílias, foi caracterizado pela intervenção da ação policial, psiquiatria, medicina higienista, ciências sociais e psicologia, com o objetivo de classificação e reabilitação do menor. O terceiro é a noção *de abrigamento de crianças e adolescentes*, estabelecido com o Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA). Estes marcos históricos ilustram o início da construção do que é concebido hoje como instituição de acolhimento.

Desenvolvendo melhor o marco que estamos vivenciando na atualidade, o primeiro texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), regido pela Lei 8.069/1990 define os programas de abrigo como uma medida de proteção de caráter provisório e excepcional, em situações que a criança ou adolescente encontra-se em risco pessoal e social, e estabeleceu os princípios adotados pelas instituições de abrigo, dos quais cabe destacar para esta discussão, a preservação dos vínculos familiares e a participação na vida da comunidade local. Para Rizzini e Rizzini (2004), estas orientações indicam uma mudança lenta em direção contrária as antigas práticas de assistência à criança e adolescente, ao associar o *abrigamento* à garantia à convivência familiar e comunitária e preservação dos vínculos familiares.

Em 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), juntamente com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), elaboraram o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, no qual trouxe discussões sobre a garantia de direitos de crianças e adolescentes sob a guarda do estado. Neste documento foi utilizado o termo Acolhimento Institucional para designar os chamados programas de abrigo, e estabeleceu as diferentes modalidades de acolhimentos institucionais oferecidos a crianças e adolescentes, a citar: Abrigo institucional para pequenos grupos, Casa lar e Casa de Passagem. Estes devem prestar assistência à criança e adolescente no que tange a acolhida, cuidado e espaço para socialização e desenvolvimento, assim como o a possibilidade de uma relação positiva e estável com o cuidador, garantindo espaços para guarda de objetos pessoais e registo da história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente (BRASIL, 2006).

Cavalcante, Magalhães, e Pontes, (2007) ao realizarem uma revisão bibliográfica, identificaram que a palavra *abrigo* remete a asilo, esconderijo, recanto, refúgio, moradia, ninho ou acolhida. Em todas as definições, se faz presente a noção de recolhida, confinamento e isolamento social. Os autores assinalaram quatro concepções que definem abrigos para crianças de zero a seis anos, sendo elas: I. Política social e medida de proteção, por ser um instrumento legítimo da política de proteção aos direitos fundamentais das crianças, pois presta assistência à infância em situação de vulnerabilidade social, garantindo-lhe acolhida, moradia e cuidados básicos; II. Reprodução de traços das instituições totais ou fechadas, ao suprimir a noção de intimidade e individualidade, promover a segregação social e rupturas dos vínculos familiares, pois além da moradia, são ofertadas práticas de lazer, educacionais e terapêuticas na própria instituição, com atendimento para grandes grupos de crianças, normas e hierarquias rígidas, e rotina institucional definida pela equipe dirigente; III. Ambiente coletivo de cuidado infantil, estabelecido pelo paralelo entre abrigo e instituições de cuidado infantil, como creche e pré-escola, pois estes ambientes assemelham-se pelo cuidado prestado por não familiares, convivência entre coetâneos e ausência de espaços individualizados. Por fim, IV. Abrigo como um contexto de desenvolvimento humano, parte do princípio que no ambiente abrigo as crianças vivenciam rotinas e relações que desenvolvem habilidades e competências para a formação da personalidade e sociabilidade.

A partir da Lei Nacional da Adoção (2012), que altera o ECA, o termo *Abrigo* foi substituído por *Acolhimento Institucional*, a fim de designar os programas de proteção aos direitos da criança e do adolescente. A lei complementou que a preservação dos vínculos familiares e reintegração família como um dos princípios que as instituições de acolhimento devem adotar. O Acolhimento Institucional passa a ser definido como uma

medida de proteção de caráter provisório e excepcional, aplicado quando os direitos da criança e do adolescente são ameaçados ou violados, que deve ser utilizado de forma transitória para reintegração familiar ou, se não sendo possível, para a colocação em família substituta, sem implicar na privação de liberdade (BRASIL, 1990). Deste modo, cria-se uma distinção entre a medida protetiva, chamada de Acolhimento Institucional, e as modalidades de serviços destinados ao cumprimento da medida, a citar: abrigos institucionais, casas-lares, famílias acolhedoras e repúblicas

Em 2009 o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome publicou o guia “Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento Para Crianças e Adolescentes”, em qual define diretrizes para as modalidades de serviços de acolhimento destinados à medida de acolhimento institucional. No que tange a modalidade de Abrigo Institucional, é definido como um serviço de aspecto semelhante à de uma residência, localizado em áreas residenciais e inserido na comunidade, que oferece ambiente acolhedor e condições para o atendimento com dignidade. Cabe destacar que a modalidade abrigo institucional em pequenos grupos, muito se difere em sua definição, das instituições historicamente destinadas a assistência de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar. Visto que o atendimento no abrigo institucional deve ser personalizado em pequenos grupos, no máximo 20 crianças e adolescentes, favorecendo o convívio familiar e comunitário dos mesmos (BRASIL, 2009).

O guia de “Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento Para Crianças e Adolescentes”, estabelece a presença do Educador/Cuidado, a pessoa responsável pelos cuidados básicos como alimentação, higiene, proteção e educar os infantes acolhidos no local por meio de medida protetiva, em que deve prevalecer a previsibilidade da organização da rotina diária, de forma que o mesmo educador desenvolva as mesmas atividades de vida diária. O nível de formação educacional mínima deste profissional deve

ser de Nível Médio Completo e preferencialmente com experiência em atendimento de crianças e adolescentes. A proporção ideal educador-criança é de um educador para 10 usuários, podendo aumentar caso haja usuários que necessitem de cuidados especiais ou crianças com idade inferior a um ano (BRASIL, 2009).

Apesar da excepcionalidade da medida protetiva, 29.321 crianças e adolescentes estavam em abrigos e casas-lares no Brasil no ano de 2013, segundo relatório do Conselho Nacional do Ministério Público, um número significativo de crianças e adolescentes vivenciando o acolhimento institucional (CNMP, 2013). Em um levantamento realizado pela Fio Cruz destaca a modalidade de Acolhimento Institucional, representa mais de 50% dos serviços de acolhimento em todas as regiões brasileiras e que 29,2% eram crianças com menos de seis anos de idade (Assis & Farias, 2013).

A literatura nacional e internacional discutem os impactos do afastamento familiar e o desenvolvimento infantil em instituições de acolhimento, principalmente no âmbito do desenvolvimento cognitivo, social e emocional na primeira infância (Alexandre e Vieira, 2004; Bowlby, 2006; Cavalcante, 2008; Lima e Lima, 2012; Müller, 2014; Zortéa, Kreutz, e Johann, 2008), principalmente por esta etapa da vida ser marcada pela necessidade de cuidados especializados que garantam a sobrevivência das crianças, do mesmo modo que permitam o desenvolvimento de habilidades exigidas na adultes. Neste tocante, a próxima seção apresentará trabalhos desenvolvidos em ambientes de acolhimento institucional, que visam compreender o processo desenvolvimental das crianças acolhidas.

Estudos em instituições de acolhimento e suas contribuições para a psicologia do desenvolvimento.

As instituições de acolhimento, destinadas ao cuidado de crianças pequenas, despertam o interesse da psicologia do desenvolvimento por proporcionar achados significativos sobre a relação dos cuidados recebidos e o percurso do desenvolvimento, de crianças afastadas do convívio familiar.

No livro clássico da literatura sobre acolhimento institucional “*Niños sin hogar*”, de Anna Freud e Dorothy Burlinghan (1946), escrito após anos de observação em uma instituição para crianças órfãs de guerra, as autoras destacam que embora as crianças das instituições infantis estivessem tão bem nutridas quanto as crianças de residências familiares, e de proporcional desenvolvimento físico, motor e hábitos de higiene, as primeiras apresentavam desvantagem quanto a autonomia e afetividade. Estes dados apontam garantir apenas cuidados como alimentação, higiene e segurança, são insatisfatórios para garantir um desenvolvimento saudável.

Em uma discussão mais recente, Siqueira e Dell’Aglío (2006) sustentam que o processo de acolhimento institucional pode apresentar, ou não, um risco para o desenvolvimento das crianças. A criança ao entrar em uma instituição traz consigo sua história de vida, e forma como os diversos mecanismos do ambiente institucional vão operar na criança, poderá implicar em fatores de risco ou de proteção para a criança.

Cavalcante et al. (2007) salienta que a criança que vive em uma instituição de acolhimento continua em seu processo desenvolvimental e, portanto, faz-se importante compreender os elementos que compõem este espaço a fim de direcionar intervenções que proporcionem um ambiente de cuidado mais promotor de desenvolvimento. Neste sentido, pesquisas sobre o desenvolvimento em acolhimento institucional, cujo o foco de

investigação é desenvolvimento infantil, apontam que os vínculos e práticas de cuidado podem ser mais relevantes, do que os recursos ambientais disponíveis, para o processo de superação do afastamento familiar.

Alexandre e Vieira (2004) descreveram a relação de apego entre 14 crianças de três a nove anos, em um abrigo institucional na cidade de Santa Catarina, através da técnica de sujeito-focal com registro por amostragem de tempo de 30 segundos. Os dados foram organizados por três faixas etárias e categorizados em comportamento de contato físico, olhar, rir, aproximar, falar e estender os braços. Em suma os resultados apontaram a existência de comportamentos de apego entre irmãos e pares, em que os papéis desempenhados pelas crianças mais velhas, representam relevância para o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo para as crianças menores. A análise da rotina das crianças no abrigo revelou que as crianças engajam a maior parte do seu tempo em brincadeiras livres, e os autores discutem que é através das brincadeiras que as crianças desenvolvem a sociabilidade e demonstram afeto por outras pessoas.

Zortéa et al. (2008) investigaram a percepção da imagem corporal e ideias sobre si mesmas de crianças em família nuclear e instituições de acolhimento. O estudo avaliou através do desenho da figura humana, 24 crianças de cinco a sete anos, sendo 13 de famílias nucleares e com três anos de escolaridade na educação infantil, e 11 de uma instituição de acolhimento com um a três anos de escolaridade. Os resultados apontam não haver diferenças significativas na percepção da imagem corporal e ideias sobre si mesmas entre os grupos, e os pesquisadores atribuem estes resultados ao trabalho desenvolvido na instituição, que minimizou os efeitos negativos da ausência dos pais, oferecendo a possibilidade de desenvolver modelos satisfatórios de funcionamento.

Cavalcante (2008), em tese de doutoramento estudou a única instituição de acolhimento, para crianças de zero a seis anos, no município de Belém, e período de 2004-2005, em que analisou o ambiente físico e social, psicologia e práticas dos educadores, através de entrevistas semi-estruturadas, escala de avaliação do ambiente e observações comportamentais. Participaram do estudo 102 educadores, 19 funcionários e as crianças que passaram pela instituição no período da pesquisa. A pesquisadora constatou que 34,84% das crianças foram acolhidas com menos de um ano de idade, sendo que, ao se considerar a faixa etária de zero a três anos, este percentual sobe para 65,85%. Nesta instituição o cuidado era coletivo, desempenhado por educadoras do sexo feminino, com alta rotatividade das mesmas, e escassez de alguns materiais necessários aos cuidados básicos e a estimulação sensório-motora das crianças. Os dados observacionais apontaram que as crianças apresentam comportamentos de protesto quando educadores específicos se distanciam, o que a autora sugere como comportamento de apego da criança para com o educador. Os achados permitiram concluir, que as crianças que vivenciam o acolhimento institucional continuam se desenvolvendo, em termos de suas características físicas e pessoais, estabelecem relações recíprocas com os seus pares, educadores, família, gestores, escola, comunidade, rede de serviços e políticas públicas, e que estes elementos que podem moldar diretamente ou indiretamente os cursos do desenvolvimento dentro e fora da instituição.

Coutinho e Sani (2010), estudaram de forma qualitativa o ajustamento psicológico de nove crianças de ambos os sexos, de seis a 15 anos, acolhidas a mais de dois meses em de duas casas abrigos de Portugal. A partir de um roteiro de entrevista semiestruturado, as autoras investigaram três marcos temporais para as crianças e adolescentes, (a) fase antes da entrada no abrigo, período de violência, (b) saída da casa familiar e (c) fase de acolhimento na instituição de abrigo. A análise do conteúdo revelou cinco temas chaves

relacionados a experiência do acolhimento, sendo eles a integração/superação, suporte, responsabilização, disciplina e segurança. Os dados indicam que o acolhimento em casa de abrigo viabilizou mudanças na percepção das crianças de si mesma, dos outros e de seu meio, através da potencialização da auto-estima e crescimento pessoal, as crianças passaram a identificar a equipe da instituição como disponíveis e apoiadores, e assim como as mães, representam suporte e proteção. Além disto, responsabilizam a figura paterna pela situação vivenciada pela família, e destacam que a disciplina do abrigo difere do ambiente familiar, mas consideram o abrigo promove um sentimento de segurança física e psicológica. Para as pesquisadoras, a transição para um ambiente seguro atenua as marcas que levaram ao acolhimento, porém não é o suficiente para as superarem.

Estes estudos reforçam, Siqueira e Dell’Aglia (2006) visto que destacam o como a experiência de acolhimento institucional pode representar não somente um risco ao desenvolvimento, ao privar as de crescer no seio familiar, mas que representam um fator de proteção ao possibilitar que as crianças tenham contato com modelos relacionais mais adaptativos.

Costa e Cavalcante (2011) pontuam que a manifestação de comportamentos pro-sociais por crianças pequenas, em instituições de acolhimento, pode estar relacionado aos cuidadores diretos, visto que estes podem exercer o papel de fortalecer as motivações internas de ajuda ao próximo quando suas ações servem de exemplo de generosidade e empatia, há o desenvolvimento de um padrão de apego seguro, e o cuidado oferecido é atencioso e responsivo as demandas da criança.

A relação do cuidado ofertado nas instituições de acolhimento e o desenvolvimento de crianças acolhidas foram discutidos por Lima e Lima (2012), que avaliaram o desenvolvimento neuropsicomotor de 22 crianças com idade de zero a quatro

anos de duas instituições de acolhimento da cidade de Recife, por meio do teste de triagem de Dever II, considerando as áreas pessoal-social, motricidade fina, linguagem e motricidade ampla. As crianças foram agrupadas em três grupos, por faixa etária, e o critério de inclusão era não ter patologia física ou cognitiva. Os principais resultados indicaram atraso na dimensão da linguagem em 13 crianças, entretanto os autores destacam que não foi possível distinguir se este atraso se deu pelas condições das instituições de acolhimento ou pelo histórico de vida destas crianças, pois, eram oriundas de pais com dependência química. Além disto, os autores frisaram a inexistência de suspeita ou atraso em uma criança acolhida após o nascimento. Com referência as demais dimensões, houve ausência de atrasos significativos, e este dado foi atribuído a qualidade do cuidado ofertado às crianças, com destaque para o vínculo com educadores como um elemento que favorecedor do desenvolvimento saudável.

Com relação ao acolhimento de crianças portadoras de deficiência, (Rizzini e Almeida, 2011) discutem os principais resultados da pesquisa *Do confinamento ao acolhimento: mudando a pratica de institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência no Rio de Janeiro*. A pesquisa identificou dois tipos de estabelecimentos que atendem crianças e adolescentes com deficiência, sendo 13 abrigos específicos e 93 abrigos mistos, dos quais foram selecionados os nove com maior número de crianças e adolescentes com deficiência. Nos dois grupos houve uma predominância do sexo masculino, um maior número de adolescentes, e o registro em portuário, de diagnósticos imprecisos. Entre as diferenças encontradas nos dois grupos, verificou-se que os acolhidos das instituições mistas tinham mais independência funcional e motora que as crianças e adolescentes das instituições específicas.

Soares (2012) discorre que o trabalho de cuidar do outro exige manejo adequado de seus próprios sentimentos, garantindo assim à saúde mental do cuidador, que por sua

vez, favorece momentos de conforto e segurança a pessoa que é cuidada. Neste sentido, volta-se para os profissionais que prestam cuidados as crianças é uma vertente de pesquisa em acolhimento institucional que pode ser considerada recente, e proporciona uma compreensão da qualidade do cuidado e relações estabelecidas entre o educador e as crianças.

Em 2005, Nogueira e Costa descrevem, a partir de uma pesquisa etnográfica, um abrigo nos moldes de casa-lar, a instituição que acolhia crianças de zero a três anos, mas após a entrada, poderiam permanecer até completar 18 anos. A casa contava com uma mãe-social responsável por 12 crianças e quatro adolescentes, sendo o seu próprio filho. A proporção educador criança e a preocupação em cumprir com a rotina estabelecida pela instituição, inviabiliza a atenção as necessidades individuais e proporcionar uma escuta empática às crianças. Nas considerações finais, destaca-se a dificuldade da instituição de acolher e ofertar cuidados de qualidade com relações estáveis e duradouras, a mãe-social do estudo não se apresenta como uma profissional, pois não houve treinamento ou qualificação para a função, e apesar de se identificar como mãe, a mesma não se permite a um envolvimento afetivo com as crianças.

Com relação a resistência dos educadores responsáveis por crianças em instituições de acolhimento, Tinoco (2007) traz uma reflexão sobre o luto e seus fatores de risco e proteção no processo de acolhimento institucional. O estudo contou com cinco educadoras entre 28 a 50 anos, todas com nível superior e haviam participado previamente de um grupo de supervisão, chamado de Grupo de Reflexão, no período de 2003 a 2004, do qual foram retirados estratos das transcrições dos grupos de reflexão que correspondiam as participantes. Os principais resultados retratam a esquivas, por parte das educadoras, de relações afetivas com as crianças, seja pelo medo de lidar com a futura separação ou de estimular demasiadamente estas relações como tentativa de suprir a

carência familiar. Outro dado descreve a percepção das educadoras de falar com as crianças sobre temas relacionados ao sofrimento pode trazer mais dor, e, portanto, evitam lidar com o a situação. Os encontros nos Grupos de Reflexão mostram que quando as educadoras se sentem apoiadas e respaldadas por recursos técnicos adequados, são capazes de lidar com situações que envolvam rompimentos, seja das crianças como delas mesmas. O desconhecimento pelos educadores dos próprios sentimentos com relação aos rompimentos relacionados ao trabalho na instituição e a falta de rede de apoio para os mesmos, podem ser considerados como um fator de risco ao cuidado.

Pereira, Pereira, & Johnson (2010) levantaram as dificuldades enfrentadas por 13 profissionais de instituições de acolhimento do município do Vale do Itajaí em Santa Catarina, incluindo psicóloga, educadores, cozinheira, auxiliares de apoio e vigilantes. A coleta de dados foi de forma qualitativa e através do Círculo de Cultura, metodologia proposta por Paulo Freire, em três encontros coletivos, nos quais os principais temas que emergiram foram às necessidades dos trabalhadores e como se sentem com relação ao trabalho com as crianças. Os profissionais também destacaram a carência de material lúdico de didático para atender necessidades desenvolvimentais das crianças e adolescentes acolhidos e a necessidade das crianças e adolescentes seguirem ou terem uma religião, pois para os participantes, a religião era indissociável dos valores da vida e respeito a família. A discussão do estudo retrata que, apesar da maioria dos educadores terem o nível superior, eles não viam sua formação como instrumento para a sua prática profissional, ao passo que demandavam qualificação para o manejo com as crianças, neste sentido, relataram não se sentirem preparados para lidar com as necessidades emocionais das crianças, principalmente ao conhecerem o histórico sócio-familiar das mesmas, e alegam não falar abertamente sobre o acolhimento, adoção e retorno a família por falta de preparo para lidar com estes temas.

Moré e Sperancetta (2010) analisaram as práticas desenvolvidas por pais sociais em instituições de acolhimento a partir das políticas públicas de desenvolvimento social e de estudos nacionais. De um total de 12 trabalhos encontrados sobre o tema, oito discutiam a qualidade da atuação dos educadores em instituições de acolhimento, e foram encontradas diferentes denominações para se referir aos profissionais que prestam cuidados diretos à crianças e adolescentes, a citar: educador, monitor, cuidador e mãe-social. As pesquisas analisadas sugerem ambiguidade com relação ao papel destes profissionais, visto que devem exercer a função de educar, tal como os pais biológicos, mas respaldados por uma postura e visão técnica. Neste sentido, os autores discutem as divergências quanto as competências esperadas para a profissão e as práticas de fato observadas, e ressaltam a importância de estudos sobre as atividades, papéis e relações que caracterizam o acolhimento institucional, a fim de subsidiar programas de capacitação permanente com os profissionais, e garantir o bem-estar das crianças e adolescentes.

Na perspectiva de investigar as concepções sobre o cuidado de educadores de instituições de acolhimento, Magalhães, Costa, & Cavalcante (2011) entrevistaram 102 educadoras de um abrigo institucional para crianças na cidade de Belém, por meio de entrevista semi-estruturada. O resultado apontou que 90,2% das educadoras consideraram que cuidados com alimentação, sono, higiene e segurança são adequadamente garantidos as crianças, contudo, no que tange ao desenvolvimento cognitivo e intelectual, 70% das educadoras identificam que seu trabalho tem pouca influência sobre estes fatores de forma satisfatória.

Corrêa (2011) investigou o ambiente de acolhimento institucional sob a ótica modelo do nicho desenvolvimental. A pesquisadora entrevistou e observou educadores de uma instituição de acolhimento para crianças de zero a seis anos, quanto as concepções

sobre o desenvolvimento através da escala KIDI e práticas de cuidado às crianças. Os dados indicaram que 99% eram mulheres e quanto maior a experiência de cuidado com crianças, maior o conhecimento dos educadores sobre o desenvolvimento e práticas de cuidado. Faz-se interessante ressaltar dois pontos das considerações finais deste estudo, o primeiro discute a figura do educador integrante do nicho de acolhimento institucional, com o que a autora chamou, de “dupla condição” ao assimilar características deste nicho em suas práticas e transformar o nicho ao trazer as experiências pessoais de cuidado, e segundo a aplicabilidade do modelo em diversos contextos.

Corrêa e Cavalcante (2012), identificaram aspectos da vida pessoal e profissional de 102 educadores em um abrigo infantil na região metropolitana de Belém, por meio de entrevista semiestruturada. As autoras constataram que de 102 educadores da mesma instituição, 45% não estavam satisfeitos com as suas condições de trabalho, além disto, os três aspectos considerados mais cansativos pelos educadores foram: o esforço físico, a atenção contínua e o relacionamento com as crianças.

Nelson, Fox, e Zeanah (2014), realizaram um estudo intervenção em Bucharest-Romenia, com 72 crianças que não tinham histórico de acolhimento institucional e 136 crianças de uma instituição de acolhimento, que em um segundo momento foram divididas em dois grupos, aleatoriamente, um grupo com 67 crianças permaneceram na instituição e 69 foram encaminhadas a Famílias acolhedoras. Ao final da intervenção tinham 60 crianças sem histórico de acolhimento, 41 institucionalizadas e 57 em famílias acolhedoras. Foram selecionados homens e mulheres na cidade de Bucharest para compor o quadro profissional das famílias acolhedoras. Os pesquisadores avaliaram as habilidades cognitivas, linguísticas, físicas e exames neurológicos das crianças, antes e durante a intervenção, obtendo uma combinação de medidas padronizadas. Dentre os resultados, cabe destacar que a avaliação do QI médio das crianças no início do estudo,

revelou declínio cognitivo nas crianças institucionalizadas, e que crianças com menos de 2 anos de idade que foram encaminhadas às famílias acolhedoras, recuperaram seu potencial cognitivo. Os autores relacionaram este resultado a qualidade do cuidado oferecido as crianças em famílias acolhedoras, nas quais os profissionais receberam treinamento antes de ter contato com as crianças, recebiam uma ajuda de custo e orientação social para o trabalho, em quanto a instituição de acolhimento estava nos moldes das instituições totais para grandes grupos.

Em uma revisão sistemática de literatura, Quiroga e Hamilton-Giachritsis (2015) descreveram e analisaram 18 artigos referentes a 13 pesquisas publicadas sobre estilos de apego entre crianças em famílias acolhedoras e em acolhimento institucional. Na revisão foram identificadas variadas características dos educadores relacionadas a formação do apego em acolhimento institucional, como: sensibilidade do cuidador, trauma de infância do educador, estados mentais do cuidador, motivação do cuidador em família acolhedora e experiência materna na família acolhedora. Os estudos corroboram que o cuidado em acolhimento institucional pode ter mais impactos negativos na formação do apego seguro, do que o cuidado em famílias acolhedoras, visto que nestes ambientes, a proporção cuidador/criança pode ser um fator favorável ao estabelecimento do vínculo. Por fim, o estudo discute a necessidade de investigações mais precisas a respeito das características dos educadores que podem favorecer a formação do vínculo, sugere estudos que considerem as características culturais das instituições e o investimento em capacitação profissional aos cuidadores.

Estes estudos retratam que a presença de educadores sensíveis a necessidade das crianças pode proporcionar emoções positivas (p.ex. bem-estar e segurança) assim como de fornecer modelos e estimular a formação de novos vínculos afetivos e desenvolvimento da autonomia quanto aos cuidados com o próprio corpo e resolução de

conflitos, permitindo a manutenção do desenvolvimento físico, psicológico e social de crianças afastadas do convívio familiar (Cavalcante, 2008; Lima & Lima, 2012; Zortéa et al., 2008). Contudo, os mesmos trabalhos apresentam a instituição de acolhimento e seus elementos (o ambiente físico e social, as concepções e práticas de cuidado) sob a ótica de poucas instituições de acolhimento ou a instituições próximas as capitais ou regiões metropolitanas, e tomando com deixo a discussão de Garcia Quiroga & Hamilton-Giachritsis (2015), emerge o questionamento se a mesma dinâmica é representativa de instituições localizadas em um contexto que difere das regiões metropolitanas.

Achados sobre o desenvolvimento infantil pontuam que o perfil dos cuidadores primários (pais, mães, avós e professores), a diversidade cultural do contexto (com zona rural e urbana, escola, creche) e diferenças inter-geracionais, representam diferenças de concepções e práticas de cuidado (Kobarg & Vieira, 2008; Lordelo, 2002; Silva & Magalhães, 2011; Wörmann, Holodynski, Kärtner, & Kellerb, 2012), impactando diretamente no curso do desenvolvimento infantil. A próxima seção será destinada a apresentar pesquisas empíricas que destacam as características dos cuidadores primários, suas concepções e práticas de cuidado em diferentes contextos de desenvolvimento infantil.

Concepções e práticas de cuidado em diferentes contextos

Keller (2007), contribui para a discussão de como características sócio demográficas de uma sociedade podem estar relacionadas ao um modelo de orientação sócio-cultural da mesma, e descreve que pais de sociedade ocidentais, urbanizadas, industriais, com famílias de classe média e pais com elevado nível de escolarização, tendem a valorizar práticas que promovam a independência das crianças, enquanto que pais de contextos rurais, com predominância da agricultura de subsistência e nível de

escolarização relativamente baixo, valorizam a interdependência, comparativas que promovam a coesão grupal.

No que tange a investigação da relação do contexto de cultura mais ampla, as práticas de cuidado e o desenvolvimento infantil, Wörmann, Holodynski, Kärtner, & Keller (2012), investigaram a emergência do sorriso social, em um estudo longitudinal, com díades mãe-bebê, em dois contextos com modelos de orientação cultural diferentes, sendo a Alemanha referente ao modelo de independência e a sociedade de Nso (Camarão) do modelo relacional. Os resultados mostraram que bebês da Alemanha, com 12 semanas imitavam com mais frequência o sorriso das mães do que as da amostra do Camarão, com a mesma idade. Os autores associaram este resultado a natureza das práticas interacionais mãe-bebê, quanto ao engajamento em momento de trocas face-a-face, nos dois contextos estudados, concluído que praticas maternas de diferentes contextos sócio culturais podem influenciar na emergência e qualidade de um comportamento universal humano, como o sorriso social.

Ao conceber que em ambiente escolar as crianças estão expostas a um nicho desenvolvimental diferente do familiar, Harkness et al., (2007) se debruçou sobre as etnoteorias de professores do jardim de infância e primário, sobre o que eles consideram como “aluno ideal” em cinco países ocidentais, sendo eles: Itália, Países Baixos, Polônia, Espanha e Estados Unidos da América. Os principais resultados destacam-se que a percepção do aluno ideal varia de acordo com a cultura e que os professores valorizam o desenvolvimento de habilidades, como a motivação e a auto-regulação, que diferem do conteúdo acadêmico formal ocidental.

A literatura brasileira corrobora com achado transculturais no que diz respeito as correlações entre contextos diferentes e as concepções e práticas de cuidado (Lordelo, 2002; Seidl-de-moura, Carvalho, & Vieira, 2013; Silva, 2008). Lordelo (2002) observou

interações em brincadeiras livres de 148 crianças, 58 em creche, sendo públicas e privadas, e 90 em ambiente doméstico, de dois níveis socioeconômico, médio e baixo. Os dados encontrados indicam que crianças de nível socioeconômico médio e de creches privadas, tiveram mais interações adulto-criança do tipo verbal do que as crianças de baixa renda e em creches públicas. Por sua vez, as crianças com nível socioeconômico baixo, e em creches públicas, tiveram mais interações adulto-criança do tipo interação não verbal (contato corpo a corpo), que as crianças de nível médio e de creches privadas. Os resultados encontrados sugerem que diferentes contextos socioeconômicos proporcionam diferentes tipos de interação, devido a adaptação aos recursos ambientais disponíveis aos cuidadores primários.

Kobarg & Vieira (2008) levantou crenças e práticas maternas sobre o desenvolvimento infantil em contexto rural e urbano do município de Itajaí-Santa Catarina. Participaram 40 mães da zona urbana, sendo 20 com nível de escolaridade fundamental incompleto e 20 com nível superior, e 37 mães da zona urbana em que não houve divisão por escolaridade. As mães tinham pelo menos um filho com idade entre zero a três anos e os dados foram coletados sócio demográficos foram coletados por ficha de caracterização e as crenças e práticas maternas pelo “Inventário de crenças parentais sobre crianças e bebês”. Os dados apontaram que mães das atividades de cuidado com a criança eram significativamente menos presentes em mães com nível superior da zona urbana, além disto, estas mães valorizavam mais a estimulação de suas crianças que as mães dos outros grupos. Mães do contexto urbano de baixa escolaridade valorizaram mais a disciplina e mães do contexto rural a apresentação apropriada do bebê em público. A análise destes achados indica diferenças significativas quanto a crenças e práticas maternas nos dois contextos, sendo que a escolaridade materna teve efeito mais significativo.

Silva, (2008) realizou um estudo das crenças parentais de mães em dois contextos do estado Pará. O pesquisador entrevistou 100 mães primíparas, 50 do contexto urbano e 50 do contexto rural, utilizando o Questionário de Crenças sobre práticas maternas e a Entrevista sobre Metas de Socialização. Os principais resultados apontam diferenças significativas quanto ao perfil das mães nos dois contextos, no que diz respeito as variáveis idade e nível de escolaridade. Verificou-se pontos convergentes e divergentes quanto as crenças maternas, visto que nos dois contextos houve valorização das dimensões “apresentação apropriada do bebê”, “estimulação”, “responsividade” e “disciplina”, na mesma ordem de apresentação, porém, a “apresentação apropriada do bebê” e “estimulação”, obtiveram médias maiores no contexto urbano, enquanto que a média em “responsividade” foi maior no contexto rural. Em síntese, os achados indicam que mães do contexto urbano do Pará estão inclinadas para a valorização de crenças e metas voltadas para o desenvolvimento autonomia e ao mesmo tempo da relação e coesão grupal.

Vieira et al., (2010) pesquisaram o sistema de crenças de 600 mães brasileiras de pequenas cidades e grandes capitais, por meio da Escala de Alocentrismo Familiar e Escala sobre Crenças e Práticas Parentais. Os dados obtidos estabeleceram que tanto mães residentes nas capitais e pequenas cidade do Brasil valorizam o desenvolvimento voltado para a autonomia e interdependência, e ausência de significância entre valorização da autonomia e o nível de escolaridade de mães.

Contudo, esta discussão entre o contexto socio-cultural e desenvolvimento infantil, voltado para a realidade brasileira, nos questionamos é que seria concebido como um contexto urbanizado e não urbanizado em um Brasil multicultural e de diversas geografias?

Neste sentido, Silva (2008) aponta dificuldades existentes na área da Sociologia e Demografia para se definir urbano e rural, e destaca na literatura que esta diferenciação deve ser contextualizada no mesmo período histórico. O autor cita duas formas de abordar o que é urbano e rural, a primeira mais clássica, marcada pela dicotomia entre a produção industrial e a produção agropecuária, e a segunda considera o urbano e rural como um *continuum*.

Reis (2006) destaca que até as primeiras décadas do século XX o Brasil apresentava-se com uma sociedade predominantemente rural, e entre meados de 1940 a 1980, houve uma migração da população rural para os centros urbanos, ocasionando o crescimento desordenado das grandes cidades. Em contrapartida, o espaço rural brasileiro passou a ser multifuncional, com diversidade econômica e de produção. Ressalta que o espaço urbano e rural não pode ser compreendido separadamente, visto que um não existe sem o outro. Existem duas formas de definição de urbano e rural, uma dicotômica, norteada pelas diferenças existentes entre os dois espaços, e o continuum, que se volta para aproximação dos mesmos. Nesta discussão, Rodrigues (2014) e Reis (2006) afirmam que a definição de urbano e rural no Brasil segue critérios administrativos estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Porém considerar que uma comunidade localizada na região metropolitana e outra afastada da dos centros urbanos correspondem a mesma realidade, negligência diferenças subjacentes ao conjunto de crenças e práticas de cuidado culturalmente valorizadas e/ou adaptativas a disponibilidade de recursos ambientais. Os estudos até então destacados, reforçam que as crenças e práticas culturalmente partilhadas são dinâmicas e não lineares, as interações podem estar relacionadas as características sócio demográficas, psicológicos individuais e ao contexto cultural dos envolvidos (Harkness et al., 2007; Lordelo, 2002; Super & Harkness, 1986; Vieira et al., 2010).

Em 2013, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Acolhimento Institucional (NEPAIA), vinculado ao Laboratório de Ecologia Humana (LED), lançaram a pesquisa “Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em quatro regiões do Estado do Pará: perfil, rotinas e práticas de cuidado”, sob coordenação das professoras Lilia Cavalcante e Celina Magalhães, com o objetivo de ampliar o olhar sobre o cuidado em acolhimento institucional, para além da capital do estado. O estudo levantou características as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes e práticas de cuidado presentes em quatro regiões do Estado do Pará: Região Metropolitana, Região do Guamá, Região de Caetés e Região de Tocantins. Dados preliminares indicaram 337 crianças e 357 adolescentes, com maior concentração na região metropolitana. As crianças estavam na faixa dos três primeiros anos de vida, sendo que 38% destas estavam acolhidas conjuntamente com os seus irmãos. O principal motivo de acolhimento nas regiões de Caetés, Tocantins e Metropolitana foi a negligência familiar, enquanto que na região do Guamá foi o abandono e violência física. As crianças permaneceram acolhidas por menos de seis meses e o principal destino após o acolhimento foi o retorno para a mãe ou avós. Um ponto que chamou atenção neste estudo foi a ausência de informações no que diz respeito aos dados dos familiares (Cavalcante, Magalhães, Corrêa, Silva e Barros, 2015).

Considerando a qualidade das práticas de cuidado oferecidas a crianças pequenas podem influenciar diretamente em seu desenvolvimento, e, portanto crianças afastadas do seu meio familiar por motivos de violação ou ameaça de seus direitos (por exemplo: alimentação, saúde, segurança e lazer) são encaminhadas a instituições de acolhimento, sob o cuidado de profissionais que terão a responsabilidade de suprir as necessidades de cuidados básicos e lacunas imediatas, emocionais e sociais, deixadas pelas famílias, o presente trabalho está vinculado a pesquisa acima citada, e dedica-se a explorar

concepções e práticas de cuidado em abrigos institucionais, considerando dois contextos, a Região Metropolitana de Belém, como representativa de um contexto urbano, o Interior do Estado do Pará, como representativa de um contexto rural. Para a organização e análise dos dados, foi tomado como base os três subsistemas do Modelo do Nicho Desenvolvimental.

O estudo parte dos questionamentos: existem diferenças quanto ao ambiente, concepções e práticas dos educadores de abrigos institucionais no contexto rural e urbano? Existem diferenças estruturais entre os abrigos do mesmo estado, mas em contextos diferentes? Quais as concepções e práticas de cuidado predominantes nos abrigos do Estado do Pará? A fim de contemplar estas perguntas de pesquisa, serão apresentados os objetivos do estudo e método de investigação.

1.Objetivos

Geral

Caracterizar as concepções e práticas de educadores em instituições de acolhimento da modalidade “abrigo institucional”, que prestam serviço a crianças de zero a seis anos em quatro regiões do estado do Pará.

Específico

- Descrever o ambiente físico e social das instituições de acolhimento.
- Construir o perfil dos educadores com relação às características pessoais e de trajetória profissional de cuidado à criança.
- Identificar as práticas de cuidado que os educadores realizam em sua rotina diária na instituição.

- Descrever as concepções de cuidado a partir de características sócio demográficas e profissional.
- Comparar das concepções e práticas de cuidado realizadas por educadores em dois contextos: Região Metropolitana e Interior do Estado.
-

2. Método

2.1. Delineamento do Estudo

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, transversal e de caráter descritivo.

2.2. Participantes

Foram informantes 110 educadores de instituições de acolhimento na modalidade de abrigo institucional de quatro regiões do estado do Pará, no período de outubro de 2013 a março de 2014. Este universo correspondeu a 70% do total de educadores identificados nas instituições de acolhimento selecionadas para participar do estudo.

Critérios de inclusão: Ser educador em serviços de acolhimento que atendiam crianças de zero até seis anos e se enquadravam na modalidade de abrigo institucional nas quatro regiões do estado do Pará, no período da coleta de dados.

Critérios de exclusão: Ser educador de serviços de acolhimento que atendiam exclusivamente crianças com desenvolvimento atípico.

2.3. Ambiente

Os serviços de acolhimento pertenciam a modalidade Abrigo Institucional localizados em quatro regiões do estado do Pará e atendiam crianças de zero a seis anos com desenvolvimento típico, de modo que foram selecionadas 11 instituições, das 27 identificadas no período acima citado.

As instituições investigadas localizam-se no nordeste paraense (ver figura 1), onde estavam concentrados 26 serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, segundo levantamento realizado pelo Ministério Público em 2013, no Estado do Pará, de um total de 36 serviços de acolhimento, deste modo a pesquisa contemplou aproximadamente 70% dos serviços de acolhimento do Estado.



Figura 1: Ilustração representativa da localização das regiões investigas no Estado do Pará

No período da pesquisa, a Região Metropolitana de Belém (Metropolitana) era composta por seis municípios, a Região de Tocantins por 11 municípios, Região do Guamá por 17 e Região de Caetés por 16. Das instituições selecionadas para o levantamento dos participantes, cinco estavam localizadas na Região Metropolitana de Belém, sendo três no município de Belém e duas em Ananindeua. Três estavam distribuídas na Região de Tocantins, nos municípios de Abaetetuba, Barcarena e Tailândia, duas na Região do Guamá, nos municípios de Castanhal e São Miguel do

Guamá e apenas uma na Região de Caetés, no localizada no município de Capanema, compondo assim oito municípios investigados. A tabela 1 ilustra as características demográficas dos municípios com serviço de acolhimento para crianças de zero a seis anos, por região investigada.

Tabela 1: Demonstrativo das características demográficas dos municípios com serviço de acolhimento para crianças de zero a seis anos.

Regiões	Densidade populacional (Habitante/Km ²)*	Território (Km ²)*	Base Econômica**	Índice de Desenvolvimento humano*	Percentual Urbano*
Região Metropolitana					
Ananindeua	2.477,56	190,5	Agricultura, extrativismo vegetal e mineral, pecuária, indústria e comércio.	0.718	99%
Belém	1.315,27	1.059,4	Comércio e serviços, industrial com alguns estaleiros, metalúrgicas, pesca, beneficiamento do palmito e madeiras.	0.746	99%
Região de Tocantins					
Abaetetuba	87,61	1.610,6	Serviços, indústria e agropecuária.	0.628	58%
Barcarena	76,21	1.310,3	Industria, Agricultura, tradicional e turismo.	0.662	36%
Tailândia	17,90	4.430,2	Pecuária, extração madeira, agricultura, comércio varejista e agroindústria.	0.588	74%
Região do Guamá					
Castanhal	168,29	1.028,9	Comércio e indústria	0.673	88%
São Miguel do Guamá	46,45	1.110,2	Industria de cerâmica	0.591	61%
Região do Caetés					
Capanema	103,72	613,6	Agropecuária, indústria e serviços.	0.655	79%

Fonte: * IBGE. Censo Demográfico (2010), **Sítios eletrônicos das prefeituras dos municípios.

2.4. Instrumentos

Foram utilizados dois instrumentos, descritos a seguir;

2.4.1. Questionário de Caracterização da Instituição

Criado pelo Cavalcante (2012), composto por 85 questões abertas e fechadas, agrupadas em nove eixos, a citar: A – Identificação e Organização Técnico Legal; B –

Critérios e Procedimentos de Atendimento; C – Características Físico-Funcionais da Instituição; D – Acolhimento, Abrigamento e Reintegração às Crianças e aos Adolescentes; E – Da Relação Com as Famílias das Crianças/Adolescentes Acolhidos; F – Desligamento da Criança e/ou Adolescente; G – Preservação da História das Crianças e/ou Adolescentes; H – Dificuldades e Necessidades da Instituição; I – Proposições. (Ver Apêndice F)

2.4.2. Questionário de Caracterização dos Educadores

Criado por Cavalcante (2012) composto por 34 questões, com subitens abertos e fechados, agrupados em quatro eixos, a saber: A – Dados Pessoais – Composta por 11 itens (1 ao 11), que visou estabelecer o perfil sociodemográfico dos entrevistados, com itens sobre a identificação, data de nascimento, idade, naturalidade, escolaridade, qual o curso de graduação e pós-graduação, se possui ou não filhos, município e bairro de residência, composição familiar e telefone de contato, caso houvesse necessidade de contatar o educador a respeito de incongruência em algum item preenchido; B – Dados Profissionais – Com 10 itens (12 ao 21) que levantam sobre situação funcional como a função do educador na instituição, tempo de serviço, atividades realizadas, trajetória profissional, antes e durante a sua permanência na instituição, enfatizando as experiências de trabalho com crianças e adolescentes e cursos de capacitação; C – Dados Sobre a Satisfação com a Profissão – Composta por quatro itens, que investigam as principais fontes de informação para aprimorar o trabalho na instituição, qual a satisfação com as características do trabalho, planejamento para o futuro profissional e concepção sobre o que é considerado cansativo; no trabalho realizado; D – Dados Sobre Concepções e Práticas de Cuidado – se constitui por nove itens que levantam informações sobre a concepção de se apegar a uma criança e adolescentes, e a influência de suas práticas para o desenvolvimento das mesmas, assim como as principais atividades desenvolvidas,

práticas de resgate da história de vida e práticas de cuidados realizadas na instituição (chegada da criança e adolescente e a preparação para a saída, as refeições, preparação para dormir, higiene pessoal, conversas e respostas as demandas com as crianças e adolescentes, atenção à criança com desenvolvimento atípico, mediação de conflitos, interações sociais positivas, incentivo ao vínculo com a família e sexualidade), a experiência de ter filho com o trabalho de educador, e como a instituição e o educador podem melhorar as práticas de cuidado desenvolvidas na instituição (Ver Apêndice G).

2.5. Procedimento

2.5.1. Autorização judicial para inserção nos espaços de acolhimento e procedimentos éticos: Foi solicitado autorização judicial, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para a realização da pesquisa nas instituições de acolhimento (Apêndice A), possibilitando o acesso às mesmas e a equipe técnica responsável. Com a autorização, o projeto foi submetido ao comitê de ética e pesquisa com seres humanos no Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, obtendo parecer favorável sobre registro nº 568.265 (Apêndice B).

2.5.2. Contato com as instituições de acolhimento: Realizados através de ligações telefônicas, visando o agendamento de visita prévia para apresentar a pesquisa a equipe técnica. Neste contato obteve-se informações sobre número de crianças acolhidas na casa, número de educadores e contatos da Secretaria Municipal, para solicitação de autorização para realização da pesquisa, com anuência em Termo de Autorização da Secretaria de Assistência Social (Ver Apêndice C). Após a autorização pela Secretaria Municipal, obteve-se autorização da gerência da instituição de acolhimento, com assinatura no Termo de Autorização da Instituição de Acolhimento (Ver Apêndice D).

2.5.3. Coleta de dados: Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos, parte por coleta em campo e parte foi extraída de banco de dados.

A fase de coleta de dados ocorreu no período de outubro de 2013 a março de 2014, realizada pelo grupo de pesquisa NEPAIA, com treinamento prévio da equipe. No treinamento os pesquisadores foram instruídos a interromper o mínimo possível na rotina da instituição, realizar a entrevista individualmente, no horário que melhor fosse conveniente para o participante, visto que a entrevista tinha, em média, de uma hora de trinta minutos de duração, a contar com o momento de convite a participação voluntária da pesquisa, leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice E) e realização da entrevista, a qual poderia ser interrompida a qualquer momento a pedido do participante, seja por desistência ou para atender as demandas de sua rotina de trabalho. O critério de seleção da amostra foi não probabilístico por conveniência. Concomitante a isto, foi entregue a gerência da casa o Questionário de Caracterização da Instituição.

Após concluir a coleta de dados com os educadores das 27 instituições identificadas nas quatro regiões do estado do Pará, os formulários de entrevistas foram revisados a fim de conferir itens em branco ou incongruências nas respostas, nestes casos, os participantes foram contatados a fim de sanar do preenchimento adequado do instrumento. As respostas dos dois instrumentos utilizados foram categorizadas e convertidas em variáveis de análise, transcritas em planilha eletrônica para análise estatística, compondo desta forma banco de dados da pesquisa nas quatro regiões.

De posse do banco de dados concluído e revisado, iniciou a fase de coleta em banco de dados. No que tange o banco dos educadores, foram extraídas as informações de profissionais que atendiam crianças de zero a seis anos e compunha o quadro funcional de instituições consideradas como Abrigo Institucional, utilizando-se como critério de classificação a capacidade máxima de 20 crianças e adolescentes por instituição, tal como o recomendado pelas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009). As variáveis selecionadas para a análise dos dados

correspondiam a questões com alternativas fechadas e se referiam ao eixo Dados Pessoais (idade, sexo, nível de escolaridade, graduação e se possui ou não filhos), Dados Profissionais (tempo de serviço, exercício de outra atividade profissional e experiência de trabalho com crianças), e Dados Sobre Concepções e Práticas de Cuidado (atividades desenvolvidas na instituição, práticas de registro da história de vida, práticas de cuidado desempenhadas na rotina, como o educador avalia apegar-se a uma criança, qual o nível de influência que o educador tem sobre o desenvolvimento da criança, como o mesmo avalia que a sua experiência de ter filhos pode influenciar em sua prática de cuidado na instituição). Foram excluídos desta análise, dados de educadores em Instituições de Acolhimento que atendiam exclusivamente crianças acima de seis anos, adolescentes (de 12 a 18 anos) e/ou crianças e adolescentes com desenvolvimento atípico.

Por fim, a amostra foi dividida em dois grupos, compondo uma nova variável denominada *contexto*, sendo: 1. *Região Metropolitana de Belém*, composta pelos municípios de Belém e Ananindeua, e 2. *Interior do Estado*, composta pelos municípios que compunham as regiões do Guamá, Tocantins e Caetés.

2.6. Análise dos Dados

A descrição do ambiente das instituições de acolhimento se deu de forma quantitativa com base nos dados obtidos no questionário de caracterização da instituição, dos quais foram selecionadas os abrigos institucionais que atendiam crianças de zero a seis anos, em que destacou-se os itens relativos ao custeio financeiro da instituição, localização, características da população atendida pela instituição (faixa etária, sexo, tipo de risco social e pessoal, grupos de irmãos), capacidade de atendimento, média/mês de atendimento, critério para distribuição das crianças nos dormitórios e ambiente.

Para o levantamento do perfil geral dos educadores de abrigos institucionais e o perfil dos educadores em cada contexto, itens com os dados pessoais e profissionais foram

analisados de forma qualitativa, com uso de estatística descritiva inferencial, por meio de gráficos, tabelas, frequências absolutas e percentuais. Do mesmo modo de análise, foram descritas concepções e práticas de cuidado voltadas as crianças, que os educadores informaram realizar em sua rotina de trabalho institucional.

Cabe frisar que os itens compostos por escala do tipo Likert de cinco pontos tiveram as respostas recategorizadas por polaridade, deste modo os itens passaram a ser constituídos pelas respectivas categorias, a citar: item 28 (ver apêndice G), “1= nenhuma ou pouca influência”, “2= nem muita nem pouca influência” e “3= suficiente ou muita influência”; e itens 31 e 32 (ver apêndice G), “1= Poucas vezes”, “2= Nem poucas nem muitas vezes” e “3= Muitas vezes”.

Além disto, os dados sobre a concepções e práticas de cuidado foram cruzados com as variáveis *faixa etária, nível de escolaridade, possuir ou não filhos, tempo de serviço na instituição e contexto*, por meio de referência cruzada.

3. Resultados e discussão

Para fim de apresentação dos resultados, nesta seção os dados foram organizados tomando como base os três subsistemas que compõem o Modelo do Nicho Desenvolvimental.

3.1. Subsistema Ambiente Físico e Social

No presente estudo esse subsistema será entendido como os locais onde as instituições funcionam, faixa etária de atendimento, estrutura física e social das instituições, ordenação dos grupos de crianças nos dormitórios, normas e regras que norteiam a dinâmica institucional. Consideramos para a análise que essas variáveis influenciam diretamente nas práticas e psicologia dos educadores, e, conseqüentemente no processo desenvolvimental das crianças acolhidas.

Das 11 instituições de acolhimento investigadas, nove são de natureza governamental, administradas pelo município ou estado e mantidas por recursos do poder público e duas instituições eram tidas como não governamentais administradas por instituições filantrópicas e mantidas com recursos de doações de pessoas físicas e jurídicas, estas estavam localizadas na Região Metropolitana de Belém. Todas as instituições estavam em áreas residenciais e/ou urbanas dos municípios.

A capacidade de máxima de atendimento variou de 10 a 40 acolhidos por unidade investigada. Em 2006, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006), prevê o reordenamento dos serviços de acolhimento, favorecendo assim o atendimento individualizado e em pequenos grupos. A Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, sugerem que o serviço na modalidade de abrigo institucional, deve acolher no máximo 20 crianças em locais que se assemelhem ao ambiente residencial. Contudo a instituição 9, estava discutindo o reordenamento para ajuste aos moldes técnicos sugeridos, ainda acolhendo crianças em grandes grupos e necessitando de uma maior equipe de educadores.

A tabela 2 expõe as principais características de cada instituição, em que é possível visualizar que a idade mínima para o ingresso na instituição variando de zero a sete anos, e idade máxima de 10 a 18 anos. Entretanto houve instituições com atendimento de crianças de zero a seis anos e acolhiam grupos de irmãos fora da faixa etária estabelecida, e um caso de adolescente acolhida com seu bebê e os responsáveis pelos cuidados da criança eram os educadores da instituição. Nove das instituições investigadas informaram acolher grupos de irmãos fora da faixa etária estabelecida, sendo que as duas instituições que não acolhem são do Interior do Estado. Estes dados sinalizam o cumprimento da diretriz de não desmembramento do grupo de irmão e fortalecimento do vínculo familiar,

mesmo em instituições na quais as normas para acolhimento pareçam estar, em um primeiro momento, em desacordo com o estabelecido pelo ECA.

Tabela 2: demonstrativo das características das instituições de acolhimento investigadas

Instituição	Município	Características da Instituição			
		Capacidade de atendimento	Faixa etária atendida (anos)	Acolhe grupo de irmãos fora da faixa etária	Criança e adolescente com deficiência física e/ou mental
Instituição 1	Castanhal	20	0 a 18	Sim	Não
Instituição 2	São Miguel do Guamá	Dado faltante	0 a 18	Dado faltante	Dado faltante
Instituição 3	Capanema	20	0 a 17, 91	Não	Sim
Instituição 4	Abaetetuba	12	0 a 17	Sim	Sim
Instituição 5	Barcarena	20	0 a 18	Sim	Sim
Instituição 6	Tailândia	10	0 a 17	Sim	Não
Instituição 7	Belém	20	7 a 12	Sim	Não
Instituição 8	Belém	40	9 a 18	Sim	Sim
Instituição 9	Belém	30	0 a 10	Sim	Não
Instituição 10	Ananindeua	20	0 a 6	Sim	Não
Instituição 11	Ananindeua	16	7 a 12	Sim	Não

Fonte: Banco de dados da pesquisa “Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em quatro regiões do Estado do Pará: perfil, rotinas e práticas de cuidado”

Ao analisar as características por contexto, obtemos que os abrigos institucionais localizados na Região Metropolitana de Belém (Belém e Ananindeua), afirmaram acolher crianças em condição de negligência, violência física e sexual. Apenas a Instituição 9 atende crianças soro positivas para HIV, com doenças infectocontagiosas, em condição de exploração sexual e tráfico humano, enquanto que a Instituição 8 assinalou o acolhimento de crianças em situação de deficiência física e mental. Com relação ao acolhimento de crianças com deficiência física e mental, cabe destacar que na Região Metropolitana de Belém existe uma instituição de acolhimento destinada, exclusivamente, ao acolhimento de crianças e adolescentes nestas condições, direcionando assim o acolhimento deste público para a mesma.

A respeito dos espaços descritos pela gerência dos abrigos da Região Metropolitana de Belém, os mesmos possuem no mínimo cinco banheiros, uma cozinha, três dormitórios, uma garagem, uma lavanderia e uma sala de televisão e vídeo. A figura 2 ilustra parcialmente os dormitórios de abrigos na Região Metropolitana de Belém, nas imagens é possível perceber uma aglomeração de beliches nos dormitórios das Instituições 7 e 8, sendo que a Instituição 7 tinha a capacidade de atender 20 crianças e contava com três dormitórios, e a Instituição 8 atendia 40 acolhidos distribuídos em oito dormitórios.



Figura 2: Imagens parciais dos dormitórios dos Abrigos Institucionais da Região Metropolitana

Dois abrigos institucionais relataram dispor de espaço de berçário, porém, no período da coleta de dados o berçário da Instituição 9 estava desativado por não haver crianças acolhidas na faixa de zero a seis meses. Cabe salientar que originalmente a Instituição 7 destina-se ao acolhimento de crianças de sete a 12 anos, mas no período da coleta de dados, havia uma criança menor de seis anos que compunha um grupo de irmãos.

Em todas as instituições da Região Metropolitana foi assinalada a presença da garagem e em quatro foi demarcada a área do jardim, interno ou externo ao abrigo. A Figura 3 ilustra os espaços de área externa as instituições do município de Belém, em que se observa a presença de uma área ampla e arborizada nas Instituições 8 e 9, e um piso de concreto pintado de verde na instituição 7.



Figura 3: Imagens parciais dos dormitórios dos Abrigos Institucionais do município de Belém

Na descrição das imagens representativas das instituições não foram totalmente contempladas as instituições do município de Ananindeua, pois as casas estavam em fase de implementação, e, embora já estivesse em funcionamento e com crianças acolhidas, não foi possível um adequado registro fotográfico devido o constante reordenamento do ambiente.

Com relação os abrigos institucionais, localizados no interior do estado (Castanhal, São Miguel do Guamá, Capanema, Abaetetuba e Tailândia), todos identificaram a negligência, abandono, violência física, violência sexual, situação de rua, exploração sexual e tráfico humano, como condições de risco atendidas pela instituição, sendo que destas, as Instituições 3, 4 e 5 pontuou acolher casos de crianças portadoras de deficiências físicas e mentais. Apenas a instituição 3 afirmou receber casos de crianças soro positiva para HIV, doenças infectocontagiosas e doenças graves.



Figura 4: Imagens parciais dos dormitórios de Abrigos Institucionais no Interior do Estado

Os espaços que constituem os abrigos institucionais do Interior do Estado possuem pelo menos dois dormitórios, dois banheiros, uma cozinha, uma dispensa para alimento e sala de televisão e vídeo. A figura 4, ilustra parcialmente os espaços de dormitório destes abrigos institucionais, na qual destaca-se a presença de uma rede no dormitório feminino da Instituição 1, o que aponta para sensibilidade da instituição para a preferência da criança do local onde deseja dormir. Além disto, a presença de berços nos dormitórios das instituições 3 e 6, sinaliza que grupos de irmãos de diferentes faixas etárias permanecem no mesmo dormitório. Um ponto crítico representado na Figura 4 diz respeito a condição do dormitório da Instituição 2, visto que neste espaço estava acolhendo um bebê. Quatro instituições afirmaram ter o espaço destinado ao berçário, das quais duas estão representadas na Figura 5.



Figura 5: Imagens parciais dos berçários de Abrigos Institucionais no Interior do Estado

Apesar da gerência das instituições do Interior descreverem a presença de uma sala de televisão e vídeo, observa-se com a Figura 6 que estes espaços mais se assemelham a salas de estar residenciais, o que está de acordo com as recomendações técnicas para o serviço de acolhimento em pequenos grupos, pois torna o ambiente mais similar a uma residência familiar.



Figura 6: Imagens parciais das salas de televisão e vídeo dos Abrigos Institucionais no Interior do Estado

Com relação ao ambiente externo dos abrigos (Ver Figura 7), somente a Instituição 1 classificou o espaço como jardim, ao passo que as instituições 3, 5 e 6 descreveram como garagem, e a instituição 2 não atribuiu nenhuma classificação ao espaço. Em síntese, as instituições que acolhem crianças no interior do Estado têm um espaço físico amplo e arborizado, que podem ser aproveitados para brincadeiras, receber visitas, embora este espaço parecesse estar invisível para os gestores das instituições.

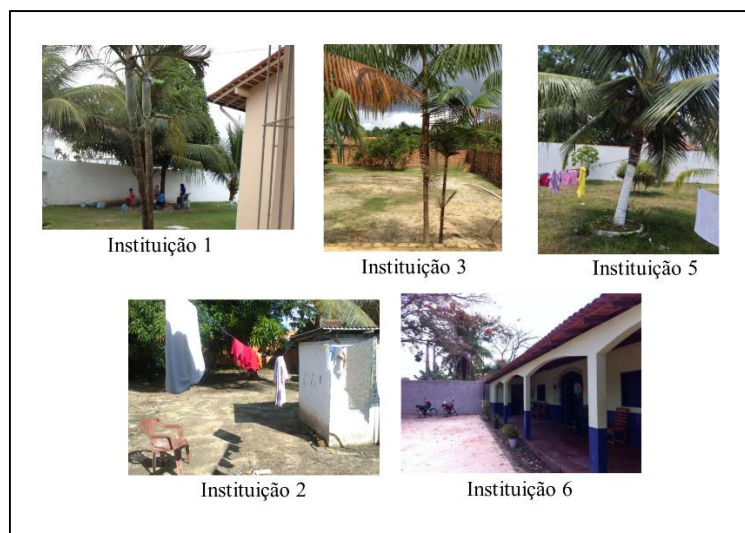


Figura 7: Imagens parciais da área externa livre dos Abrigos Institucionais do Interior do Estado

Considerando as recomendações previstas no documento “Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento Para Crianças e Adolescentes” (BRASIL, 2009), os abrigos institucionais do Interior do Estado parecem estar mais próximos das normatizações adequadas para as medidas de proteção à infância, mesmo apresentando limitações quanto a materiais e imobiliários, pois os atendimentos são realizados em pequenos grupos, há a presença de dormitórios com camas e berços para o acolhimento de grupos de irmãos de diferentes faixas etárias e a estrutura da casa assemelhe-se a de uma residência. Por outro lado, as instituições da Região Metropolitana, ainda estavam passando pelo processo de reordenamento, e, dentre as dificuldades relatadas pela gerencia para a conclusão do processo, foi a presença de crianças acolhidas das instituições e que necessitariam ser encaminhadas à outras instituições.

3.2. Subsistema de Práticas

O subsistema de práticas desempenhadas pelos educadores será compreendido e investigado com base nas informações fornecidas no Questionário de Caracterização do Educador, considerando as atividades que os educadores afirmam realizar, com as crianças acolhidas, no ambiente de abrigo institucional. Antes de se iniciar uma discussão

a respeito das práticas de cuidado, faz-se necessário compreender quem são os profissionais e que experiências eles têm com o cuidado infantil. Esta seção iniciará com a apresentação do perfil dos educadores que atendem crianças de zero a seis anos em instituições de acolhimento, sob a ótica da descrição de características pessoais e profissional dos participantes nos dois grupos: Região Metropolitana (RMB) e Interior do Estado (Interior). Em seguida as práticas de cuidado serão descritas e discutidas com base contexto investigado e, afim de verificar as características do educador que podem se relacionar ao exercício da função, serão incluídas nesta análise as variáveis do perfil pessoal e profissional.

3.2.1. Perfil dos educadores

Os dados da amostra revelaram que 70% dos participantes eram da Região Metropolitana, e a região com menor percentual foi a de Caetés com 5,5%, na figura 8 estão representas as distribuições percentuais da amostra por região.

A concentração do percentual de participantes na região metropolitana, pode ser dado em função de dois fatores, primeiro pode estar relacionado a quantidade de serviços de acolhimento identificados na região, uma vez que foram localizados cinco abrigos institucionais, e segundo, o número de informantes da Instituição 9, visto que 50% da amostra da Região Metropolitana de Belém correspondeu somente a esta instituição. Cabe destacar que a Instituição 9 estava discutindo, no momento da pesquisa, o processo de reordenamento para ajuste aos moldes técnicos sugeridos nos documentos oficiais (BRASIL, 2006, 2009) contudo a estrutura física e social do abrigo demandava uma equipe mais volumosa para atender as necessidades da casa, pois a mesma atendia exclusivamente crianças de zero a sete anos, separando-os em sete dormitórios por faixas etária e estabelecendo no mínimo dois educadores por dormitório a cada plantão.

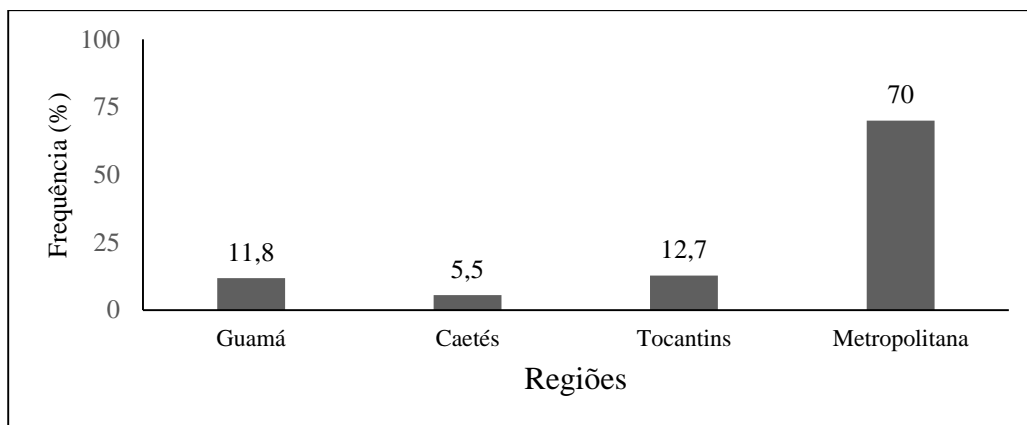


Figura 8: Distribuição percentual de participantes por região (N = 110).

A idade média dos participantes foi de 38,29 anos (Mínima de 19 e máxima 63 anos; DP: 9,04 anos), sendo que a média da Região Metropolitana foi 39,58 anos (N=77), enquanto que no Interior foi de 35,27 anos (N=33). A comparação das médias através do *teste t de Student* note-se que os educadores do Interior são mais jovens, em comparação com a Região Metropolitana, ($t_{(108)}=2,338$, $p < 0,021$). A Figura 9 representa a distribuição em percentual de educadores por faixas de idade em anos com relação ao total da amostra e contexto.

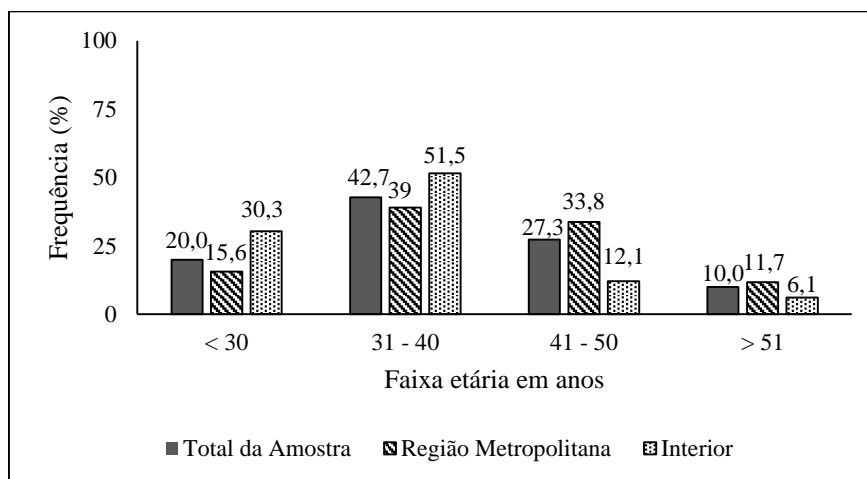


Figura 9: Frequência em percentual de educadores por faixas de idade em anos, total da amostra e contexto (N= 110).

Ao analisar o gráfico, nota-se maior percentual de educadores na faixa de idade de 31 a 40 anos, seja considerando o total da amostra ou por contexto. Este resultado assemelha-se a estudos anteriores, Cavalcante (2008), e Cavalcante e Correia, 2012, que levantaram o perfil de educadores de abrigos institucionais, em que se destacou um quadro de educadores predominantemente formado por mulheres de 30 a 40 anos e em pleno desenvolvimento profissional.

Dentre os educadores investigados nas quatro regiões, 97,3% eram do sexo feminino e 2,7% do sexo masculino, sendo que estes estavam alocados em instituições de acolhimento do Interior do estado. Quanto a escolaridade, 53,6% dos participantes tinham o nível médio (completo ou incompleto), seguido por 40,9% com o nível superior (completo ou incompleto), e 5,5% o nível fundamental. Dos participantes que afirmaram ter concluído ou está cursando o nível superior, o principal curso informado foi pedagogia com 53,33%, os cursos de letras e educação física foram indicados por 15,55% educadores, assim como os de serviço social e psicologia, por sua vez administração, direito, contabilidade, ciências da religião, enfermagem e gestão de órgãos públicos tiveram menor destaque.

Tabela 3: Caracterização do perfil do educador pelo total da amostra e por contexto (N=110)

Variáveis	Região Metropolitana		Interior do Estado		Total da Amostra	
	N	%	N	%	N	%
Sexo						
Feminino	77	100	30	90,9	107	97,3
Masculino	0	0	3	9,9	3	2,7
Faixa Etária						
≤ 35	26	33,8	19	57,6	45	40,9
≥ 36	51	66,2	14	42,4	65	59,1
Nível de escolaridade						
Fundamental	4	5,2	2	6,1	6	5,5
Médio	36	46,8	23	69,7	59	53,6
Superior	37	48,1	8	24,2	45	40,9
Possui filhos						
Sim	53	68,8	28	84,8	81	73,6
Não	24	31,2	5	15,2	29	26,4
Tempo de Serviço						
≤ 12	25	32,5	16	48,5	41	37,3
≥ 13	52	67,5	17	51,5	69	62,7

Na Tabela 3 estão representados os valores brutos e percentuais das variáveis de caracterização do perfil do educador na Região Metropolitana, Interior do Estado e Total da Amostra. Nesta tabela e para as demais análises a variável faixa etária será apresentada de forma binária, menor ou igual a 35 anos e maior ou igual a 36 anos. No tocante ao número de filhos, 73,6% dos educadores assinalaram possuíam pelo um filho, os demais (26,4%) relataram não terem filhos, sendo que este percentual correspondeu a participantes do sexo feminino e predominantemente com o nível superior completo ou cursando. Tempo de serviço prestado na instituição de acolhimento, houve grande variabilidade, havendo educadores com pelo menos um mês e outros com mais de cinco anos trabalhando na instituição.

Os dados comparativos do perfil, representados na Tabela 3, notar-se que na Região Metropolitana há mais educadores cursando ou que tenham concluído o nível superior, com 48,1%, enquanto que o Interior do Estado atingiu 44,2%. Por sua vez, no interior do estado foram identificados mais informantes com o nível médio (69,7%). No contexto do Interior do Estado 84,8% dos informantes possuíam filhos, ao passo que 68,8% dos educadores da Região metropolitana infirmaram ter filhos no período da coleta de dados. No grupo do Interior haviam 48,5% de educadores com menos de um ano na instituição, em contrapartida, na Região Metropolitana, foram identificados que 54,5% dos participantes estavam prestando serviço a mais de cinco anos (Ver Tabela 3).

Quanto a situação funcional dos participantes, considerando aqui o tipo de vínculo empregatício com a instituição de acolhimento, 50,9% dos educadores identificaram-se como “concursados” e 43,6% como “temporário”, de modo que evidencia-se o elevado percentual de educadores que podem sair da instituição a qualquer momento ou ao findar seu contrato de trabalho, rompendo assim os vínculos estabelecidos com as crianças acolhidas e marcando uma rotatividade do quadro de educadores na instituição. Cabe

salientar que somente na região metropolitana há educadores que prestam serviço voluntário e comissionado, assim como apresenta maior percentual de educadores concursados em comparação ao grupo do interior do estado, que por sua vez caracteriza-se com maior percentual de educadores na condição de temporário.

Ao serem indagados sobre que tipo de atividade realizavam quando entraram na instituição, 59,9% dos participantes afirmaram desenvolver atividades de “cuidar, cuidadora, cuidado”, seguido de 21,81% que descreveram sua atividade como “cuidado e educação”, 7,28% como “educar, educador social, atividade educativa” e 3,63% com “cuidado e orientação”. Apesar de um menor percentual, houveram 2,72% de educadores que informaram atividade “socioeducativa”, os demais que relataram, “limpeza e serviços gerais”, “administrativo”, “oficinas” e “curativos e medicação”, trocaram de função ao longo de sua trajetória profissional na instituição, passando a ser educador social, sendo que estes correspondem aos 5,5% do total da amostra. Nota-se que a função de cuidar ainda permanece desvinculada da função de educar em mais de 50% dos educadores.

Quando se trata do perfil profissional dos educadores nas quatro regiões, 70% dos participantes tinham experiência profissional no manejo de crianças, dos quais 22,7% informaram experiência com educação infantil, 21,8% em escolas em séries iniciais do ensino fundamental, 13,6% como babá de trabalho contínuo, e, menor proporção foram identificados, experiência em creche, em instituição de acolhimento para crianças e baby-sitter (trabalho eventual), com 7,3%, 5,5% e 3,6%, respectivamente. A categoria “outras atividades com criança” merece uma análise diferenciada, pois 17,3% dos educadores afirmaram experiência de trabalho com crianças em atividades de cunho religioso, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), aulas de reforço particular e um participante apontou experiência a como conselheiro tutelar. Os 30% de educadores que informaram não ter experiência com o cuidado e educação de crianças, nove não tinham

filhos. Cavalcante (2008), Corrêa & Cavalcante (2012) e Corrêa (2011), discutem que além da experiência de ter filhos, a experiência profissional de atenção a este público pode contribuir positivamente no lidar com as demandas e cuidados da criança, sendo sentido a maior parcela dos informantes tiveram alguma experiência com o manejo infantil.

De modo geral, os educadores que prestam cuidados a crianças de zero a seis meses são predominantemente mulheres, embora tenha sido identificado educadores do sexo masculino, com a concentração na faixa dos 30 a 40 anos, com nível médio completo e com experiência de cuidado com crianças, seja pela maternidade, paternidade ou em trabalho com crianças pequenas. O grupo de educadores de região metropolitana, compõe-se 100% por educadores do sexo feminino, na faixa dos 30 a 40 anos, com expressivo percentual com nível superior completo ou cursando, com filhos, mais de um ano de tempo de serviço na instituição e já tinham experiência de trabalho com crianças. Por sua vez, o grupo de educadores do interior, haviam educadores do sexo masculino, a faixa etária foi de 30 a 40 anos, com nível médio completo, com filhos e menos de um ano de experiência de trabalho na instituição e experiência no cuidado com crianças.

3.2.3. Práticas de cuidado

Serão tomadas para esta análise como o subsistema de práticas de cuidado as atividades realizadas com as crianças em acolhimento institucional, práticas de resgate da história de vida e o conjunto de práticas levantadas pelo instrumento de caracterização dos educadores. Em um primeiro momento, serão apresentados os dados gerais das práticas de cuidado, e em um segundo momento, estas práticas serão discutidas pelas variáveis contexto, faixa etária, escolaridade, possuir filhos e tempo de serviço.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas com as crianças na instituição, os dados estão representados na figura 10, em que 75% dos educadores expressaram realizar

atividades de *lazer* (assistir filmes, artesanato, acompanhar em festas e shows) e 73,6% *brincadeiras não dirigidas*. Este resultado, também pode estar relacionado à composição da amostra, visto que 50% dos participantes eram educadores de da Instituição 9, que acolhia um grande grupo de crianças, contava com brinquedos, uma área com *playground*, televisão e aparelho de DVD disponíveis disponível às crianças. Atividades que envolvem a prática de *esportes e movimento e música* foram pouco pontuadas com relação das demais categorias. A categoria *outras*, foi assinalada pelos participantes que informaram realizar atividades voltadas para religiosidade, como por exemplo: orações antes de dormir, ir à igreja, leitura da bíblia e conversas sobre Deus, foi citado também, rodas de conversas, convivência comunitária (festas de aniversários infantis) e cuidado com a limpeza do ambiente institucional.

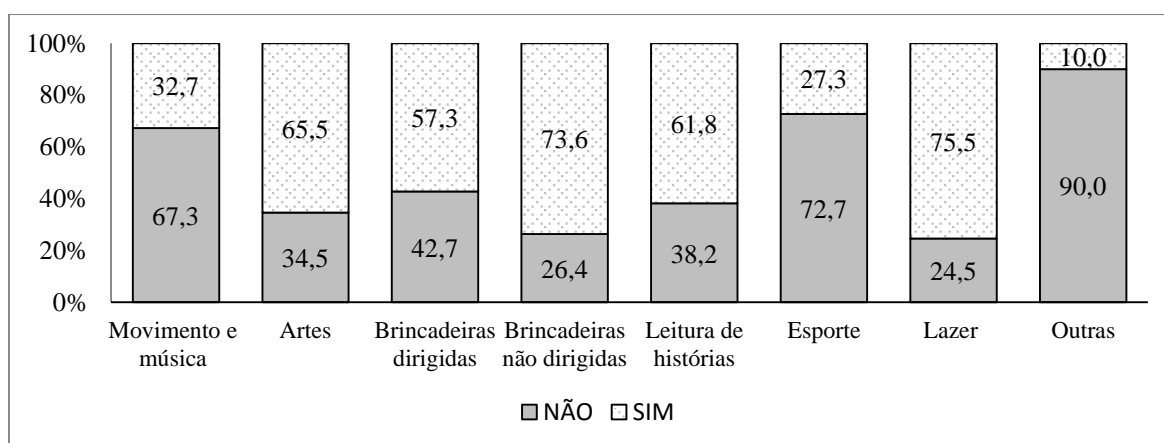


Figura 10: Percentual de atividades realizadas e não realizadas pelos educadores nas instituições de acolhimento (N=110).

No que tange o resgate da história de vida das crianças, 60 educadores afirmaram desenvolvem algum tipo de prática que favorecem o resgate da história de vida das crianças, o que representou 54,5% dos participantes. A Figura 11 representa as categorias de práticas realizadas, dentre as quais o “Estimular a criança a falar da vida em família” foi a prática mais citada (66,7%), seguido por “Guardar ou separar os pertences pessoais das crianças trazidos de casa” (48,3%), “Preparação para o desligamento” (41,7%), “Registros Individuais – desenhos e cartas” (33,3%) e a prática com menor percentual foi

de registro do “Livro de fotografias” com 8,3%. Na categoria “Preparação para o desligamento”, oito educadores enfatizaram que quando o desligamento da criança ocorre em seu turno, conversam com a criança sobre como será a vida depois do abrigo, importância dos laços familiares e amor obediência aos pais ou família.

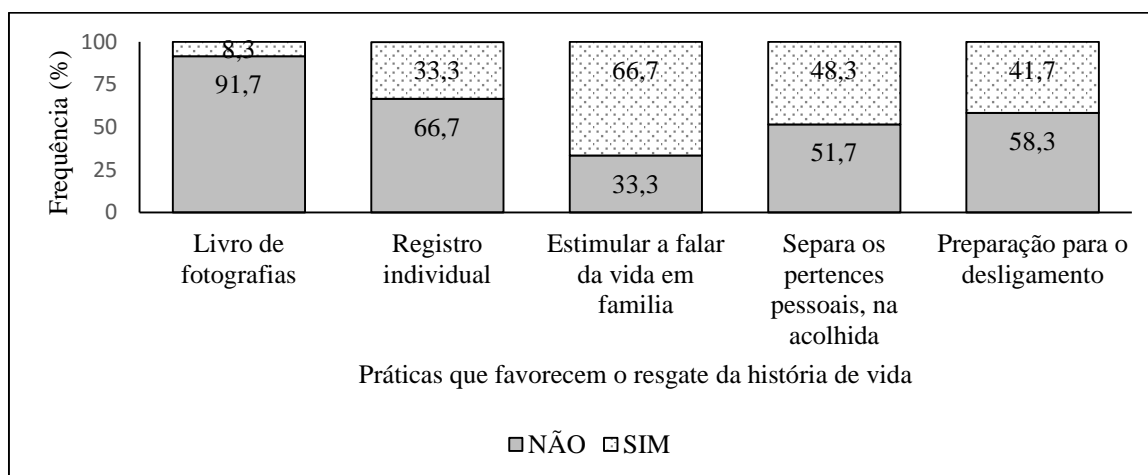


Figura 11: Distribuição percentual de práticas do resgate da história de vida, por realização ou não (N=60).

Dos 45,5% de educadores que afirmaram que não realizam qualquer tipo de prática voltada para o resgate da história de vida das crianças, 32 participantes atribuíram esta função como de responsabilidade da equipe técnica da instituição (assistente social, psicólogo e pedagogo), e os demais justificaram o desconhecimento sobre a história de vida da criança e receio de relembrar situações traumáticas. Os resultados apontam que as práticas de resgate da história de vida estavam relacionadas com a manutenção do vínculo familiar da criança, o que atende o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e proposto pelas Orientações Técnicas.

Este resultado contribui com proposto por Rossetti-Ferreira, Sólton, & Almeida, (2010) em que atribui ao educador o papel de agente importante para o resgate da história de vida, e vai além, pois ouvir e conversar com as crianças sobre suas vivências pode manter presente, no dia a dia, as lembranças “de casa” em um ambiente estranho (instituição de acolhimento), fornecendo suporte emocional para que a mesma compreenda sobre seu passado, supere o período de acolhimento e que tenha perspectivas

saudáveis de retorno para família. Entretanto, uma parcela significativa dos educadores permanece ou se veem a margem das intervenções voltadas para o resgate da história de vida, atribuem a práticas da equipe técnica. Em contraponto, destaca-se que ações conjuntas da equipe técnica com a família, educadores e as próprias crianças favorece o processo de reinserção familiar (Cavalcante, Silva, & Magalhães, 2010).

Este trabalho investigou um conjunto de práticas de cuidado que os educadores realizavam nas instituições de acolhimento, levantadas através da questão 31 do questionário de caracterização do educador (Ver apêndice G), constituída por uma escala com 16 assertivas de situações cotidianas de cuidado em ambiente de acolhimento institucional, e dispunham alternativas com descrições de práticas a serem realizadas, totalizando 53 itens voltados ao cuidado de crianças, visto que foram excluídos os itens destinados exclusivamente ao cuidado com adolescentes. Para apresentação destes resultados, os itens foram agrupados por assertivas que envolviam similaridade entre as práticas.

Neste sentido, levantou-se a recepção e preparação para desligamento de forma calorosa e afetuosa pelos educadores (dado representado na figura 12), em que constatou que mais de 75% dos participantes classificou realizar *Muitas vezes* estas práticas seu ambiente de trabalho. A chegada em um serviço acolhimento institucional é o início de uma fase na vida da criança que necessita de uma proteção especial, assim como o acompanhamento após o desligamento e consecutivo retorno a família ou inserção a família substituta, marcam o fim desta fase (Bernardi, 2010). Contudo, durante as entrevistas, era recorrente a ressalva que os educadores “Preparavam as crianças para o desligamento da instituição de maneira calorosa e afetuosa”, sempre que eles eram informados sobre o desligamento. A ressalva feita pelos educadores pode ser indicativa

de morosidade no fluxo de informações dentro da unidade ou certo receio da equipe técnica sobre a conduta tomada pelos educadores ao saber da informação.

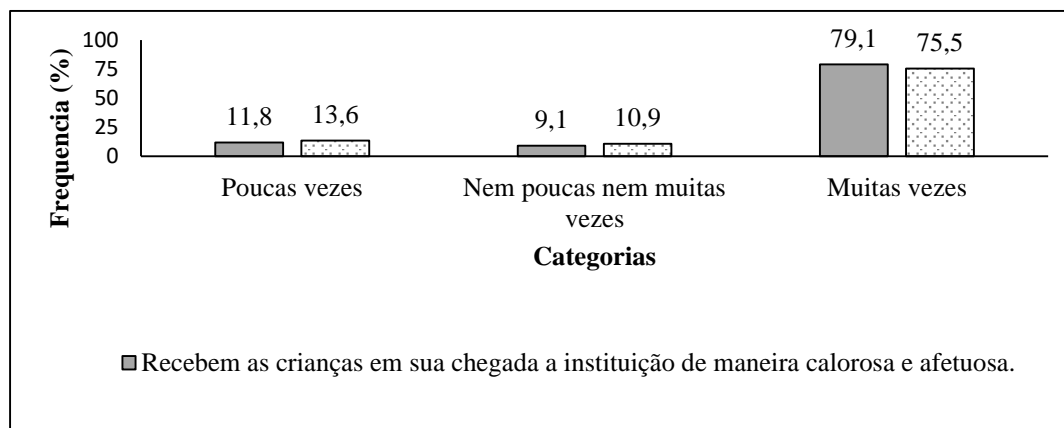


Figura 12: Percentual de práticas voltadas ao recebimento e desligamento caloroso e afetuoso nas instituições (N=110)

Para Keller (2007) atividades relacionadas aos cuidados primários as crianças (como banho, troca, alimentação e sono) exercem a função de redução do estresse, afeta o desenvolvimento de segurança e confiança no adulto. Considerando a importância destas práticas de cuidado primário, apurou-se as práticas de cuidado relacionadas a situações de alimentação, sono e higiene, através de as assertivas sobre a promoção de aprendizagem durante a alimentação, auxílio ao relaxamento no momento do sono e promoção da independência no momento da higiene pessoal.

No item referente “Senta com as crianças e usa o tempo da refeição para aprendizagem”, 90% dos participantes observam *Muitas vezes/Sempre* a prática de incentivo à criança se alimentar sozinha, promovendo a aprendizagem e autonomia das crianças (Ver figura 13). No aspecto geral, mais de 50% dos participantes identificam o uso do momento da alimentação para a promoção de alguma forma de aprendizagem, reiterando (Corrêa, 2011) que ao observar que o momento da refeição, em um abrigo infantil, descreveu que o momento era marcado por ensinamento das educadoras para com as crianças.

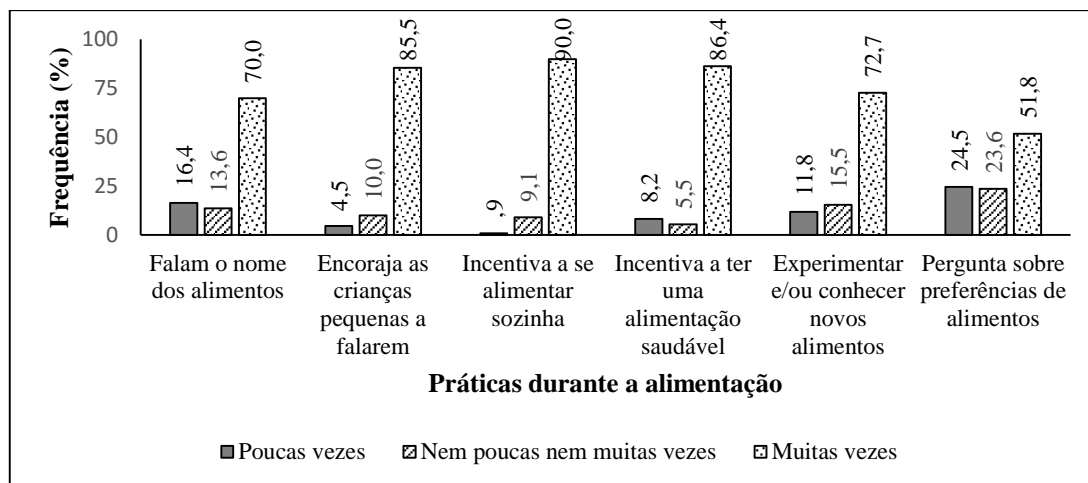


Figura 13: Porcentagem práticas de cuidado relacionadas ao uso das refeições para aprendizagem (N=110).

Por sua vez, a prática menos favorecida pelos educadores foi o *Perguntar sobre preferências de alimentos*, o que pode sinalizar a falta do respeito à individualidade da criança, no momento da alimentação, por parte dos educadores, o que relembra a antiga concepção de abrigo como reprodutor de traços das instituições totais, em que o manejo com as crianças era coletivo e despersonalizado (Cavalcante et al., 2007).

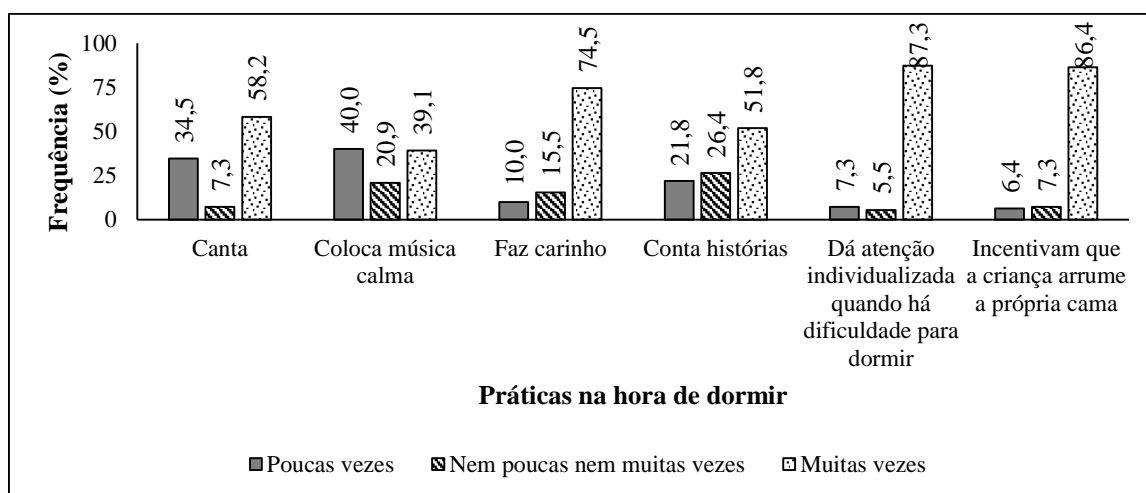


Figura 14: Percentual de educadores por práticas que auxiliam a criança a relaxar e dormir.

Com relação às práticas de auxílio ao relaxamento no momento de dormir, ilustradas na figura 14, destacam-se que mais de 85% dos participantes afirmam que muitas vezes dão atenção individualizada quando a criança está com dificuldade para dormir e o incentivam que criança arrume a própria cama. A prática, *Colocar música calma* atingiu o valor de 40% na categoria Poucas vezes, contudo este resultado pode

estar associado a limitações de materiais e mobiliários nas instituições, principalmente no que correspondem as instituições do interior do estado.

Das práticas relacionadas a promoção de autonomia durante a higiene pessoal, apresentadas na figura 15, mais de 80% dos educadores afirmaram realizar todas as práticas listadas, com exceção da troca da fralda, que teve 32,7% de frequência na categoria *poucas vezes*, o que pode indicar que mesmo em abrigos que acolhem crianças de zero a seis anos existe educadores que relutam em desenvolver esta prática.

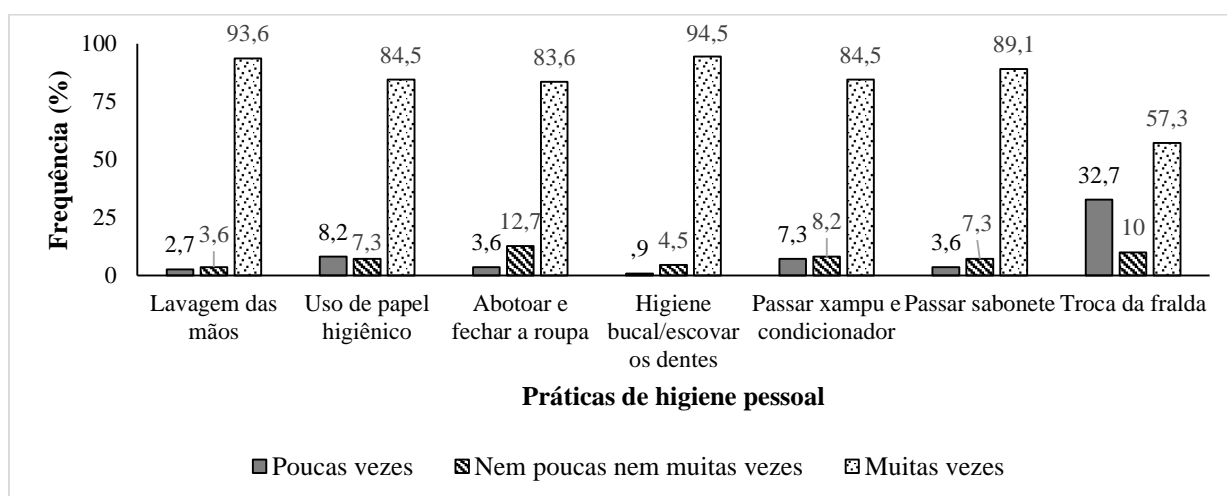


Figura 15: Percentual de práticas de promoção da autonomia durante a higiene pessoal (N=110).

De acordo com Sayão (2010) o educar e o cuidar são indissociáveis no trabalho em abrigo, possibilitando que as rotinas e atividades favoreçam o desenvolvimento, respeitando as particularidades de cada criança, entretanto com relação aos dados sobre práticas de cuidado relacionadas à alimentação, sono e banho, observa-se um direcionamento para a promoção da autonomia a independência da criança durante a realização destas atividades, ao passo que o empenho em respeitar as particularidades da criança ficam em segundo plano.

O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, documento elaborado pelo CONANDA, estabelece que instituições de acolhimento na modalidade de abrigo, devem atender crianças e adolescentes com deficiência nas mesmas unidades que as demais crianças e adolescentes, e capacitar o corpo de funcionários para o atendimento

das demandas específicas (BRASIL, 2006). Associado a isto, o estudo levantou as práticas de cuidado referentes à estimulação do desenvolvimento de crianças que não se locomovem e com o desenvolvimento atípico através da assertiva, “Traz as crianças que não se locomovem para fora do berço ou com desenvolvimento atípico para que brinquem, com supervisão e perto dos outros visando o desenvolvimento da”, e considerando três aspectos do desenvolvimento: Locomoção, Linguagem e Interação social.

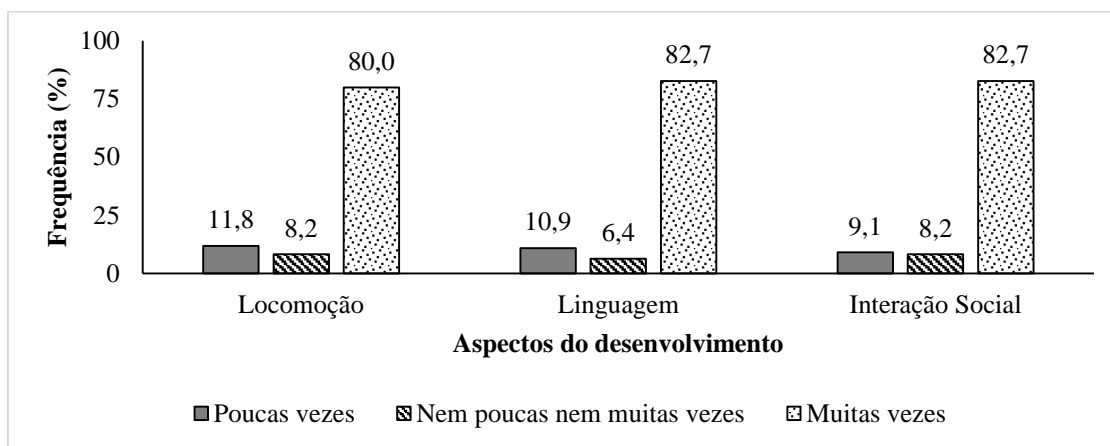


Figura 16: Percentual por categorias e prática relacionadas aos aspectos do desenvolvimento (N=110)

Observando a figura 16, nota-se que dos 110 participantes, 80% e 82,7% afirmaram realizar Muitas vezes práticas de cuidado voltadas a estimulação de todos os aspectos do desenvolvimento investigados. Todavia, foram identificadas quatro instituições de acolhimento que atendiam casos de crianças portadoras de deficiência física e mental, o que pode indicar duas possibilidades para o alto percentual de educadores que informaram realizar estas práticas, a primeira pode estar relacionada ao instrumento utilizado, em que faz uso de alternativas fechadas para se obter as práticas de cuidado realizadas pelos educadores, e reflete o julgamento dos mesmos sobre a suas práxis. A segunda possibilidade pode ser atribuída ao acolhimento de crianças com algum tipo de atraso no desenvolvimento neuropsicomotor cujo diagnóstico está impreciso, e, portanto, permanecem na instituição de acolhimento mesmo não sendo a demanda da

casa, exigindo o manejo dos educadores com estas crianças. (Cavalcante, Magalhães, & Pontes, 2009; Rizzini & Almeida, 2011) mencionam sobre a imprecisão do registro de dados referentes à saúde nos prontuários das crianças de instituições de acolhimento do estado do Pará e Rio de Janeiro, respectivamente, o que pode ocultar informações necessárias para ações de melhorias no serviço de proteção à criança portadora de deficiência acolhida, bem como subsidiar programas de capacitação dos educadores que os assiste, evitando práticas difusas e pouco eficazes.

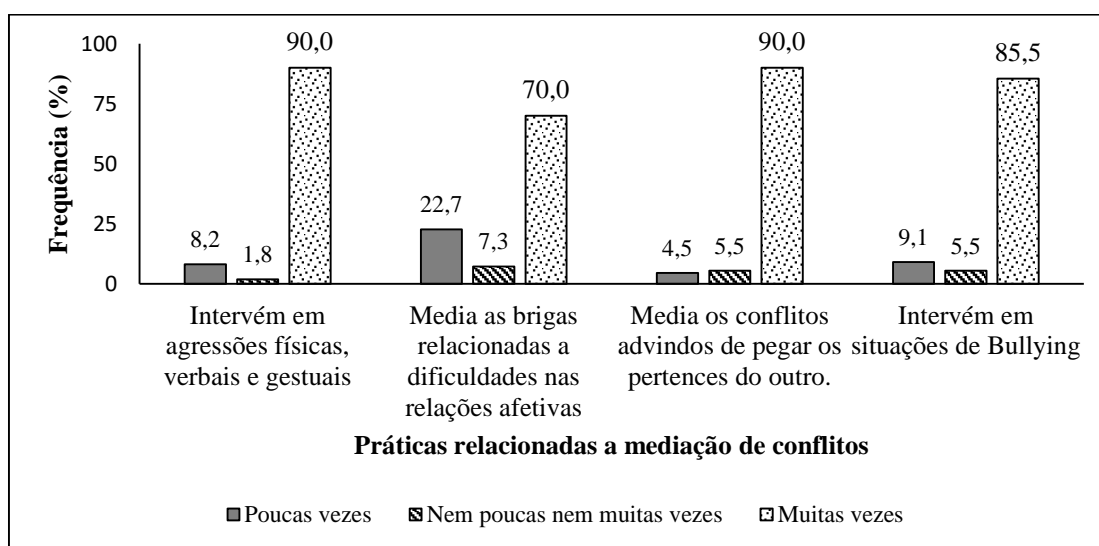


Figura 17: Percentual por categorias e práticas referentes a mediação e apaziguamento de conflitos

As práticas relativas a mediação e apaziguamento de conflitos entre crianças atendidas, estão representados na figura 17, na qual se observa que 90% dos educadores afirmam que *muitas vezes* intervêm em situações de agressões e mediação conflitos advindos do pegar pertences dos outros. O intervir em situações de *Bullying*¹ apresentou elevado percentual na categoria muitas vezes, assim como o mediar brigas relacionadas a dificuldades nas relações afetivas (por exemplo, as amizades), contudo 22,7% dos participantes informaram realizarem poucas vezes esta prática.

¹ Termo em inglês que significa “intimidação”. Agressão deliberada persistente direcionada a alguém específico (vítima), geralmente fraco, vulnerável e indefeso – Fonte: Papalia & Feldman (2013)

A figura 18, ilustra o percentual de educadores por categorias de ocorrência para a assertiva “serve de referência para interações sociais positivas”, na qual note-se que mais de 90% dos participantes informaram observar a ocorrência das práticas investigadas, incentivando a participação de crianças maiores no cuidado das crianças menores, colocação delimites e demonstrações de carinho. Magalhães, Costa, & Cavalcante (2011), salientam que a figura que presta cuidados as crianças podem fortalecer comportamentos de ajuda, cuidado do outro e interações sociais positivas. Zortéa, Kreutz, & Johann (2008), ao compararem a percepção da imagem corporal de crianças que viviam em ambiente residencial e instituições de acolhimento, observou que não havia diferenças significativas entre os dois grupos no que tange aspectos críticos da saúde mental dos participantes, e discutiu este resultado com a qualidade do cuidado prestado nas instituições, a disponibilidade dos cuidadores e presença de interações sociais positivas, favorecendo assim o desenvolvimento de modelo internos satisfatórios de funcionamento.

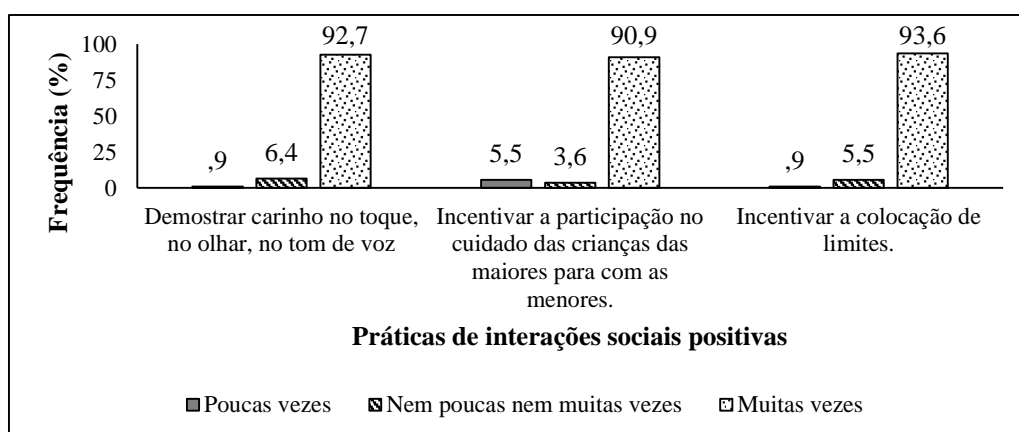


Figura 2: Percentual por categorias e práticas que servem de referência para interações sociais positivas (N=110)

Além de investigar as práticas voltadas para a construção e manutenção de interações sociais positivas, exploramos a participação do educador na construção e manutenção de vínculos com os familiares e/ou com a família substituta, o item que investigou este quesito levantou o núcleo relacional são mais valorizados pelos

participantes, considerando os grupos de irmãos dentro da instituição, pais ou responsáveis, a família extensa (avós, tios, primos e outros parentes) e, em caso de adoção, a família substituta.

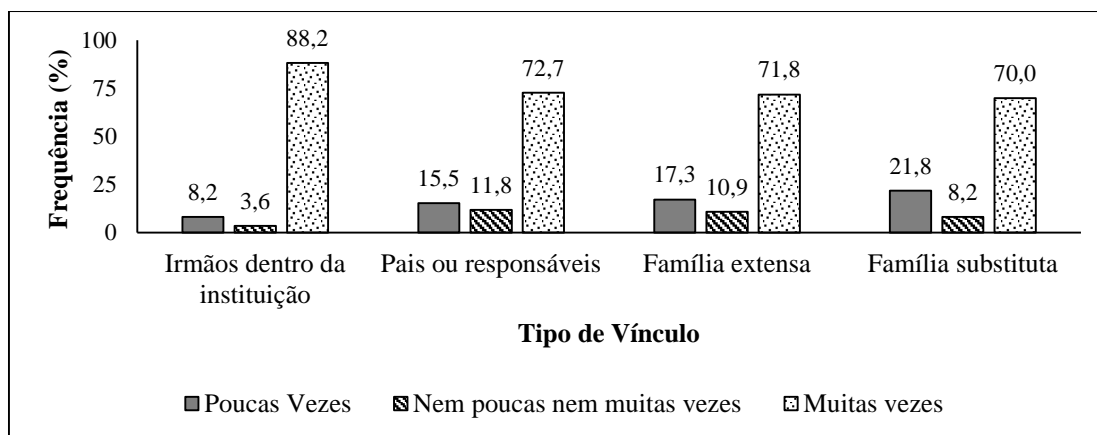


Figura 19: Percentual por categorias de ocorrência e vínculo familiares ou família substituta (N=110).

A figura 19, representa o percentual de informantes por categorias de observação e tipo de vínculo incentivado pelos educadores, na mesma, observa-se que o incentivo a manutenção e construção de vínculos com os irmãos foi o mais valorizado pelos educadores, atingindo 88,2% de educadores que assinalaram a categoria *Muitas vezes*. Trabalhos realizados com grupos de irmãos vêm discutindo a importância da desta relação na superação da experiência vivenciada no ambiente institucional (Alexandre & Vieira, 2004; Müller, 2014), e o fato dos educadores priorizarem a manutenção do vínculo entre grupos de irmãos, pode ser compreendida como um fator protetivo no ambiente de acolhimento institucional. O vínculo com os pais e família extensa foram similarmente valorizados, com 72,7% e 71,8% respectivamente. Por sua vez, o incentivo a construção de vínculos com a família substituta foi o vínculo com maior percentual na categoria *Poucas vezes*, o que pode estar relacionado ao que (Vectore & Carvalho, 2008) mencionam sobre o sofrimento expresso por mães-sociais, no momento da adoção, pois, para estas, a adoção envolve rupturas dos vínculos dos pares, irmãos e família.

Segundo levantamento do (IPEIA, 2015), 44% dos encaminhamentos de crianças e adolescentes para abrigos brasileiros, se deu por motivo de abuso sexual praticado por pais ou responsáveis, de forma que, uma considerável parcela de crianças acolhidas chega ao ambiente institucional com experiência no que tange este tema. Com base na figura 17, é possível visualizar que os temas *relacionamento afetivo* (61,8%) e *transformação do corpo* (53,6%) foram os mais se destacaram entre os educadores. Ao observar o gráfico, nota-se que mais de 50% dos participantes assinalaram a categoria *Poucas vezes* nos demais temas investigados, em que o tema masturbação se sobressaiu com 70%.

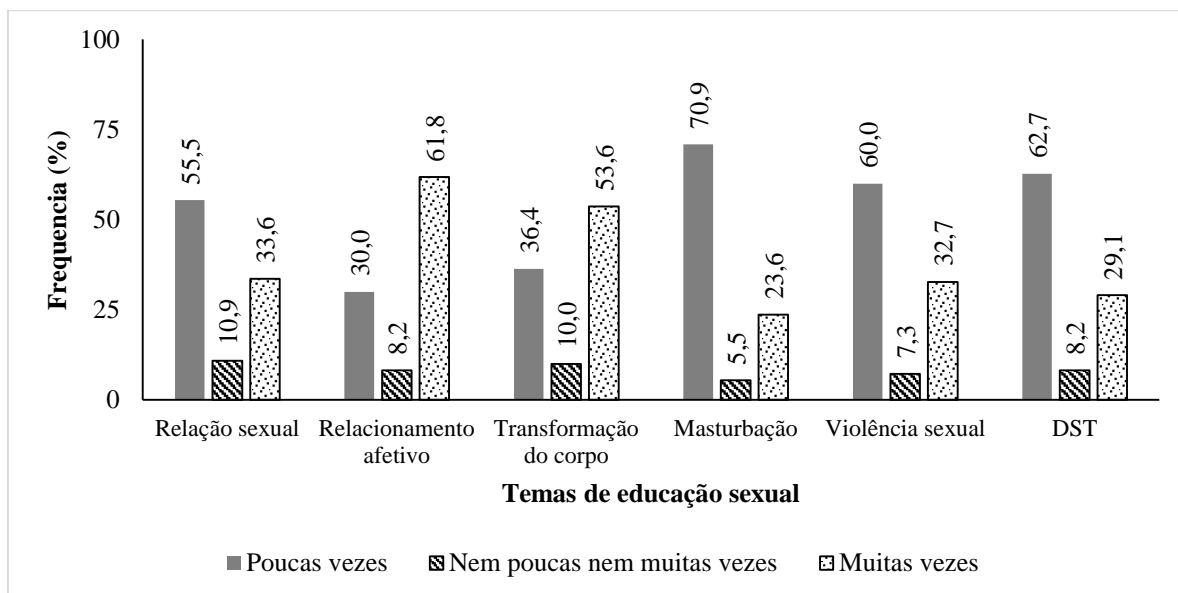


Figura 20: Distribuição percentual por categorias e temas de orientação sexual (N=110)

A sexualidade é um assunto presente ambiente de acolhimento institucional, assim como em outros contextos de atenção a criança, como por exemplo escolas de educação infantil, e representam dificuldades para os educadores. Spaziani (2013) relatou que professores da educação infantil reconhecem a importância de diálogos sobre a sexualidade no ambiente escolar, mas apontaram limitações pessoais para desenvolverem a atividade, como a falta de informação e conflitos pessoais do histórico familiar. Contudo, estes dados reforçam a necessidade de formação e capacitação profissional de educadores de abrigo para lidarem com este tema.

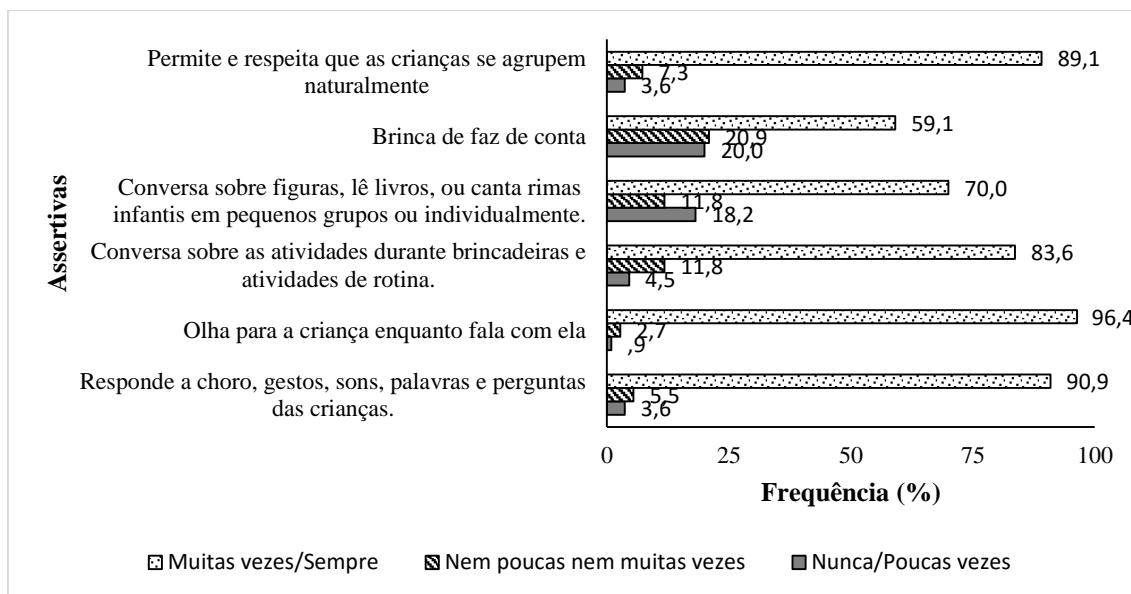


Figura 3: Distribuição percentual de educadores por categorias de ocorrência e assertivas (N=110)

Para se investigar as práticas relacionadas às interações sociais existentes entre educador e criança, o instrumento contemplou seis assertivas que descrevem práticas neste tocante, as quais foram agrupadas e estão representadas na figura 21. Sobre este gráfico, observa-se que 96% dos informantes assinalaram a categoria *Muitas vezes* para a assertiva *olhar para a criança quando fala com ela*, sobressaindo-se com relação as demais, similar importância foi dado ao responder a choro, gestos, sons, palavras e perguntas das crianças (96,4%). Keller (2007) complementa esta discussão sobre o papel do cuidador nos anos iniciais, ao destacar que a responsividade que o cuidador primário desempenha em direção a criança, modula e individualiza as consequências psicológicas oriundas da interação, sejam sinais positivos (p.ex. sorrisos) ou negativos (p.ex. choro).

Até o momento os dados das práticas de cuidado foram descritos e analisados, considerando os educadores com um grupo homogêneo. Uma possibilidade adicional é realizar uma análise cruzando as práticas por contextos e variáveis do perfil desses cuidadores.

Na tabela 4 as atividades realizadas pelos educadores estão descritas em valores percentuais por variável de análise do perfil. Ao cruzar a variável contexto com as atividades realizadas, os educadores da Região Metropolitana destacam-se por realizarem mais atividades de Brincadeira não dirigida, descrita como “deixar a criança livre. O contexto do Interior destaca-se pela frequência percentual de atividades voltadas para brincadeiras dirigidas (jogos: cemitério, bandeirinha, cabo de guerra, dominó, baralho e etc), cabe neste ponto, retomar as principais características do ambiente físico do contexto do interior marcado por áreas amplas e arborizada, propicias para a realização destas atividades.

Tabela 4: Percentual de educadores que realizavam atividades, por variáveis do perfil.

Variáveis	Atividades Realizadas							
	Movimento e música	Artes	Brincadeira dirigida	Brincadeira não dirigida	Leitura de histórias	Esportes	Lazer	Outras
Contexto								
RMB	35,1	55,8	48,1	79,2	61	19,5	76,6	7,8
Interior	27,3	87,9	78,8	60,6	63,6	45,5	72,7	15,2
Faixa Etária								
≤ 35	24,4	75,6	66,7	73,3	55,6	37,8	77,8	11,1
≥36	38,5	58,5	50,8	73,8	66,2	20	73,8	9,2
Escolaridade								
Fundamental	66,7	50	66,7	66,4	66,7	16,7	50	33,3
Médio	28,8	69,5	52,5	67,8	59,3	33,9	74,6	11,9
Superior	33,3	62,2	62,2	82,2	64,4	20	80	18,2
Possui filhos								
Sim	35,8	65,4	56,8	71,6	64,2	32,1	75,3	9,9
Não	24,1	65,5	58,6	79,3	55,2	13,8	75,9	10,3
Tempo de Serviço								
≤ 12	26,8	70,7	61	80,5	63,4	36,6	80,5	19,5
≥ 13	36,2	62,3	55,1	69,6	60,9	21,7	72,5	4,3

Alexandre & Vieira (2004) discutem que crianças de instituições de acolhimento engajam mais tempo em brincadeiras livres sem a supervisão de um adulto, e enfatiza que o brincar é fundamental para o desenvolvimento da sociabilidade e demonstrações de afeto da criança, contudo, os dados apontam para diferenças do brincar supervisionado pelo adulto nos dois contextos investigados.

Ainda com relação a Tabela 4, mais de 70% dos educadores com e sem filhos relataram realizar atividades de brincadeira não dirigidas. A atividade prática de esportes foi a atividades menos relatadas pelos participantes analisando por todas as variáveis (ver Tabela 4), porém, em nenhuma dos abrigos institucionais investigados foi identificado a quadra de esportes no espaço da instituição, contudo sabe-se que esta atividade por ser realizada com ações que favoreçam o convívio das crianças acolhidas à praças e ambientes que dispunham deste espaço, contudo sabe-se que tal medida está aquém da autonomia dos educadores.

As práticas que favorecem o resgate da história de vida estão representadas na Tabela 5, através dos valores percentuais de educadores que realizam ou não a prática por características da amostra, na qual destaca-se que dos participantes que informaram realizar estas práticas, 69,7% eram do contexto do Interior e 61,7% tinham filhos.

Tabela 5: Percentual de educadores que realizam ou não práticas de resgate de vida da criança por variáveis do perfil

Variáveis	Realiza práticas que favoreçam o resgate da história de vida da criança?			
	Sim		Não	
	N	%	N	%
Contexto				
RMB	37	48,1	40	51,9
Interior	23	69,7	10	30,3
Faixa Etária				
≤ 35	27	60	18	40
≥ 36	33	50,8	32	49,2
Escolaridade				
Fundamental	4	66,7	2	33,3
Médio	35	59,3	24	40,7
Superior	21	46,7	24	53,3
Possui filhos				
Sim	50	61,7	31	38,3
Não	10	34,5	19	65,5
Tempo de Serviço				
≤ 12	26	63,4	15	36,6
≥ 13	34	49,5	35	50,7

Acerca da análise das variáveis do perfil do educador pela prática de receber a criança e preparar para a saída de maneira afetuosa (ver tabela 6), mais de 70% dos

educadores da Região Metropolitana e Interior informaram que realizam muitas vezes estas práticas na instituição em que trabalham. Os participantes com escolaridade de nível fundamental e médio foram mais assinalaram realizar o “preparar a criança para a saída”, em comparação com os de nível superior, do mesmo que educadores com menos de um ano se serviço na instituição realizam em maior frequência, a mesma pratica, que educadores com mais de um ano de trabalho. Tanto os educadores com, como os sem filhos sinalizaram que realizam o receber e preparar para a saída de maneira afetuosa e calorosa. Destaca-se que em todas as variáveis, com exceção dos educadores de nível fundamental, houve frequência de educadores que pouco realizam estas práticas.

Tabela 6: Percentual de participantes que recebem e preparam a criança para a saída da instituição de acolhimento por características da amostra.

Variáveis	Recebe a criança de maneira afetuosa e calorosa			Prepara a criança para o desligamento de maneira afetuosa e calorosa		
	Poucas vezes	Nem muitas nem poucas vezes	Muitas vezes	Poucas vezes	Nem muitas nem poucas vezes	Muitas vezes
Contexto						
RMB	11,7%	10,4%	77,8%	16,9%	13%	70,1%
Interior	12,1%	6,1%	81,8%	6,1%	6,1%	87,9%
Faixa Etária						
≤ 35	11,1%	8,9%	80%	8,9%	11,1%	80%
≥36	12,3%	9,2%	78,5%	16,9%	10,8%	72,3%
Escolaridade						
Fundamental	0	0	100%	16,7%	0	83,3%
Médio	5,1%	11,9%	83,1%	6,8%	10,2%	83,1%
Superior	22,2%	6,7%	71,1%	22,1%	13,3%	64,4%
Possui filhos						
Sim	9,9%	9,9%	80,2	13,6%	11,1%	75,3%
Não	17,2%	6,9%	75,9%	13,8%	10,3%	75,9%
Tempo de Serviço						
≤ 12	12,2%	7,3%	80,5%	7,3%	7,3%	85,4%
≥ 13	11,6%	10,1%	78,3%	17,4%	13%	69,6%

Das práticas referentes ao uso do momento da alimentação para a aprendizagem, somente o *falar o nome dos alimentos* foi consistente com a “faixa etária” dos educadores, sendo uma prática mais valorizada por educadores com mais de 35 anos de idade, visto que 80% (N=65) dos participantes deste grupo, afirmaram realizar em seu ambiente de

trabalho, ao passo que 55% (N=45) dos educadores com menos de 35 anos responderam no mesmo sentido. A faixa etária dos participantes apresentou similar relação com o auxílio as crianças a relaxar e dormir, no que tange a pratica do *cantar e fazer carinho*, sendo que esta, também teve influência da variável “contexto”.

A práticas de *abotoar e fechar a roupa* e a *troca de fraldas*, relacionadas ao uso do momento de higiene para promoção da independência, tiveram relação com as variáveis “ter filho” e “contexto”, respectivamente. Os educadores que não tinham filhos, foram os que mais mencionaram que pouco ou algumas vezes realizavam *o abotoar e fechar a roupa* para promover a independência das crianças. No que diz respeito a troca de fraldas, os educadores do interior se destacaram ao pontuar que muitas vezes ou sempre se engajam nesta atividade, com 75,8% (N=33), em comparação com 49% (N=77) registrados na região metropolitana.

O incentivo do desenvolvimento da *interação social* de crianças que não se locomovem ou com desenvolvimento atípico demonstrou significância com as variáveis “contexto” e “nível de escolaridade”. Dado compatível com as características da amostra, pois os educadores com maior nível de escolaridade concentra-se na região metropolitana de Belém, sugerindo que educadores com mais anos de estudos são mais sensíveis ao desenvolvimento da interação deste grupo de crianças, contudo, não se observou relações do nível de escolaridade com o desenvolvimento da *locomoção e linguagem*.

O aspecto do manejo de interações e conflitos, educadores da região metropolitana são os que informaram mais intervir em situações de agressões físicas, verbais e gestual, assim como mediar conflitos advindos do pegar os pertences do outro. A prática de mediar brigas relacionadas a dificuldades nas relações afetivas relacionou-se ao “nível de escolaridade”, em que 84,4% (N=45) dos informantes assinalaram que a realizam sempre ou muitas vezes.

O incentivo a construção e manutenção do vínculo com a família extensa e com a família substituta teve melhor avaliação por educadores que tinham filhos, foram 77,8% (N=81) de informantes que concordaram com a ocorrência destas práticas na instituição sempre ou muitas vezes.

Um ponto que merece destaque é forte significância encontrada em a variável “contexto” e práticas voltadas à educação sexual, pois educadores do interior do estado foram os que mais assinalaram realizar ou observar praticas voltada a esta temática, com exceção de conversas sobre o relacionamento afetivo. Os educadores da região metropolitana de Belém enfatizaram nunca ou pouco realizarem todas as práticas voltadas para o tema em questão. Ainda neste tocante, os resultados indicam que, educadores que não possuem filhos parecem ter mais dificuldades para conversar sobre o tema da *violência sexual*, haja vista que 72,4% destes posicionaram que poucas ou nenhuma vez conversaram sobre o tema com as crianças.

Por fim, dentre as assertivas que descrevem praticas voltadas a interação social do educador com a criança, o *conversar sobre as atividades com cada criança durante brincadeiras e atividades de rotina* apresentou relação com as variáveis “faixa etária” e “ter filho”. A distribuição percentual deste item por cada variável revelou que 90,8% (N=65) de educadores com mais de 35 anos e 86,4% (N=81) dos que possuíam filhos destacaram a categoria de ocorrência Muitas vezes/Sempre.

No aspecto geral, todas as variáveis selecionadas apresentaram relação com alguma das práticas de cuidado levantadas. Conforme o descrito na literatura, que o contexto sócio cultural exerce influência sobre a formar como os cuidadores lidam com as suas crianças, visto que as práticas são reflexo das demandas sócio-ambiental do contexto, notou-se diferenças de algumas formas no manejo com as crianças. Harkness e Super (2007) salientam que a psicologia dos educadores é diretamente influenciada pelo

conjunto de ideias da comunidade sobre o cuidado e necessidades das crianças, portanto o dado indica que há diferentes concepções de cuidado no contexto mais urbanizado e menos urbanizado, e corrobora com o modelo teórico utilizado.

Com relação as demais variáveis, o “nível de escolaridade”, que se relacionou a práticas de interação social do educador e a criança, “faixa etária” às práticas de cuidado primário (alimentação e momento de dormir) e conversas durante a atividade, e “tempo de serviço” com brincadeiras de faz de conta. Sabe-se que análises estatística mais robusta necessita ser realizadas a fim de verificar das múltiplas variáveis relacionadas às práticas de cuidado, além disto, visando complementar esta discussão, na próxima seção de resultados serão apresentados dados referentes ao subsistema da psicologia dos cuidadores investigados.

3.3. Subsistema da Psicologia dos Cuidadores

O modelo de Nicho desenvolvimental (Super e Harkness, 1986), salienta a necessidade de investigar os aspectos da chamada psicologia dos cuidadores, pois reflete o conjunto de ideias de nível nacional e comunitário sobre a natureza e suas necessidades e quais habilidades serão necessárias para o futuro. Ancorado neste pressuposto, rastrear as concepções de cuidado de educadores de abrigos institucionais, permite acessar seu sistema de crenças. Neste tópico, o terceiro subsistema do Modelo do Nicho será discutido com base nos dados sobre as concepções cuidado a respeito do apego entre o educador e a criança, a influência do educador no desenvolvimento da criança e a relação da experiência de trabalho com a experiência de maternidade e paternidade.

Soares (2012) afirmar que o trabalho de cuidar do outro, pode mobilizar um envolvimento emocional com aquele que é cuidado, seja com a criança ou idoso. Neste sentido, ao se trabalhar em instituições de acolhimento para crianças pequenas que foram afastadas do convívio familiar, a relação de apego do educador-criança e criança-

educador constitui-se como um forte envolvimento emocional entre estes. Sabe-se que uma relação de apego da criança pequena com o educador pode propiciar relações com maiores trocas de aprendizado e conhecimento, além de estimular na criança sentimento de bem-estar, segurança e confiança com o adulto, o que pode ser essencial para ajudar a criança a superar o afastamento momentâneo com a família de origem (Bowlby, 2006; Cavalcante, 2008; Rossetti-Ferreira et al., 2010)

A avaliação do fato de apegar-se a uma criança, por parte dos educadores, fornece uma visão do envolvimento emocional dos educadores com as crianças sob seus cuidados. Neste tocante, 39,1% dos participantes avaliaram que o fato do educador se apegar a uma criança de maneira especial “É algo inevitável”, 50,9% informou ser “Sem problemas, desde que não descuidem das outras crianças”, 6,4% consideraram que “Não deveria acontecer” e 3,6% afirmaram que “Nunca aconteceu comigo”. Estes dados apontam como o educador avalia o apegar-se a uma criança em ambiente institucional, bem como a sua avaliação da relação de apego de seu colega de trabalho com uma criança, neste sentido, 90% dos participantes concebem o apego como algo que existe no ambiente de acolhimento institucional e que o cuidado com as demais crianças não deve ser negligenciado.

Um ponto a ser destacado referente a este item, concerne ao percentual de educadores que consideraram que o apegar-se a uma criança “Não deveria acontecer” e “Nunca aconteceu comigo”, totalizando 10% dos informantes. Este resultado pode indicar a existência emoções e sentimentos mal manejados no ambiente institucional que subsidiaram as afirmações. Estudos na área do acolhimento institucional que se debruçam sobre a relação de apego entre educadores e criança, relatam as dificuldades dos profissionais em lidarem com os próprios sentimento oriundo do relacionamento com as crianças, uma vez que os mesmos devem lidar com o próprio luto após o desligamento

das crianças (Tinoco, 2007)). Os sentimentos advindos com o trabalho de cuidar, devem ser administrados adequadamente a fim de garantir a saúde mental dos cuidadores (Soares, 2012), pois dependendo do grau de sofrimento vivenciado, o educador pode evitar a vinculação com outras crianças como uma forma de defesa de novas separações (Tinoco, 2007).

A concepção do educador sobre a sua influência do seu trabalho no desenvolvimento da criança acolhida, é representada na figura 22. Os participantes apontaram maior influência para o desenvolvimento de segurança e a capacidade de relacionar com os outros, ambos com percentual de 82,7% na categoria *influência suficiente/muita influência*, o está em consonância com dados obtidos sobre o incentivo a promoção de interações sociais positivas e formação e manutenção do vínculo. O desenvolvimento da obediência, capacidades lógicas e de raciocínio, de autonomia, colaboração, controle das emoções e concentração, tiveram percentual acima de 60% de concordância na categoria *influência suficiente/muita influência*. O item desenvolvimento da curiosidade apresentou maior frequência para *pouca ou nenhuma influência*, conduto, considerando a faixa etária das crianças sob os cuidados dos educadores, a curiosidade pode ser considerada como uma força motriz para a exploração do ambiente e aprendizado. Em aspectos gerais os educadores avaliaram que suas práticas de cuidado exercem influência sobre os aspectos do desenvolvimento investigados.

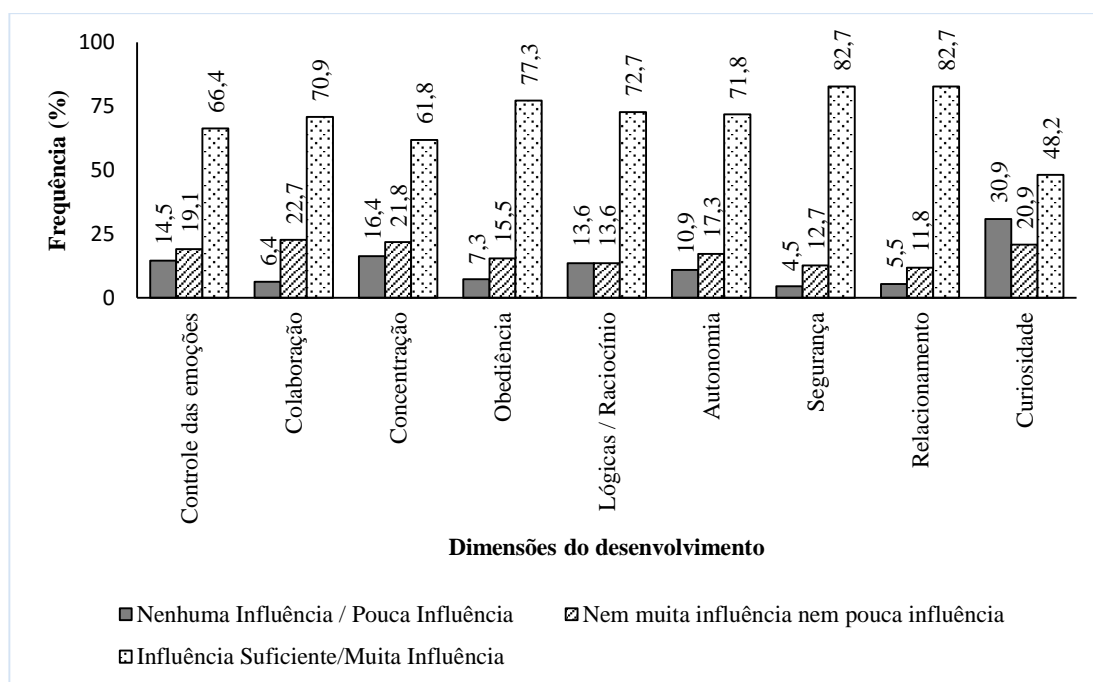


Figura 22: Distribuição percentual de educadores por categorias e dimensões do desenvolvimento (N=110).

Cavalcante (2008), ao discutir a percepção das educadoras sobre o grau de influência que seu trabalho tem no desenvolvimento de crianças acolhidas, em uma instituição do município de Belém, encontrou resultados semelhantes no que diz respeito a maior influência no desenvolvimento do senso de segurança e a capacidade de se relacionar com os outros, ao passo que o desenvolvimento da curiosidade foi o aspecto que os participantes atribuíram pouca ou nenhuma influência. Contudo, um contraponto no tange a percepção da influência de o desenvolvimento das capacidades controle emocional e de lógica e raciocínio, uma vez que as educadoras atribuíram pouca ou nenhuma influência de seu trabalho, e neste estudo o desenvolvimento do controle emocional foi um dos aspectos percebidos com maior percentual em influência suficiente e muita influência.

A experiência da maternidade e paternidade, retratada na literatura com um dos fatores importantes para compreensão de práticas de cuidado infantil foi discutida por Correia (2011) com relação a educadores de uma instituição de acolhimento, e identificou que os educadores com mais de 24 meses de serviço e que possuem filhos, apresentaram

maior nível de conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, de tal modo que a experiência pessoal ou profissional com cuidados de crianças pequenas influencia positivamente no nível de conhecimento sobre o desenvolvimento, com destaque para as práticas de cuidado básicas e saúde e segurança.

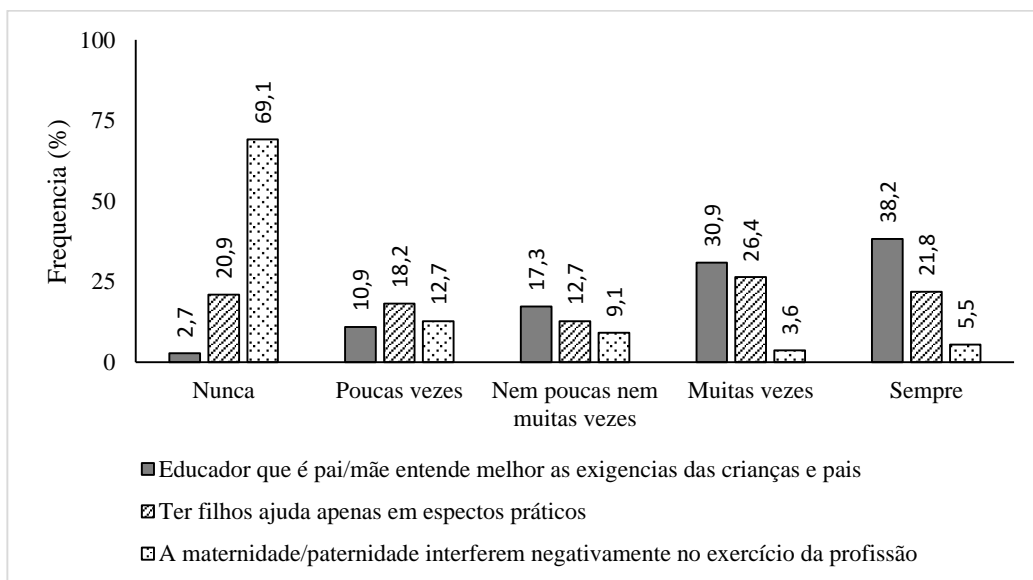


Figura 4: Experiência de maternidade e paternidade relacionado ao trabalho de educador (N=110).

Neste sentido, os participantes fizeram uma reflexão sobre respeito da relação de experiência como mãe e/ou pai e o trabalho como educador no cuidado, através de três itens. Na figura 8, estão representados os três itens a respeito da concepção que a experiência da maternidade e paternidade pode ter no exercício da profissão como educador. O percentual de educadores que avaliaram a que *nunca a experiência de maternidade/paternidade interfere negativamente no exercício da profissão* (69,1%), merece destaque, ao passo que o item *o educador que é mãe/pai entende melhor as exigências das crianças e dos pais*, teve 38,2% na categoria *sempre*. Por sua vez, ao analisar o item *ter filhos ajuda apenas certos aspectos práticos*, como por exemplo reconhecer doenças e trocar fraldas, a distribuição percentual entre as categorias da escala se concentrou *muitas vezes* e *sempre*, com o equivalente a 48,2%. Estes dados reforçam achado anteriores sobre relação do seu trabalho e a experiência da maternidade e /ou

paternidade como algo positivo no cuidado com crianças, seja na compreensão das exigências das crianças e pais, ou em aspectos práticos (Correia, 2011).

As concepções de cuidado de pais e cuidadores primários são influenciadas por múltiplas variáveis, entre as mais retratadas na literatura temos: como contexto de residência, idade, sexo, a experiência de maternidade e paternidade, nível de escolaridade, nível sócio econômico, idade e sexo da criança (Keller, 2007; Lordelo, 2002; Silva, 2008; Vieira et al., 2010). Neste sentido os dados obtidos das concepções sobre o cuidado de educadores de abrigos institucionais com relação às variáveis “faixa etária”, “nível de escolaridade”, “ter filho”, “contexto” e “tempo de serviço”, reforça o aspecto multivariado que compõe a psicologia dos cuidadores e contribui com a literatura ao discutir este componente do nicho de crianças em instituições de acolhimento, que terão seu desenvolvimento influenciado pela relação com os educadores enquanto estiverem acolhidas.

Por fim cabe destacar que a concepção da influência na capacidade de relacionar-se com os outro, desenvolvimento da curiosidade e da autonomia teve percentual ligeiramente maior na região metropolitana do que os educadores do interior do estado, o que vai ao encontro com os achados de Silva, (2008). Ao se considerar as características demográficas dos municípios que as instituições localizadas no interior, nota-se de se tratam de ambientes, em sua maioria, com percentual de urbanização acima de 50%, o que indica que são municípios passando por um processo de transição entre o rural e o urbano, e por sua vez, reflete nas concepções sobre o desenvolvimento das crianças, onde são valorizadas tanto as relações com os membros do grupo como a autonomia(Vieira et al., 2010).

Com relação a escolaridade, 100% dos educadores que tinham ou estavam cursando o nível fundamental afirmaram que sempre ou muitas vezes exercem influência

sobre o desenvolvimento da obediência. Embora este dado esteja em consonância com o exposto na literatura, cabe moderação na generalização deste resultado, pois percentual de participantes com o nível fundamental foi de apenas 5,5% da amostra.

A experiência de maternidade ou paternidade, trabalhada neste estudo como “ter filhos”, teve relação significativa entre o desenvolvimento da segurança e capacidades de lógica e raciocínio. No que se refere a influência desenvolvimento de segurança, os dados reforçam que educadores de instituições de acolhimento com filhos apresentam maior conhecimento sobre o desenvolvimento da segurança das crianças (Corrêa, 2011).

Por sua vez, o “tempo de serviço” se relacionou com o desenvolvimento do controle das emoções, uma vez que 90% (N=41) dos educadores com menos de um ano na instituição percebem que seu trabalho exerce influência nesta dimensão. Tal resultado pode ser reflexo do desgaste emocional dos próprios participantes com mais de um ano de trabalho da instituição.

4. Considerações finais

Este estudo objetivou descrever e analisar as práticas e concepções de cuidadores de crianças em instituição de acolhimento no contexto urbano e não-urbanos. Foi possível observar que o uso do Modelo do Nicho, possibilitou análise sobre os contextos investigados, pois, ao considerar os três subsistemas de análise favoreceu a sistematização a análise dos dados, realçando de pontos que diferenciam o nicho desenvolvimental de crianças acolhidas nos dois contextos.

No contexto não urbano, aqui chamado de “Interior do Estado”, haviam abrigos institucionais semelhantes a residências, com espaços amplos e áreas arborizadas e dormitório com camas e berços no mesmo espaço. Porém foram identificados pontos críticos, com limitações de mobiliário e restrições para o atendimento de crianças

portadoras de deficiências ou doenças graves, o que sugere que o acolhimento destas crianças é direcionado para a Região Metropolitana de Belém, afastando-as do convívio familiar. Os educadores possuem, em sua maioria, o nível médio e menor tempo de serviço prestado na instituição. Foi identificado a presença de educadores masculinos, o que marca o início de uma mudança no perfil do educador de instituições de acolhimento para crianças pequenas. Dentre as práticas, destacamos que no contexto não urbano, são valorizadas brincadeiras dirigidas, o resgate da história de vida e conversas com relação a sexualidade.

Por sua vez, no contexto urbano, identificado com “Região Metropolitana de Belém”, foram descritos abrigos estruturados para acolher grandes grupos de crianças, com dormitórios divididos por faixa etária ou sexo, e que estavam em processo de reordenamento. Havia um significativo percentual de educadores com o nível superior completo ou cursando, sem filhos e todos eram do sexo feminino. As atividades de brincadeiras não dirigidas foram as mais valorizadas e tal como a concepção de que o trabalho do educador influencia no desenvolvimento da autonomia e relacionamento com os outros. Este dado reflete resultados posteriores sobre a influência orientação sócio-cultural nas práticas e concepções de mães, em que mães do município de Belém tendem a valorizar tanto práticas voltadas para autonomia quanto para a relação com o grupo social (Silva, 2008; Vieira et al., 2010).

Contudo, houve homogeneidade na amostra, sendo que poucas foram as diferenças encontradas ao se considerar o total de concepções e práticas investigadas, o que nos remete a noção em que os contextos rural e urbano se apresentam como um *contínuum* no estado do Pará, de tal forma nicho desenvolvimental das crianças acolhidas nos abrigos institucionais da região se apresentam com traços semelhantes. Destacamos também que os dados obtidos indicam que educadores de instituições de acolhimento apresentam

concepções e práticas coerentes com dados encontrados em pesquisas anteriores contexto parental, sugerindo que a influência do contexto cultural maior pode se fazer mais forte que os aspectos institucionais ditados pelas relações de trabalho.

Ressalta-se que o presente trabalho não teve por finalidade avaliar qual grupo de educadores apresentam concepções e práticas de cuidado que seriam mais promotoras do desenvolvimento, mas sim de levantar as similaridades e diferenças nos três sub-sistemas analisados. Assim, o estudo pode ser compreendido como um ensaio exploratório, que busca formas de operacionalizar o modelo do Nicho Desenvolvimental, tomando por base as instituições de acolhimento de crianças. Vislumbra-se que estes resultados podem contribuir em promoção de cursos de aperfeiçoamento profissional voltados para demandas específicas dos educadores, como por exemplo, a capacitação dos profissionais da região metropolitana para lidar com temas voltados para sexualidade das crianças.

Com relação ao instrumento Questionário de Caracterização do Educador (Cavalcante, 2012), o mesmo vem sendo utilizado em outras pesquisas em instituições de acolhimento infanto-juvenil realizadas pelo Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, e, desde a sua primeira versão, voltado para abrigos infantis (Cavalcante, 2008), passou por diversas reformulações que permitiram a sua aplicabilidade em instituições de acolhimento de diferentes contextos, como o contexto urbano e rural discutidos neste trabalho.

Ainda sobre o instrumento, sublinha-se a sessão Concepções e Práticas de Cuidado, a qual possibilitou o rastreamento de concepções vigentes e práticas privilegiadas entre os educadores, tanto no aspecto geral, quanto em cada contexto investigado. Neste sentido, pondera-se aqui, o aperfeiçoamento do instrumento para configurá-lo como um material de uso da equipe técnica e gestores das instituições de acolhimento, ao fornecer

dados de quais concepções e práticas de cuidado precisam ser contemplados em cursos e oficinas de capacitação profissional para os educadores, a fim de garantir um melhor desenvolvimento das crianças acolhidas.

Dentre as limitações do estudo, apontamos para a logística necessária para a coleta de dados, considerando que foram investigadas 27 instituições das quais selecionou-se a amostra do estudo. Faz-se necessário essa observação, considerando que para completarmos 100 % das instituições de acolhimento oito precisam ser visitadas. Os custos com passagens, hospedagens e diárias devem ser calculadas e disponibilizadas antes da ida em campo para possibilitar maior acessibilidade dos pesquisadores aos locais de coleta de dados, assim como a implantação de seguro contra acidentes e roubos pela instituição e/ou equipe responsável pelo estudo. Durante a coleta foi possível vivenciarmos situações de risco para os pesquisadores para chegar ao local das instituições, que poderiam ser contornados se o projeto tivesse maior apoio das instituições envolvidas no financiamento, ao mesmo tempo, vivenciar estas experiências possibilitaram a reflexão sobre a dificuldade no acesso aos serviços de acolhimento por parte dos pais das crianças e profissionais das instituições.

Outro ponto envolve a escolha dos instrumentos aqui trabalhados, visto que apresentam apenas o ponto de vista do informante sobre o objeto de estudo, e que, portanto aspectos da qualidade dos ambientes, as rotinas e práticas necessitam de maiores investigações. Ademais, a análise ateve-se a uma parte dos dados armazenados em banco de dados confeccionado pela equipe do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, portanto estão disponíveis à utilização por outros discentes.

Sugere-se estudos posteriores com uso da técnica grupo focal para investigar as práticas de cuidado que os educadores dedicam as crianças acolhidas, assim como

entrevistas que contemplem as metas que direcionam as práticas de cuidado e as etnoteorias dos educadores, assim como a inserção da variável religião relacionada as concepções e práticas de cuidado. Propõem-se também, investigações futuras sobre as concepções de educadores, equipe técnica e pais das crianças em acolhimento institucional, visto que podem trazer valorosas contribuições para intervenções que aproximem e favoreçam o diálogo entre estes, possibilitando assim um retorno a família de origem menos impactante as crianças, visto que, muitas vezes, as mesmas passam por transições bruscas e dificultam a adaptação.

Referências

- Freud, A. & Burlinghan, D. (1946). *Niños sin hogar*. Buenos Aires: Imán.
- Alexandre, D. T., & Vieira, M. L. (2004). Relação De Apego Entre Crianças Que Vivem Em Situação De Abrigo. *Psicologia Em Estudo*, 9(2), 207–217.
- Assis, S. G., & Farias, L. O. P. (2013). *Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento*. São Paulo: HUCITEC.
- Bernardi, D. C. F. (2010). Acolhida e Socioeducação em Abrigos. Em D. C. F. Bernardi (Ed.), *Cada caso é um caso. A voz das crianças e dos adolescentes em acolhimento institucional* (1ª ed., pp. 95–115). Câmara Brasileira do Livro.
- Bornstein, M. H., & Cheah, C. S. L. (2006). The place of “culture and parenting” in the ecological contextual perspective on developmental science. em K. H. Rubin & O. B. Chung (Eds.), *Parental Beliefs, Parenting, and Child Development in CrossCultural Perspective* (1ª ed., pp. 3–33). New York: Taylor & Francis Group. Recuperado em https://www.researchgate.net/publication/232059995_Parental_Beliefs_Parenting_and_Child_Development_in_Cross-Cultural_Perspective
- Bowlby, J. (2006). *Cuidados Maternos e Saúde Mental*. Trad. V. L. B. de Souza & I. Rizzini (6ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- BRASIL, (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Lei Nº 8.069 de 13 de junho de 1990. Recuperado http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm
- BRASIL. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Recuperado em <http://www.paulinia.sp.gov.br/viveremfamilia/pdf/plano.pdf>

- BRASIL. (2009). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: experimentos naturais e planejados*. (Trad. M. A. V. Veronese). Artes Médicas.
- Cavalcante, L. I. C. (2008). *Ecologia do Cuidado : Interações entre a criança , o ambiente , os adultos e seus pares em instituição de Abrigo*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará. Retrieved from <http://ppgtpc.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/Lilia Cavalcante 2008.pdf>
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007). Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. *Revista Mal-Estar E Subjetividade (Fortaleza)*, 7(2), 329–352.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2009). Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 615–625.
- Cavalcante, L. I. C., Silva, S. S. da C., & Magalhães, C. M. C. (2010). Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. *Revista Mal-Estar E Subjetividade (Fortaleza)*, 10(4), 1147–1172.
- Cavalcante, L. I. C. ; Correa, D. L. (2011). Comportamento de cuidado entre crianças institucionalizadas: aspectos conceituais e estudos empíricos. Em C. M. C. Magalhães, L. I. C. Cavalcante, L. S. Corrêa.(Org.). *Contextos ecológicos do desenvolvimento humano I*. (pp. 58-79) Belém: PakaTatu, v. 1.
- Cavalcante, L. I. C. (2012). Projeto de Pesquisa “Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Quatro Regiões do Estado do Pará: Perfil, Rotinas e Práticas de

Cuidado”. Manuscrito não publicado.

Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., Corrêa, L. S., Silva, F. H. O. B. & Barros, R.

M. S. (2015). Resumo Executivo do Projeto de Pesquisa: Instituições de Acolhimento em Quatro Regiões do Estado do Pará – Perfil de Crianças e Adolescentes. 1ª edição.

CNMP, Conselho Nacional do Ministério Público. Um Olhar Mais Atento aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes no País (2013). Brasília. Recuperado http://www.cnmp.gov.br/portal_2015/images/stories/Destaques/Publicacoes/Res_71_VOLUME_1_WEB_.PDF

Corrêa, L. da S. (2011). *Concepções de desenvolvimento e práticas de cuidado à criança em ambiente de abrigo na perspectiva do nicho desenvolvimental*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará. Recuperado em <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/5345>

Corrêa, L. da S., & Cavalcante, L. I. C. (2012). Perfil e trajetória e educadores em instituição de acolhimento. *Outros Temas*, 42, 494–517.

Coutinho, M. J. & Sani, A. I. (2010). Casa Abrigo: A solução ou o Problema? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 26 (4). 633-641.

Harkness, S., Blom, M., Oliva, A., Moscardino, U., Zylicz, P. O., Bermudez, M. R., ... Super, C. M. (2007). Teachers' ethnotheories of the "ideal student" in five western cultures. *Comparative Education*, 43(1), 113–135. <http://doi.org/10.1080/03050060601162438>

Harkness, S., & Super, C. M. (1994). The developmental niche: A theoretical framework for analyzing the household production of health. *Social Science & Medicine*, 38(2),

217–226. [http://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/0277-9536\(94\)90391-3](http://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/0277-9536(94)90391-3)

Harkness, S., & Super, C. M. (2006). Themes and Variations: Parental Ethnotheories in Western Cultures. In K. H. Rubin & O. B. Chung (Eds.), *Parental Beliefs, Parenting, and Child Development in CrossCultural Perspective* (1^a ed., pp. 61–79). New York: Taylor & Francis Group. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/232059995_Parental_Beliefs_Parenting_and_Child_Development_in_Cross-Cultural_Perspective

IPEIA. (2015). *Atlas da Vulnerabilidade Social Noa Municípios Brasileiros*. (1, Ed.) (Vol. 58). Brasília: IPEA.

Keller, H. (2007). The Psychobiology of Infancy. In *Cultures of Infance* (1^a ed., pp. 5–29). New Jersey: LAWRENCE ERLBAUM ASSOCIATES.

Kobarg, A. P. R., & Vieira, M. L. (2008). Crenças e práticas de mães sobre o desenvolvimento infantil nos contextos rural e urbano. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 21(3), 401–408. <http://doi.org/10.1590/S0102-79722008000300008>

BRASIL, (2012). Lei Nacional da Adoção. Lei Nº 12.010 de agosto de 2009. Recuperado http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2

Lima, An. K., & Lima, A. D. O. (2012). Perfil do desenvolvimento neuropsicomotor e aspectos familiares de crianças institucionalizadas na cidade do Recife
Neuropsychomotor development profile and family aspects, 11–25.

Lordelo, E. D. R. (2002). Interação social e responsividade em ambientes doméstico e de creche: cultura e desenvolvimento. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 7(2), 343–350. <http://doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200015>

- Magalhães, C. M. C., Costa, L. N., & Cavalcante, L. I. C. (2011). Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. *Revista Brasileira de Crescimento E Desenvolvimento Humano*, 21(3), 818–831. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822011000300008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Moré, C. L. O. O. & Sperancetta, A. (2010) Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*. 22(3). 519-528
- Müller, F. (2014). Perspectivas de Crianças Acolhidas Insitucionalmente sobre suas famílias de origem. *Linhas Críicas*, 20(41), 125–145.
- Nelson, C. A., Fox, N. A., & Zeanah, C. H. (2014). *Romania's Abandoned Children: Deprivation, Brain Development, and the Struggle for Recovery*. Harvard University Press.
- Nogueira, P. C. & Costa, L. F. (2005). Mãe social: Profissão? Função materna?. *Estilos da Clínica*. 10 (19). 162-181.
- Pereira, A. L., Pereira, F., & Johnson, G. A. (2010). Os desafios cotidianos dos trabalhadores em um abrigo para crianças e adolescentes. *Emancipacao*, 11(2), 189–201. <http://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.11i2.0003>
- Quiroga, M. G. & Hamilton-Giachritsis, C. (2015). Attachment Styles in Children Living in Alternative Care: A Systematic Review of the Literature. *Child & Youth Care Forum*. DOI 10.1007/s10566-015-9342-x.
- Reis, D. S. Dos. (2006). O Rural e Urbano no Brasil. *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, 2(Xv), 1–13.

- Rizzini, I., & Almeida, de N. (2011). A institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência: anotações para uma agenda de política pública. *Revista Saúde & DH*, 7(9), 1689–1699. Retrieved from <http://www.streetchildrenresources.org/resources/a-institucionalizacao-de-criancas-e-adolescentes-com-deficiencia-anotacoes-para-uma-agenda-de-politica-publica/>
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de Crianças no Brasil. Percursos históricos e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC Rio.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Sólton, L. de A. G., & Almeida, I. G. de. (2010). A delicada arte da conversa e da escuta. In D. C. F. Bernardi (Ed.), *Cada caso é um caso. A voz das crianças e dos adolescentes em acolhimento institucional* (1ª ed., pp. 61–73). São Paulo: Câmara Brasileira do Livro.
- Sayão, Y. (2010). Desenvolvimento Infantil e o abrigo. Em: Bernardi D. C. (Org.), *Cada caso é um caso - A voz das crianças e adolescentes em situação de abrigo* (pp. 117-123). São Paulo: Câmara Brasileira do Livro. Acesso em Junho de 2015, disponível em http://www.fazendohistoria.org.br/downloads/5_cada_casa_e_um_caso.pdf
- Seidl-de-moura, M. L., Carvalho, R., & Vieira, M. L. (2013). Brazilian Mothers' Cultural Models : Socialization for Autonomy and Relatedness. In M. L. Seidl-de-Moura (Ed.), *Parenting in South American and African Contexts* (1st ed., pp. 1–16). InTech. <http://doi.org/10.5772/57083>
- Seidl-de-Moura, M. L., Ribas, A. F. P., Seabra, K. da C., Pessôa, L. F., Ribas Jr., R. de C., & Nogueira, S. E. (2004). Interações Iniciais Mãe-bebê. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 295–302. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n3/a02v17n3.pdf>

- Silva, R. A. (2008). *Cognições Parentais: Crenças, Metas e Estratégias de Socialização de Mães Primíparas*. Universidade Federal do Pará.
- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71–80. <http://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>
- Soares, A. (2012). As Emoções do Care. Em H. Hirata & N. A. Guimarães (Eds.), *Cuidado e Cuidadoras. As Várias Faces do Trabalho do Care* (pp. 43–59). São Paulo: Atlas.
- Spaziani, R. B. (2013). *Violencia Sexual Infantil: Compreensões de professoras sobre conceito e prevenção*. *Journal of Chemical Information and Modeling*.
- Super, C. M., & Harkness, S. (1986). The Developmental Niche: A Conceptualization at the Interface of Child and Culture. *International Journal of Behavioral Development*, 9(4), 545–569. <http://doi.org/10.1177/016502548600900409>
- Super, C. M., & Harkness, S. (2002). Culture structures the environment for development. *Human Development*, 45(4), 270–274. <http://doi.org/10.1159/000064988>
- Tinoco, V. (2007). *O LUTO EM INSTITUIÇÕES DE ABRIGAMENTO : UM DESAFIO PARA CUIDADORES TEMPORÁRIOS*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Vectore, C., & Carvalho, C. (2008). Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Revista Semestral Da Associação Brasileira de Psicologia Escolar E Educacional*, 12(2), 441–449. <http://doi.org/10.1590/S1413-85572008000200015>

- Vieira, M. L., Seidl-de-Moura, M. L., Macarini, S. M., Martins, G. D. F., Lordelo, E. D. R., Tokumaru, R. S., & Oliva, A. D. (2010). Autonomy and interdependence: beliefs of Brazilian mothers from state capitals and small towns. *The Spanish Journal of Psychology*, *13*(2), 818–826. <http://doi.org/10.1017/S113874160000247X>
- Wörmann, V., Holodynski, M., Kärtner, J., & Keller, H. (2012). A cross-cultural comparison of the development of the social smile: a longitudinal study of maternal and infant imitation in 6- and 12-week-old infants. *Infant Behavior & Development*, *35*(3), 335–47. <http://doi.org/10.1016/j.infbeh.2012.03.002>
- Zortéa, L. E., Kreutz, C. M., & Johann, R. L. V. O. (2008). Imagem corporal em crianças institucionalizadas e em crianças não institucionalizadas. *Aletheia*, *27*(1), 111–125. Retrieved from <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n27/n27a09.pdf>

APÊNDICES

Apêndice A: Autorização judicial para a realização da pesquisa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – CEIJ
Rua Cel. Fontoura, salas 01/02, Cidade Velha, CEP 66015-260, Belém-PA. Fone: 3205-2716
site: www.tjpa.jus.br/cej - e-mail: cej@tjpa.jus.br



Ofício nº 074/2013-CEIJ

Belém (PA) 30 de abril de 2013.

À Profª e Drª.
LILIA IÊDA CHAVES CAVALCANTE
Professora do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do
Comportamento da UFPA.

Senhora Professora,

Honrado em cumprimentá-la, utilizo-me deste expediente para me reportar a sua solicitação enviada a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ), de apoio a Pesquisa “Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Quatro Regiões do Estado do Pará: Perfil, Rotinas e Práticas de Cuidado”.

Parabenizando-a pela iniciativa, registro que a CEIJ fornecerá apoio à pesquisa, diligenciando no sentido de, recomendar aos juízes das comarcas situadas na área de abrangência da pesquisa, que contribuam para o acesso da equipe de pesquisadores às instituições de acolhimento de crianças e/ou adolescentes e autorizem os servidores das equipes interprofissionais das Varas de Infância e Juventude a contribuírem na coleta dos dados necessários ao referido estudo, considerando o que estabelece a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Atenciosamente,


Des. JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO
Coordenador da CEIJ

Apêndice B: Parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DO PARÁ: ROTINAS E PRÁTICAS DE CUIDADO

Pesquisador: Lília Iêda Chaves Cavalcante

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 18184714.3.0000.0018

Instituição Proponente: Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará - ICS/ UFPA

Patrocinador Principal: CONS NAC DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 568.256

Data da Relatoria: 25/03/2014

Apresentação do Projeto:

Abebera-se em elementos históricos para apontar o fato de que crianças e adolescentes tem sido acolhidas em instituições "asilares" em face de condições sócio-econômicas, privando-os da convivências familiar e comunitária por largo período de suas vidas. O projeto em foco visa contribuir com o "debate em torno de características específicas desse ambiente institucional e da qualidade das relações que a criança, o adolescente na faixa etária de zero a seis anos, e os educadores que com ele lidam conseguem estabelecer entre si". Os sujeitos serão selecionados em seis regiões: Região Metropolitana de Belém (RMB), Região Guamá (RG), Região Caeté (RC) e Região do Tocantins (RT). Ressalta-se que este estudo terá acompanhamento e responsabilidade dos alunos e professores do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), vinculado Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Frisa a Pesquisadora responsável que o trabalho teve início em 2004 e se consolidou a partir de 2008, sendo hoje redimensionado para envolver projetos organizados em torno dos seguintes eixos temáticos: crianças, educadores, corpo técnico, famílias e comunidade. Assim, com esta pesquisa visa-se dar relevo à discussão de aspectos presentes na definição do abrigo como contexto de desenvolvimento para crianças e adolescentes. Os estudos uma vez concluídos poderão oferecer um mapeamento dos serviços de acolhimento desenvolvidos nas microrregiões localizadas em pontos estratégicos do território paraense; um perfil das crianças e adolescentes

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.

Bairro: Campus Universitário do Guamá **CEP:** 66.075-110

UF: PA **Município:** BELEM

Telefone: (91)3201-7735

Fax: (91)3201-8028

E-mail: cepccs@ufpa.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



Continuação do Parecer: 568.256

que vivem nas entidades de acolhimento presentemente; um quadro comparativo das rotinas e práticas nos distintos ambientes citados, a partir de critérios descritores da qualidade do cuidados. Assim, o estudo se apresenta como descritivo exploratório, do tipo transversal, com abordagem quantitativa e qualitativa dos dados coletados através de questionários, de entrevista semiestruturada e descrição das rotinas e práticas de cuidado observadas no ambiente institucional.

Objetivo da Pesquisa:

Caracterizar instituições de acolhimento de crianças e adolescentes e praticas de cuidados presentes em quatro regiões do Estado do Pará. Para tal, deve-se levantar e mapear as instituições de acolhimento das crianças e adolescentes e de suas famílias em situação de vulnerabilidade social; conhecer o perfil de tais cidadãos pelos fatores sociodemográficos e sociopsicológicos; descrever e destacar as rotinas e práticas de cuidados dos sujeitos da pesquisa. Em ralação aos objetivos perseguidos ressalta-se a relevância da pesquisa uma vez que partindo do referencial teórico os asilados têm os seus direitos constitucionalmente garantidos justificando a execução do projeto em perquirir sobre os cuidados que lhes estão sendo dispensados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O estudo se apresenta como descritivo exploratório, do tipo transversal, com abordagem quantitativa e qualitativa dos dados coletados através de questionários, de entrevista semiestruturada e descrição das rotinas e práticas de cuidado observadas no ambiente institucional. Não há riscos de monta salvo o que possa decorrer do impacto da abordagem, dependendo sempre da atuação do pesquisador, todavia este pretende partir de uma ambiência como preparo para o início da coleta dos dados resguardando-se, sempre, o sigilo. Acerca do assunto o projeto não é omisso posto que enfatiza que em face de "situação conhecida como de risco serão tomados os cuidados para reparar as falhas ou os equívocos". Salienta-se que uma vez ocorrido o dano resultante do risco o dever é reparar. Assim, haverá mais benefícios do que eventuais riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem relevância posto que considera-se uma via de resgate da grande parcela da "jovem" desassistida - 41,6% da população, consoante índice apontado pelo pesquisador. Assim, há equidade, beneficência segundo expõe o projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória atendem os requisitos da Resolução CONEP 466/12,

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.
Bairro: Campus Universitário do Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



Continuação do Parecer: 568.256

estando o TCLE adequado, a autorização e recomendação para a realização da pesquisa está de acordo com as exigências da norma supra citada.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto somos pela aprovação do protocolo. Este é nosso parecer, SMJ.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

BELEM, 26 de Março de 2014

Assinador por:

**Wallace Raimundo Araujo dos Santos
(Coordenador)**

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and.

Bairro: Campus Universitário do Guamá **CEP:** 66.075-110

UF: PA **Município:** BELEM

Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

Apêndice C: Termo de Autorização da Secretaria de Assistência Social.

Termo de Autorização da Secretaria de Assistência Social.

Eu, _____,
 Secretário (a) de Assistência Social do município _____, por meio deste documento afirmo ter conhecimento da pesquisa intitulada **“Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em quatro regiões do Estado do Pará: perfil, rotinas e práticas de cuidado”**.

A pesquisa é coordenada pela professora Dra. Lilia Ieda Chaves Cavalcante em conjunto com a professora Dra. Celina Maria Colino Magalhães, por meio do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará (UFPA), e tem como objetivo geral caracterizar instituições de acolhimento de crianças e adolescentes e práticas de cuidado presentes em quatro regiões do Estado do Pará. Já como objetivos específicos o projeto apresenta: 1) Levantar e mapear os serviços de acolhimento presentes nas regiões selecionadas; 2) Identificar e descrever as rotinas de atendimento nas instituições de acolhimento voltadas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e suas respectivas famílias; 3) Construir um perfil das crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento em diferentes regiões e municípios paraenses, discutindo características sociodemográficas e biopsicológicas destacadas nessa população; 4) Descrever e comparar rotinas e práticas de cuidado nos distintos ambientes de acolhimento a partir de critérios descritores da qualidade do cuidado.

A pesquisa terá como área de abrangência instituições de acolhimento em quatro das mais importantes regiões do Pará, a saber: Região Metropolitana de Belém (RMB), Região Guamá (RG), Região Caeté (RC) e Região do Tocantins (RT).

Tal estudo prevê a participação dos gestores, educadores, técnicos, crianças e adolescentes das instituições de acolhimento e seus pais e/ou responsáveis. Para esclarecimentos sobre a pesquisa será fornecido um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao qual o participante da pesquisa tomará conhecimento da mesma e autorizará a sua participação mediante a assinatura do termo.

Os participantes serão claramente informados que sua participação é voluntária e pode ser interrompida em qualquer etapa sem que isso acarrete em nenhum prejuízo aos mesmos. A qualquer momento poderão ser solicitadas informações sobre procedimentos ou outros assuntos relacionados ao estudo, tanto pelos participantes, pelo responsável da instituição como pela Secretaria de Assistência Social do município. Será fornecido aos mesmos, após a coleta e análise dos dados, um retorno sobre os resultados alcançados. Todo o material coletado nesta pesquisa ficará sob a guarda dos pesquisadores. Dados individuais sobre os participantes não serão informados às instituições envolvidas, aos familiares e nem a órgãos de proteção a infância e juventude. Após a conclusão da coleta de dados, os mesmos serão analisados e os seus resultados serão divulgados apenas no meio acadêmico e científico.

Aceito a realização da pesquisa discriminada acima que será feita com base em entrevistas, aplicação de questionários, pesquisa documental e sessões de observações, também fui informado (a) que o estudo está de acordo com a resolução nº 196 de 10/10/1996 do Conselho Nacional de Saúde, respeitando assim todos os aspectos éticos em pesquisa detalhados na resolução.

Belém, ____ de _____ 2013.

Responsável pela Secretaria de Assistência Social.

Apêndice D: Termo de Autorização da Instituição de Acolhimento

Termo de Autorização da Instituição de Acolhimento.

Eu, _____,
 Coordenador (a) da _____,
 _____, localizada no município
 _____, por meio deste documento afirmo ter
 conhecimento da pesquisa intitulada **“Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes em quatro regiões do Estado do Pará: perfil, rotinas e práticas de cuidado”**.

A pesquisa é coordenada pela professora Dra. Lilia Ieda Chaves Cavalcante em conjunto com a professora Dra. Celina Maria Colino Magalhães, por meio do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará (UFPA), e tem como objetivo geral caracterizar instituições de acolhimento de crianças e adolescentes e práticas de cuidado presentes em quatro regiões do Estado do Pará. Já como objetivos específicos o projeto apresenta: 1) Levantar e mapear os serviços de acolhimento presentes nas regiões selecionadas; 2) Identificar e descrever as rotinas de atendimento nas instituições de acolhimento voltadas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e suas respectivas famílias; 3) Construir um perfil das crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento em diferentes regiões e municípios paraenses, discutindo características sociodemográficas e biopsicológicas destacadas nessa população; 4) Descrever e comparar rotinas e práticas de cuidado nos distintos ambientes de acolhimento a partir de critérios descritores da qualidade do cuidado.

A pesquisa terá como área de abrangência instituições de acolhimento em quatro das mais importantes regiões do Pará, a saber: Região Metropolitana de Belém (RMB), Região Guamá (RG), Região Caeté (RC) e Região do Tocantins (RT).

Tal estudo prevê a participação dos gestores, educadores, técnicos, crianças e adolescentes das instituições de acolhimento e seus pais e/ou responsáveis. Para esclarecimentos sobre a pesquisa será fornecido um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao qual o participante da pesquisa tomará conhecimento da mesma e autorizará a sua participação mediante a assinatura do termo.

Os participantes serão claramente informados que sua participação é voluntária e pode ser interrompida em qualquer etapa sem que isso acarrete em nenhum prejuízo aos mesmos. A qualquer momento poderão ser solicitadas informações sobre procedimentos ou outros assuntos relacionados ao estudo, tanto pelos participantes como pelo responsável pela instituição. Será fornecido aos mesmos, após a coleta e análise dos dados, um retorno sobre os resultados alcançados. Todo o material coletado nesta pesquisa ficará sob a guarda dos pesquisadores. Dados individuais sobre os participantes não serão informados às instituições envolvidas, aos familiares e nem a órgãos de proteção a infância e juventude. Após a conclusão da coleta de dados, os mesmos serão analisados e os seus resultados serão divulgados apenas no meio acadêmico e científico.

Aceito a realização da pesquisa discriminada acima que será feita com base em entrevistas, aplicação de questionários, pesquisa documental e sessões de observações, também fui informado (a) que o estudo está de acordo com a resolução nº 196 de 10/10/1996 do Conselho Nacional de Saúde, respeitando assim todos os aspectos éticos em pesquisa detalhados na resolução.

Belém, ____ de _____ 2013.

Responsável pela Instituição

Apêndice E: Termo de Livre e esclarecido aos educadores participantes



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO

PROJETO DE PESQUISA: INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM QUATRO REGIÕES DO ESTADO DO PARÁ: PERFIL, ROTINAS E PRÁTICAS DE CUIDADO.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisa em questão objetiva caracterizar as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes e práticas de cuidado de educadores presentes em quatro regiões do Estado do Pará. Os dados coletados a partir de fonte documental (ficha funcional, relatórios) e pesquisa de campo (aplicação de questionário, entrevistas e observação dos educadores) serão usados apenas para os objetivos do estudo proposto, preservando-se a identidade e os aspectos da história de vida de cada um dos participantes envolvidos, mesmo quando da divulgação dos achados da pesquisa em reuniões científicas, publicações ou em aulas de disciplinas da graduação e da pós-graduação.

Entre objetivos da pesquisa ora apresentada é traçar um perfil da trajetória pessoal, acadêmica e profissional dos educadores/cuidadores que são responsáveis pelo cuidado diário das crianças e/ou adolescentes, bem como conhecer suas concepções sobre desenvolvimento infantil e as práticas de cuidado adotadas na relação com os acolhidos.

O risco de tratamento cruel, discriminatório ou constrangedor colocado pela realização das sessões de entrevista e observação dos participantes, pode-se dizer que é praticamente nulo. Na eventualidade de ocorrer qualquer situação reconhecida como de risco à intimidade dos educadores/cuidadores entrevistados, serão tomadas providências cabíveis para reparar as falhas ou os equívocos cometidos.

Por sua vez, os benefícios trazidos pela pesquisa estão relacionados à proposição de mudanças que possam efetivamente melhorar a qualidade do ambiente institucional, principalmente naquilo que se refere à criação de condições favoráveis à construção de vínculos sociais e afetivos tão decisivos para o desenvolvimento humano – em seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais.

Neste momento, convido você, como educador/cuidador (a) do serviço de acolhimento institucional, a tomar parte da pesquisa ora apresentada. Informo ainda que o Juizado da Infância e da Juventude, 1ª Vara Cível da Comarca da Capital, a Presidência da Fundação da Criança e do Adolescente do Pará e a Secretaria de Estado de Assistência Social, bem como as Secretarias de Assistência Social dos Municípios envolvidos na pesquisa, estão cientes da realização da pesquisa e dos procedimentos metodológicos propostos. Reitero, aqui, o compromisso de que, em qualquer momento da pesquisa, será possível interromper a sua participação sem qualquer problema, retaliação ou represália de qualquer natureza, devendo apenas ser avisada da sua desistência.

Pesquisadora responsável: Lília Ieda Chaves Cavalcante
Endereço: Rua Augusto Corrêa, 01 - Guamá. CEP 66075-110
Belém - Pará. CEP 66033 - 590. Fone: (91) 3201-8482

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, e que me sinto perfeitamente esclarecido(a) sobre o conteúdo da mesma, assim como os seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, confirmo minha participação na presente pesquisa.

_____ / _____ / _____

Assinatura do Educador/Cuidador (a)

Apêndice F: Questionário de Caracterização da Instituição.

1

QUESTIONÁRIO A SER PREENCHIDO PELA GERÊNCIA PARA CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A. IDENTIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TÉCNICO-LEGAL:

1. Nome da instituição: _____
2. Endereço: _____
3. Bairro: _____ Município: _____
4. Telefone: _____ Fax: _____
5. E-mail: _____
6. Site: _____
7. Data de fundação da instituição: _____
8. Data em que iniciou o atendimento em regime de acolhimento _____
Qual modalidade? _____
9. Natureza do programa de acolhimento:
 Público municipal Público estadual Público federal Não-governamental
10. Tipo de instituição (ver anexo 1):
 Casa de passagem
 República
 Casa lar (atende até 10 crianças e/ou adolescentes em ambiente com características residenciais).
 Abrigo institucional (instalações físicas diferentes de uma residência)
 Outro. Especificar: _____
11. Instituição mantenedora: _____
12. CNPJ Nº: _____
13. Registro no COMDAC e/ou CEDCA: _____
14. Como a instituição se sustenta financeiramente? (múltiplas respostas)
 Recursos públicos do governo federal. Especifique (valores e/ou percentuais): _____
 Recursos públicos do governo estadual. Especifique: _____
 Recursos públicos do governo municipal. Especifique: _____
 Doações (pessoas jurídicas → empresas). Especifique: _____
 Doações (pessoas jurídicas → organizações não-governamentais). Especifique: _____
 Doações (pessoas físicas). Especifique: _____
 Não sabe informar
 Outras fontes. Especifique: _____
15. Qual o custo/mês estimado de cada criança/adolescente mantida pela instituição? (considerando-se os gastos com salários de funcionários, alimentação, vestuário, remédios, despesas diversas, etc).

16. Como são pagas as despesas da instituição?
 Funcionários. Especifique: _____
 Alimentação. Especifique: _____
 Vestuário. Especifique: _____
 Medicamentos. Especifique: _____
 Material de higiene pessoal. Especifique: _____
 Material de limpeza. Especifique: _____
 Manutenção do prédio (consertos). Especifique: _____
 Manutenção de equipamentos (eletrodomésticos, etc). Especifique: _____
 Brinquedos e jogos. Especifique: _____
 Roupas de cama, mesa e banho. Especifique: _____

Aluguel. Especifique: _____

Outras despesas. Especifique: _____

17. A instituição caso necessário, está flexível ao estabelecimento de consórcio entre municípios (modalidade de custeio) afim de que seja garantido o acolhimento neste espaço de crianças e/ou adolescentes da região?

Sim Não

Especifique: _____

18. A instituição recebe acompanhamento ou fiscalização por algum órgão:

SIM NÃO

Em caso positivo, qual?

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Especifique (Tipo e Frequência): _____

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Especifique (Tipo e Frequência): _____

Vara de Infância e Juventude. Especifique (Tipo e Frequência): _____

Conselhos Tutelares. Especifique (Tipo e Frequência): _____

Ministério Público. Especifique (Tipo e Frequência): _____

Vigilância Sanitária. Especifique (Tipo e Frequência): _____

Corpo de Bombeiros. Especifique (Tipo e Frequência): _____

Secretaria de Estado de Assistência Social. Especifique (Tipo e Frequência): _____

Outros. Especifique (Tipo e Frequência): _____

B. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO

19. Qual a capacidade de atendimento da instituição? _____

20. Qual a média/mês de atendimento? _____

21. Em 2012, quantas crianças e/ou adolescentes foram atendidas pela instituição? _____

22. Em 2012, quantos acolhimentos foram realizados pela instituição? _____

22. Qual a faixa etária das crianças/adolescentes atendidas pela instituição?

Idade mínima: _____ Justifique: _____

Idade máxima: _____ Justifique: _____

23. A criança com que tipo de condição de risco social e pessoal à instituição acolhe?

Deficiência física

Deficiência mental

Negligência

Abandono

Violência física

Soropositivo e outras doenças infectocontagiosas (hanseníase, etc)

Doenças graves (câncer, etc).

Situação de rua (população de rua)

Violência sexual.

Exploração sexual e tráfico humano.

Outras situações que requerem atendimento especializado. Qual? _____

24. A instituição atende crianças de outros estados brasileiros? SIM NÃO

Em caso positivo, quantas crianças e/ou adolescentes de outros estados brasileiros foram atendidos no ano de 2012 na instituição? _____

25. Das atividades abaixo relacionadas, quais são as que a instituição realiza regularmente?

Apoio e acompanhamento aos egressos (ex-acolhidos).

- Capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos da instituição.
- Preparação gradativa das crianças para o desligamento.
- Elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA).
- Elaboração da guia de acolhimento.
- Providência de documentação civil para crianças e adolescentes que não a possuem.
- Publicação de boletins informativos, material de divulgação.
- Relatórios periódicos sobre a situação sócio-institucional das crianças e adolescentes a Vara de Infância e Juventude
- Nenhuma das atividades anteriores.
- Outras. Especifique: _____
26. Quem decide pelo acolhimento da criança e/ou adolescente _____
27. Como é feito o encaminhamento a instituição? _____
28. No ano de 2012, quantas crianças/adolescentes foram encaminhadas para a instituição:
Conselhos Tutelares. Especifique: _____
Vara de Infância e Juventude. Especifique: _____
A pedido da família Especifique: _____
Instituições de triagem e encaminhamento (tipo Casa de Passagem, etc). Especifique: _____
Outros. Especifique: _____
29. Acolhe grupo de irmãos mesmo que as crianças/adolescentes estejam fora da faixa etária que a instituição normalmente atende? SIM NÃO
Justifique: _____
30. Acolhe adolescentes grávidas? SIM NÃO
Em caso positivo, no ano de 2012, quantas adolescentes grávidas foram acolhidas? _____
31. Atualmente quantos grupos de irmãos há na instituição?
Grupos de 2 irmãos _____
Grupos de 3 irmãos _____
Grupos de 4 irmãos _____
Grupos de 5 irmãos _____
Outros. _____
32. Total da população da instituição que pertence a grupo de irmãos? _____
33. Em relação ao cumprimento dos princípios previstos no ECA e Orientações Técnicas:
- a) A instituição prioriza a preservação dos vínculos com a família de origem.
 SIM NÃO. Justifique: _____
- b) A instituição apoia alternativas de colocação em família substituta, principalmente a adoção.
 SIM NÃO. Justifique: _____
- c) A instituição desmembra grupos de irmãos.
 SIM NÃO. Justifique: _____
- d) A instituição atende em regime de coeducação (instituição mista).
 SIM NÃO. Justifique: _____
- e) A instituição atende em pequenos grupos (até 20 crianças)
 SIM NÃO. Justifique: _____
- f) A instituição garante a participação das crianças/adolescentes em ações, serviços e atividades comunitárias.
 SIM NÃO. Justifique: _____
- g) A instituição propicia a participação de pessoas e organizações da comunidade em ações e atividades da instituição.
 SIM NÃO. Justifique: _____

C. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-FUNCIONAIS DA INSTITUIÇÃO:

34. As instalações da instituição ocupam um imóvel:

- Próprio Alugado Cedido. Se for o caso, por quem? _____
 Outro. Especifique: _____

35. O imóvel foi construído especialmente para servir como instituição de acolhimento?

- SIM NÃO. Justifique: _____

36. Existe identificação externa, como uma placa fixada no imóvel, da modalidade do serviço de acolhimento oferecido pela instituição?

- SIM NÃO

37. O local se destina exclusivamente ao funcionamento da instituição?

- SIM NÃO. Especifique: _____

38. A instituição está localizada em (múltipla resposta):

- Área residencial Área comercial Área urbana Área rural

39. A instituição de acolhimento oferece outros serviços ou programas para crianças/adolescentes da comunidade? (múltipla resposta)

- Creche
 Escola
 Pré-escola
 Profissionalização e cursos
 Apoio social e/ou psicológico a famílias de crianças e adolescentes em situação de risco.
 Sócio-educativo
 Outros. Especificar: _____

40. As crianças e/ou adolescentes utilizam a rede de serviços da comunidade?

- Escolas. Especifique: _____
 Creches. Especifique: _____
 Hospitais. Especifique: _____
 Postos de saúde. Especifique: _____
 Praças. Especifique: _____
 Quadras de esporte. Especifique: _____
 Centros culturais. Especifique: _____
 Igrejas. Especifique: _____
 Outros. Especifique: _____

41. De que modo a instituição oferece às crianças e/ou adolescentes os seguintes serviços e atividades?

Serviços e Atividades	Serviços Internos	Serviços Externos	Não oferece
Assistência jurídica			
Assistência médica			
Assistência odontológica			
Assistência psicológica			
Assistência religiosa			
Assistência social			
Atividades culturais			
Atividade de lazer			
Atividades esportivas			
Creche			
Ensino Fundamental 1 (1º ao 5º ano)			
Ensino Fundamental 2 (6º ao 9º ano)			
Ensino Médio			

Acompanhamento escolar			
Outros. Especificar			

42. Indique em números a quantidade de espaços que constituem as áreas internas e externas da instituição e avalie se atende à necessidade:

	Área interna	Externa	Quantidade	Necessidade
Almoxarifado				
Auditório				
Banheiro				
Berçário				
Brinquedoteca/Ludoteca				
Cozinha				
Dispensa para alimentos				
Dormitório/Quarto				
Garagem				
Jardins				
Lactário				
Lavanderia				
Playground				
Quadra de esportes				
Refeitório				
Sala de acompanhamento escolar				
Sala de atividades pedagógicas				
Sala de enfermagem				
Sala de TV e Vídeo				
Sala para atendimento psicológico				
Sala para atendimento social				
Sala para consultório médico				
Sala para descanso dos adultos				
Sala para reuniões				
Outros. Especificar:				

43. Indique o estado de conservação de alguns espaços físicos da instituição (área interna e externa):
(Responda a cada uma de acordo com as seguintes modalidades: Péssimo estado = 1; Vários reparos = 2; Pequenos reparos = 3; Bom estado = 4; Excelente estado = 5)

Espaço	Estado de conservação				
	1	2	3	4	5
Almoxarifado					
Auditório					
Banheiro					
Berçário					

Brinquedoteca/Ludoteca					
Cozinha					
Despensa para alimentos					
Dormitório/Quarto					
Garagem					
Jardins					
Lactário					
Lavanderia					
Playground					
Quadra de esportes					
Refeitório					
Sala de apoio pedagógico (acompanhamento escolar)					
Sala de atividades pedagógicas					
Sala de enfermagem					
Sala de TV e Vídeo					
Sala para atendimento psicológico					
Sala para atendimento social					
Sala para consultório médico					
Sala para consultório odontológico					
Sala para descanso dos adultos					
Sala para reuniões					
Outros. Especificar:					

44. A instituição mantém programa de formação e atualização da equipe de trabalho?

- SIM, sistematicamente.
 SIM, conforme necessidade percebida.
 SIM, a pedido dos funcionários.
 NÃO mantém.

Em caso positivo, especifique: _____

45. A instituição conta com programa de voluntariado?

- SIM NÃO

Justifique: _____

Em caso positivo, especifique como funciona:

- Realização de eventos para captação de recursos materiais e financeiros.

Especifique: _____

- Realização de atividades recreativas com as crianças/adolescentes no espaço da instituição.

Especifique: _____

- Realização de atividades recreativas com as crianças/adolescentes fora do espaço da instituição

Especifique: _____

- Outras.

Especifique: _____

46. Na instituição, há alguma atividade ou serviço que dependa exclusivamente do trabalho de voluntários?

- SIM NÃO

Justifique: _____

D. ACOLHIMENTO, ABRIGAMENTO E REINTEGRAÇÃO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES.

47. Quem acolhe a criança/adolescente na chegada a instituição? _____

48. Quais os procedimentos adotados pela instituição em relação aos pertences pessoais trazidos com a criança/adolescente na chegada à instituição?

- Fica com a criança
 Fica retido pela instituição
 Devolvido para a família
 Outra. Especifique: _____

49. Quais os critérios utilizados pela instituição para a distribuição das crianças e adolescentes nos dormitórios ?

- Idade Condição de saúde Deficiência Opção sexual
 Sexo Alojamento conjunto (mãe-bebê) Grupo de irmãos
 Outros. Justifique _____

50. As refeições que são servidas às crianças/adolescentes são preparadas na própria instituição?

- SIM. Quem faz? _____
 NÃO. Por quê? _____

51. As roupas que são usadas pelas crianças/adolescentes são lavadas e passadas na própria instituição?

- SIM. Quem faz? _____
 NÃO. Por quê? _____

52. As crianças/adolescentes usam roupas que são de uso pessoal exclusivo?

- SIM NÃO

Justifique: _____

53. Existe local apropriado para a criança/adolescente guardar seus objetos pessoais?

- SIM NÃO

Justifique: _____

54. A instituição possui regulamento interno (PPP) que orienta o seu funcionamento (permissões, proibições, direitos, obrigações, sanções, etc.)?

- SIM NÃO

Justifique: _____

Se a instituição possui regulamento interno (PPP), há quanto tempo começou a vigorar? _____

Se a instituição possui regulamento interno (PPP), quem o elaborou? (múltipla resposta)

- Dirigentes Equipe técnica Crianças/adolescentes Funcionários
 Outros. Especifique: _____

55. Que atividades são desenvolvidas com as crianças no próprio espaço da instituição? (múltipla resposta)

- Atividades esportivas. Especifique: _____
 Atividades culturais. Especifique: _____
 Atividades de lazer. Especifique: _____
 Atividades religiosas. Especifique: _____
 Atividades educacionais. Especifique: _____
 Outras. Especifique: _____

56. Que atividades são desenvolvidas com as crianças/adolescentes fora do espaço da instituição? (múltipla resposta)

- Atividades esportivas. Especifique: _____
 Atividades culturais. Especifique: _____
 Atividades de lazer. Especifique: _____

- Atividades religiosas. Especifique: _____
- Atividades educacionais. Especifique: _____
- Outras. Especifique: _____

57. Quantas crianças acolhidas frequentam a creche ou a pré-escola? _____

58. Quantas crianças e/ou adolescentes acolhidos frequentam a escola? _____

59. As crianças/adolescentes têm permissão para passar período de final de semana, feriados, férias ou datas comemorativas em ambiente localizado fora da instituição? (múltipla resposta)

- SIM NÃO

Justifique: _____

Em caso positivo, especifique. (múltipla resposta)

- Com a família
- Com outras pessoas com quem tenham relacionamento antes do acolhimento
- Com funcionários da instituição
- Com voluntários
- Com padrinhos (programas de apadrinhamento social e afetivo)
- Outros. _____

E. DA RELAÇÃO COM AS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS/ADOLESCENTES ACOLHIDOS:

60. Em 2012, qual o número de crianças e/ou adolescentes que não possuem família ou referência familiar (órfãos ou cujos pais e/ou familiares estão desaparecidos ou raramente fazem contato com a instituição)?

61. Em 2012, qual o número de crianças e/ou adolescentes que recebem visitas regulares dos seus familiares?

62. A instituição solicita autorização judicial para permitir as visitas da família? SIM NÃO

63. A instituição registra as visitas que a criança e/ou adolescente recebe? SIM NÃO

Justifique: _____

64. A instituição define com que regularidade a criança e/ou adolescente deve receber visita?

- SIM, mensalmente. Especifique: _____
- SIM, quinzenalmente. Especifique: _____
- SIM, semanalmente. Especifique: _____
- SIM, diariamente. Especifique: _____
- NÃO, há flexibilidade frente às particularidades da família e a rotina da criança e/ou adolescente.

Especifique: _____

NÃO há permissão de visitas no local. Justifique: _____

Outros. Especifique: _____

65. A instituição desenvolve algum trabalho junto às famílias visando à reintegração familiar?

- SIM NÃO

Justifique: _____

Em caso positivo, quais são os procedimentos adotados? (múltipla resposta)

- Atendimento psicológico.
- Acompanhamento social.
- Apoio financeiro (em dinheiro).
- Apoio material (cesta básica, material escolar, medicamentos, enxoval, etc).
- Encaminhamento para grupos de ajuda mútua (alcoólicos anônimos, narcóticos anônimos, etc).
- Encaminhamento para programas de profissionalização de jovens e adultos.
- Inserção em programas e serviços oficiais ou comunitários de auxílio e proteção à família (programas de renda mínima, etc).
- Reuniões, grupos de discussão/apoio.

- Visita domiciliar
- Outras. Especifique: _____
66. São medidas adotadas pela instituição que contribuem para a preservação/fortalecimento dos vínculos familiares:
- Permite a visita das famílias em dias/datas e horários pré-estabelecidos.
Especifique: _____
- Permite a visita das famílias em dias/datas e horários que não foram pré-estabelecidos.
Especifique: _____
- Incentiva contatos telefônicos.
Especifique: _____
- Oferece auxílio-transporte para as famílias procederem à visita.
Especifique: _____
- Promove passeios das crianças e/ou adolescentes com suas famílias.
Especifique: _____
- Permite e facilita a visita da criança e/ou adolescente à sua família (convivência familiar)
Especifique: _____
- Encaminha a família para rede de serviços sociais (assistência social, saúde, educação, profissionalização)
Especifique: _____
- Inclui a família em programas de apadrinhamento de crianças e/ou adolescentes.
Especifique: _____
- Utiliza serviço de identificação e localização da família de origem.
Especifique: _____
- Prioriza a manutenção e/ou reconstituição de grupos de irmãos.
Especifique: _____
- Adota outras medidas.
Especifique: _____

F. DESLIGAMENTO DA CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE:

67. Qual o número de crianças e/ou adolescentes desligadas da instituição em 2012? _____

68. Quem decide pelo desligamento da criança e/ou adolescente? _____

69. Como é feito o desligamento da instituição? _____

70. A instituição realiza a preparação da criança e/ou adolescente para o desligamento do programa de acolhimento?

- SIM NÃO

Justifique: _____

Em caso positivo, de que forma ocorre essa preparação pela instituição? (múltipla resposta)

- Visitas domiciliares dos técnicos às pessoas envolvidas com a criança e/ou adolescente.
- Aproximação gradativa da criança e/ou adolescente com a família de origem ou substituta.
- Entrevista com os familiares e a criança e/ou adolescente feita por técnicos da instituição.
- Outros. Especifique: _____

71. Existem ações de apoio aos egressos que são realizadas pela instituição? (múltipla resposta)

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Atendimento psicológico. | <input type="checkbox"/> Acompanhamento social. |
| <input type="checkbox"/> Apoio financeiro (em dinheiro). | <input type="checkbox"/> Apoio material (cesta básica, material de construção, etc.). |
| <input type="checkbox"/> Assistência jurídica. | <input type="checkbox"/> Qualificação profissional. |
| <input type="checkbox"/> Visitas domiciliares. | <input type="checkbox"/> Não realiza ações de apoio aos egressos. |
| <input type="checkbox"/> Outras. Especifique: _____ | |

72. É realizado acompanhamento do processo de desligamento pela Vara de Infância e Juventude?

SIM NÃO

Justifique: _____

73. É realizado acompanhamento do processo de desligamento pelo Conselho Tutelar?

SIM NÃO

Justifique: _____

74. Em 2012, quantas crianças e/ou adolescentes que foram encaminhados a:

74.1. Família de origem (pais, mãe, pai, membros da família extensa) _____

74.2. Família substituta (adoção) _____

75. Em 2012, qual o número de crianças e/ou adolescentes inseridas em família substituta?

Mediante guarda são _____

Mediante tutela são _____

Mediante adoção nacional são _____

Mediante adoção internacional são _____

76. Quem decide pelo encaminhamento da criança e/ou adolescente à família substituta e como é feita a sua integração em outro meio familiar? _____

77. Em 2012, qual o número de crianças e/ou adolescentes que voltou a viver (reingresso) na instituição depois de já terem sido colocadas em família substituta ou terem retornado à sua família de origem?

78. Qual o número de óbitos de crianças e/ou adolescentes abrigadas em 2012? _____

Especificar o motivo: _____

79. Qual o número de fugas de crianças e/ou adolescentes da instituição em 2012? _____

Especificar o motivo: _____

80. Qual o número de crianças e/ou adolescentes que foram encaminhadas para família acolhedora em 2012?

Especificar o motivo: _____

81. A instituição conta com programa de apadrinhamento de crianças e/ou adolescentes?

SIM NÃO

Justifique: _____

Em caso positivo, especifique como funciona:

Assistência material e financeira à criança e/ou adolescente.

Especifique: _____

Convivência extra-institucional com a criança e/ou adolescente (fins de semana, feriados, datas comemorativas, etc.).

Especifique: _____

82. Quem decide pela transferência da criança e/ou adolescente para outra instituição? _____

83. Como é feita a sua preparação para a mudança? _____

G. PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DAS CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES:

84. A instituição organiza prontuário individual para cada criança e/ou adolescente acolhida?

SIM NÃO

Justifique: _____

85. A instituição organiza prontuário único para grupo de irmãos acolhidos?

SIM NÃO

Justifique: _____

86. Quais das informações abaixo relacionadas estão *sempre* disponíveis nos prontuários da instituição?

Nome completo

Idade

- Sexo.
- Raça/cor.
- Foto.
- Data do ingresso na instituição.
- Data do desligamento da instituição.
- Escolaridade.
- Situação jurídica.
- Motivo do ingresso na instituição.
- Quem encaminhou a instituição.
- Endereço de residência da família e/ou responsáveis
- Visitas (permissão, periodicidade, quem visita)
- Uso de drogas na família.
- Informação sobre irmãos que estão em (outras) unidades de acolhimento.
- Passagem da criança e/ou adolescente por outras instituições de acolhimento.
- Renda da família e/ou responsáveis.
- Estado civil, composição e organização familiar.
- Experiência de programas de apadrinhamento.
- Registro regular das atividades de acompanhamento psicológico e social da família.
- Registro regular das atividades de acompanhamento psicológico e social da criança e/ou adolescente
- Registro regular das vacinas recebidas no período.
- Registro regular dos indicadores de crescimento físico (peso e altura)
- Registro regular da ocorrência de doenças físicas ou mentais e o tratamento oferecido.
- Outras. Especificar: _____

87. De quem é a responsabilidade pela organização dos prontuários? (múltipla resposta)

- Assistente social
- Psicólogo
- Pedagogo
- Coordenador da instituição
- Outro. Especificar: _____

H. DIFICULDADES E NECESSIDADES DA INSTITUIÇÃO:

88. Quais destas dificuldades a instituição enfrenta?

- Obtenção de convênios Manutenção financeira Outros

Justifique: _____

I. PROPOSIÇÕES

Anexo I

Tipo	Definição	Público alvo	Número Máximo de Usuários	Aspectos físicos	Recursos humanos	Equipe Profissional Mínima
Abrigo Institucional	Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.	Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos	20	Localizado em áreas residenciais, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da realidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos. Deverá seguir o padrão arquitetônico das demais residências da comunidade na qual estiver inserida.	Os educadores/cuidadores deverão trabalhar, de preferência em turnos fixos diários, de modo a que o mesmo desenvolva sempre determinadas tarefas da rotina diária, sendo desaconselhável esquemas de plantão.	Coordenador, equipe técnica, educador/ cuidador e auxiliar de educador/ cuidador.
Casa-Lar	O Serviço de Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo. Esse tipo de serviço visa estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar.	Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos	10	Deve funcionar em uma edificação residencial inserida no território de forma análoga às demais residências locais. Deve localizar-se em áreas residenciais da cidade e seguir o padrão sócio-econômico da comunidade onde estiverem inseridas	Em se tratando de serviços de acolhimento desenvolvidos por organizações não governamentais, a equipe técnica deverá pertencer ao quadro de pessoal da entidade ou ser cedida pelo órgão gestor da Assistência Social ou por outro órgão público ou privado, exclusivamente para esse fim.	Coordenador, equipe técnica, educador/cuidador residente e auxiliar de educador/cuidador
República	Oferece apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados; em processo de desligamento de instituições de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam meios para autossustentação.	Jovens entre 18 e 21 anos	6	Deve localizar-se em áreas residenciais, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista socioeconômico, da realidade de origem dos usuários.	Em se tratando de serviços de acolhimento desenvolvidos por organizações não governamentais, a equipe técnica deverá pertencer ao quadro de pessoal da entidade ou ser cedida pelo órgão gestor da Assistência Social ou por outro órgão público ou privado, exclusivamente para esse fim.	Coordenador e equipe técnica

Apêndice G: Questionário de Caracterização dos Educadores

1

QUESTIONÁRIO DOS EDUCADORES NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

DATA: _____	ENTREVISTADOR: _____	CÓDIGO: _____
Nome da Instituição: _____		Município: _____

A. DADOS PESSOAIS:

- Nome: _____
- Data de Nascimento: _____ Idade: _____
- Naturalidade: _____
- Escolaridade: _____ Completo Incompleto
- Se parou de estudar, em que série parou? _____
- Graduação: _____
- Pós-graduação: Sim Não Curso? _____
- Possui filhos: Sim Não Em caso positivo, quantos? _____
- Telefone: _____
- Bairro: _____
- Município: _____
- Composição familiar: _____

Por favor, preencha no quadro abaixo algumas informações sobre **cada pessoa que mora na sua casa**:

Primeiro nome	Parentesco	Idade	Sexo	Escolaridade	Atividade profissional

B. DADOS PROFISSIONAIS:

- Qual é a sua situação funcional?
 Concursado Efetivo Temporário Contratado
 Voluntário Outro: _____
- Em que ano começou a trabalhar na instituição de acolhimento? _____
- Qual a função que ocupava? _____
- Que tipo de atividade realizava? _____
- Hoje, você ainda ocupa a mesma função? Sim Não
- Desenvolve a mesma atividade? Sim Não
- No momento, você exerce outra atividade profissional? Sim Não
- Se sim, qual? _____
- Antes de trabalhar na instituição, você já desenvolveu atividades profissionais similares com crianças? (indicar atividades profissionais que envolviam o cumprimento de uma rotina de cuidados)

Atividade	Tempo que desenvolveu a atividade
Não, é o meu primeiro trabalho.	
Sim, já trabalhei em instituições de acolhimento para crianças.	
Sim, em creche.	
Sim, em unidade de educação infantil.	
Sim, em escolas, nas séries iniciais do ensino fundamental.	
Sim, como babá (trabalho contínuo).	

Sim, como baby-sitter (trabalho eventual).	
Outras atividades. Especificar: _____	

20. Antes de trabalhar na instituição, você já desenvolveu atividades profissionais similares com adolescentes? (indicar atividades profissionais que envolviam o cumprimento de uma rotina de cuidados)

Atividade	Tempo que desenvolveu a atividade
Não, é o meu primeiro trabalho.	
Sim, já trabalhei em instituições de acolhimento para adolescentes.	
Sim, em unidades de medida socioeducativa. Qual? _____	
Sim, em escolas, nas séries do ensino médio.	
Sim, em projetos socioculturais.	
Outras atividades. Especificar: _____	

21. Nos últimos dois anos, você frequentou algum curso de atualização ou capacitação profissional para aprimorar seu trabalho?

Não Sim

Em caso positivo, quais?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

C. DADOS SOBRE A SATISFAÇÃO COM A PROFISSÃO:

22. Quais são as fontes de informação que você utiliza para exercer e aprimorar o seu trabalho na instituição? (Coloque em ordem de importância, marcando o número 1 na principal fonte, 2 na segunda mais importante, e assim por diante, até o 9)

- A observação do comportamento das colegas
- A formação escolar básica
- A experiência e a prática profissional
- Os cursos de atualização com técnicos ou especialistas
- Os livros e revistas, eventual documentação relativa a acolhimento.
- Internet (sites, redes sociais)
- A troca de ideias com as colegas no grupo de trabalho
- A observação do comportamento dos pais
- A sua experiência pessoal e familiar

23. Pensando no seu trabalho na instituição de acolhimento, poderia nos dizer qual o grau de satisfação para cada uma das características mencionadas abaixo? (Responda a cada uma de acordo com as seguintes modalidades: muito insatisfeito = 1; insatisfeito = 2; nem satisfeito nem insatisfeito = 3; satisfeito = 4; muito satisfeito = 5).

Características	1	2	3	4	5
O ambiente físico (espaço, mobília, equipamentos e decoração).					
O horário de trabalho (escalas, plantões).					
O relacionamento com as colegas de trabalho					
O tipo de trabalho desenvolvido					
O cuidar de crianças e/ou adolescentes na faixa etária que trabalha na instituição.					

A estabilidade no emprego					
O reconhecimento dos pais e demais familiares da criança e/ou adolescentes					
A possibilidade de escolher livremente seu modo de trabalhar					
O aspecto educativo do trabalho					
O reconhecimento da coordenação da instituição de acolhimento					
O salário					

24. Pensando no seu trabalho na instituição, indique o que você pensa para o seu futuro como educador? (Indicar uma só resposta, assinalando o quadradinho correspondente).

- Continuar sendo educador da instituição
 Mudar completamente o tipo de trabalho
 Fazer um concurso para mudar de função na instituição
 Aposentar-se assim que possível
 Pedir transferência para outras unidades de acolhimento
 Trabalhar com outras modalidades de cuidado e educação
 Outros. Qual? _____

25. Em geral, o trabalho de educador de instituição é considerado cansativo. Indique em ordem de importância os aspectos mais cansativos para você. (Atribuir o número 1 ao aspecto mais cansativo, o número 2 ao segundo mais cansativo, e assim por diante até o número 7).

- O esforço físico
 A atenção contínua
 As emoções intensas no relacionamento com as crianças e/ou adolescentes
 A comunicação com os pais
 Os turnos de trabalho
 A falta de colaboração entre as colegas de trabalho
 O relacionamento com a coordenação da instituição

D. DADOS SOBRE CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE CUIDADO

26. Pode acontecer que o educador se apegue de maneira especial a algumas crianças e/ou adolescentes. Como você avalia este fato? (Assinale apenas uma das respostas)

- É algo inevitável
 Sem problemas, desde que não descuidem das outras crianças e/ou adolescentes.
 É algo que não deveria acontecer
 É algo que nunca aconteceu comigo

27. Agora, tente dizer o que significa apegar-se a uma criança e/ou adolescente?

28. Indique o grau de influência que o educador pode ter nos seguintes aspectos do desenvolvimento da criança e/ou adolescentes no ambiente de acolhimento: (Responda a cada uma de acordo com as seguintes modalidades: nenhuma influência = 1; pouca influência = 2; nenhuma influência nem pouca influência = 3; influência suficiente = 4; muita influência = 5).

O educador exerce influência sobre:	1	2	3	4	5
Curiosidade					
Capacidade de relacionar-se com os outros					
Segurança					
Capacidades lógicas e de raciocínio					

Autonomia					
Obediência					
Concentração					
Colaboração com as crianças e/ou adolescentes da mesma idade					
Controle das emoções					

29. Quais das atividades abaixo você desenvolve com as crianças e/ou adolescentes na instituição?
(Indicar uma ou mais respostas, assinalando o quadrado correspondente).

- Atividades que envolvem movimento e música (dança, teatro, canto, instrumentalização/ violão, flauta, etc)
- Atividades de arte (desenho livre, pintura, colagem, modelagem)
- Atividades/brincadeiras dirigidas (jogos: cemitério, bandeirinha, cabo de garro, dominó, dama, baralho, etc)
- Atividades/brincadeiras não dirigidas (deixa a criança e/ou adolescente livre)
- Leitura de histórias
- Atividades esportivas (vôlei, futebol, futsal, capoeira, basquete, etc)
- Atividade de lazer (assistir filmes, artesanato, acompanhar em festas e shows)
- Outras

Especifique: _____

30. Desenvolve algum tipo de práticas voltadas para o resgate da história de vida das crianças e/ou adolescentes na instituição?

- Sim Não

Se sim, que tipo de atividades desenvolve?

- Livro de fotografias
- Registros individuais (desenhos, cartas, etc)
- Estimular a criança e/ou adolescente a falar da vida em família
- Na acolhida, guarda ou separa os pertences pessoais das crianças e/ou adolescentes trazidos de casa.
- Preparação para o desligamento. Especifique: _____

- Outros. Quais? _____

Se você não faz, especifique porque não faz? _____

31. De modo geral o que observa em relação as práticas de cuidado na instituição que você trabalha.
(Responda a cada uma das questões de acordo com as seguintes modalidades: nunca = 1; poucas vezes = 2; nem poucas nem muitas vezes=3; muitas vezes= 4; sempre = 5).

Com que frequência o (a) educador (a)..	1	2	3	4	5
31.1. Recebem as crianças e/ou adolescentes em sua chegada a instituição de maneira calorosa e afetuosa					
31.2. Preparam (acompanhar, encorajar, organizar) as crianças e/ou adolescentes para a sua saída (desligamento) da instituição de maneira calorosa e afetuosa.					
31.3. Senta com as crianças e/ou adolescentes e usa o tempo da refeição (café, almoço, lanche, jantar) para aprendizagem.					
a) Falam o nome dos alimentos					
b) Encoraja as crianças pequenas a falarem					
c) Incentiva a criança a se alimentar sozinha					

d) Incentiva a criança e/ou adolescente a ter uma alimentação saudável					
e) Experimentar e/ou conhecer novos alimentos					
f) Pergunta sobre preferências de alimentos					
g) Outros. Especifique: _____					

31.4. Ajuda as crianças e/ou adolescentes a relaxar e a dormir	1	2	3	4	5
a) Canta					
b) Coloca música calma					
c) Faz carinho					
d) Conta histórias					
e) Dá atenção individualizada quando a criança e/ou adolescente esta com dificuldade para dormir					
f) Incentivam que a criança e/ou adolescentes arrume a própria cama					
g) Outros. Especifique: _____					

31.5. Usa o momento da higiene pessoal ou da ida ao banheiro para promover independência nos hábitos de vestir e de limpeza entre as crianças pequenas	1	2	3	4	5
a) Lavagem das mãos					
b) Uso de papel higiênico					
c) Abotoar e fechar a roupa					
d) Higiene bucal/escovar os dentes					
e) Passar xampu e condicionador					
f) Passar sabonete					
g) Troca da fralda					
h) Outros. Especifique: _____					

31.6. Usa o momento da ida ao banheiro para promover hábitos de higiene pessoal e cuidado com o corpo entre os adolescentes	1	2	3	4	5
a) Lavagem das mãos					
b) Uso de papel higiênico					
c) Uso correto e o descarte de absorvente					
d) Higiene bucal					
e) Passar xampu e condicionador					
f) Passar sabonete					
g) Fazer corretamente a higiene íntima (lavagem do pênis e da vagina, uso de desodorante).					
h) Outros. Especifique: _____					

	1	2	3	4	5
31.7. Com frequência responde de forma verbal e/ou não verbal ao choro, gestos, sons, palavras e perguntas das crianças e/ou adolescentes.					
31.8. Geralmente olha para a criança e/ou adolescente enquanto fala com ela.					
31.9. Conversa sobre as atividades com cada bebê, criança e/ou adolescente durante brincadeiras e atividades de rotina.					
31.10. Conversa sobre figuras, lê livros, ou canta rimas infantis com pequenos grupos de crianças interessadas ou individualmente.					

31.11. Brinca de faz de conta com as crianças (ex: conversa com as crianças no telefone de brinquedo).					
31.12. Permite e respeita que as crianças e/ou adolescente se agrupem naturalmente e, desta forma, favorecendo as interações e relações de amizade.					
31.13. Traz as crianças e/ou adolescentes que não se locomovem para fora do berço/cama ou com desenvolvimento atípico para que brinquem, com supervisão e perto dos outros visando o desenvolvimento da:	1	2	3	4	5
a) Locomoção					
b) Linguagem					
c) Interação social					
d) Outros. Especifique: _____					
31.14. Geralmente sabe mediar e apaziguar as interações de conflito	1	2	3	4	5
a) Intervém em agressões físicas, verbais e gestuais					
b) Media as brigas relacionadas a dificuldades nas relações afetivas (namoro, paquera e amizades).					
c) Media os conflitos advindos de pegar os pertences do outro.					
d) Intervém em situações de Bullying ¹					
e) Outros. Especifique: _____					
31.15. Serve de referência para interações sociais positivas	1	2	3	4	5
a) Demonstrar carinho no toque, no olhar, no tom de voz.					
b) Incentivar a participação no cuidado das crianças e/ou adolescentes das maiores para com os menores.					
c) Incentivar a colocação de limites					
d) Outros. Especifique: _____					
31.16. Incentiva a construção e manutenção dos vínculos da criança com	1	2	3	4	5
a) Grupos de irmãos dentro da instituição					
b) Com os pais ou responsáveis					
c) Com a família extensa (avós, tios, primos ou outros parentes)					
d) Em caso de adoção, os pais adotivos.					
e) Outros. Especifique: _____					
31.17. Conversa e ensina as crianças e/ou adolescentes sobre sexualidade	1	2	3	4	5
a) Relação sexual					
b) Relacionamento afetivo					
c) Transformação do corpo					
d) Uso de métodos contraceptivos					
e) Masturbação					
f) Violência sexual					
g) DST					

¹ Termo utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo ou grupo de indivíduos causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder.

h) O uso correto e descarte da camisinha					
i) Outros. Especifique: _____					

32. Reflita e avalie a relação entre experiência de trabalho como educador/cuidador e a experiência como mãe e/ou pai no cuidado (Responda a cada uma das questões de acordo com as seguintes modalidades: nunca = 1; poucas vezes = 2; nem poucas nem muitas vezes=3; muitas vezes= 4; sempre = 5).

Experiência	1	2	3	4	5
O educador que é mãe e/ou pai entende melhor as exigências das crianças e/ou adolescentes e dos pais					
Ter filhos ajuda apenas em certos aspectos práticos (reconhecer as doenças, trocar fraldas, etc.)					
A condição de maternidade e/ou paternidade interferem negativamente no exercício da profissão					

33. O que a instituição pode fazer para melhorar as práticas de cuidado oferecidas às crianças e/ou adolescentes?

34. O que você como educador pode fazer para melhorar as suas práticas de cuidado do seu trabalho na instituição?
